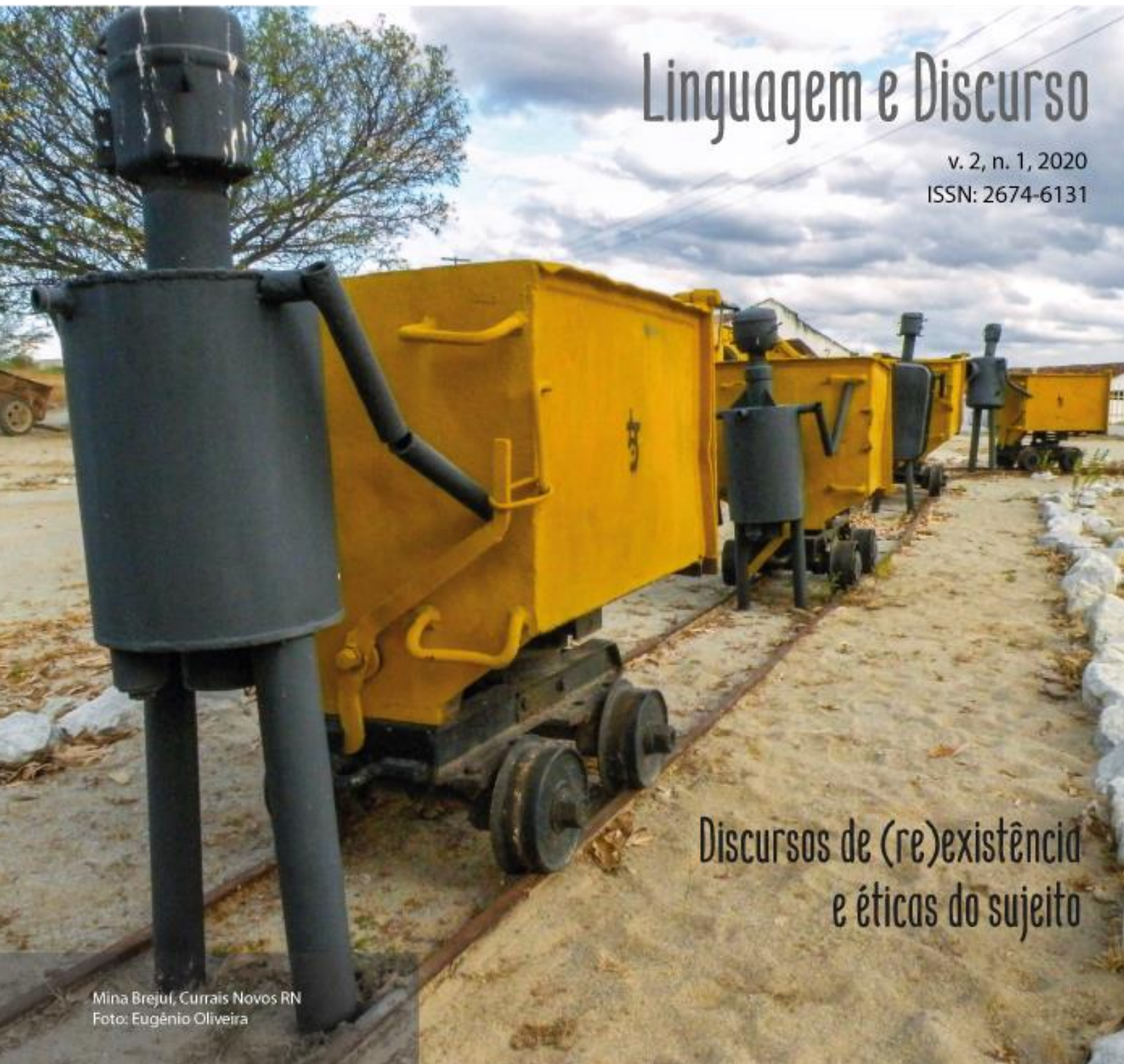




Linguagem e Discurso

v. 2, n. 1, 2020

ISSN: 2674-6131



Discursos de (re)existência
e éticas do sujeito



Linguagem e Discurso

v. 2, n. 1, 2020
ISSN: 2674-6131

Periódico Eletrônico do Departamento de Letras do CERES
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas – DLC/CERES/UFRN
Centro de Ensino Superior do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte



REVISTA SARIDH

LINGUAGEM E DISCURSO

GESTÃO

Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
José Daniel Diniz Melo

Diretora do Centro de Ensino Superior do Seridó
Sandra Kelly de Araújo

Chefe do Departamento de Letras do CERES
Márcio Sales Santiago

Editor-Gerente da Revista Saridh
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

ENDEREÇO

Departamento de Letras do CERES
Centro de Ensino Superior do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Manoel Lopes Filho, 138,
CEP 59380-000, Currais Novos – RN
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701
revistasaridhufrn@ceres.ufrn.br

CAPA

A Mina Brejuí – Currais Novos/RN
Foto: Eugênio Oliveira
Diagramação: Larissa de Freitas Fontes

MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da atuação acadêmica.

EQUIPE

EQUIPE EDITORIAL

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS
Anderson Lins Rodrigues – UESC/UFPE
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN
Carolina Leal de Lacerda Pires – UNIBRA/IBGM/IBS
Célia Maria de Medeiros – UFRN/CCHLA/DLET
Cid Ivan da Costa Carvalho – UFERSA/PPCL-UERN
Edjane Gomes de Assis – UFPB
Evandra Grigoletto – UFPE
Fabiele Stockmans De Nardi – UFPE
Francisco Vieira da Silva – UFERSA/ PPGL-UERN/IFRN
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS
Hudson Marques da Silva – IPFE
Joseane Laurentino de Brito Lira- IFPE
José Josemir Domingos da Silva – UEPB
Josimere Maria da Silva – IFAL
Letícia dos Santos Carvalho – UFRN
Lucélio Dantas de Aquino – UFRN/IMD
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS
Maria Alcione Gonçalves da Costa – IF SERTÃO/PE
Maria Eliza Freitas do Nascimento – UERN/PPGL
Nedja Lima de Lucena – UFRN
Nivea Barros de Moura – UERN/SEEC – CE
Pedro Farias Francelino – UFPB/PROLING
Urbano Cavalcante da Silva Filho – IFBA/UESC
Verônica Palmira Salme de Aragão – UERN

APOIO TÉCNICO

Alyssandra Viana Fonseca – UFRN
Camila Kayssa Targino Dutra – UERN
Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro – UERN
Célio Oliveira da Silva – UFRN
Larissa de Freitas Fontes – UFRN
Marcelino Gomes dos Santos – UFRN
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – UFRN

NORMATIZAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Alyssandra Viana Fonseca – UFRN
Larissa de Freitas Fontes – UFRN
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – UFRN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Discursos de (re)existência e éticas do sujeito ----- 08

Editores

EDITORIAL

Linguagem e discursos sobre a ciência linguística no Brasil ----- 09

Urbano Cavalcante Filho

Instituto Federal da Bahia – IFBA

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA

ARTIGOS

Uma ordem do discurso: alguns apontamentos de exclusão na campanha O Brasil
que eu quero ----- 16

Marcelo Fábio Peixoto de Araújo Andrade da Silva

Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PGLetras

Desfiar a trama para explorar os sentidos: a costura dos sertões nas redes
discursivas da mídia ----- 32

Marcelino Gomes dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/PPGH/CERES

O universo feminino na gestão da UERN: uma investigação da presença das
mulheres nos cargos hierárquicos no campus central da universidade ----- 50

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Verônica Palmira Salme de Aragão

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Uso da polêmica por sujeitos da religião para “quebrar” hegemonias da fé ----- 67

Eduardo Assunção Franco
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/POSLIN/FALE

**A construção referencial da não-pessoa nos enunciados no Facebook:
análise das *hashtag* #meuamigosecreto ----- 90**

Ana Luísa Cordeiro
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/PPGEL/PPGTE

ENTREVISTA

**Perspectivas da ciência linguística: um olhar sobre a condição
político-identitária dos estudos discursivos no Nordeste ----- 108**

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro
Universidade Regional do Cariri – URCA/CE

RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Vozes mulheres: mediações de leitura afro- brasileira na escola pública ----- 122

Camile Baccin de Moura
Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC/CE

Sarah Maria Forte Diogo
Universidade Estadual do Ceará – UECE/FAFIDIM

APRESENTAÇÃO

A sociedade atual tem sido cenário de lutas, conflitos, relações que incidem sobre a forma de ser do sujeito, inscrevendo-o em tramas e redes de sentido que o impulsiona à tarefa de (re)existir, de marcar sua(s) identidade(s), de vivenciar a construção ética de sua posição empírica e social. Trata-se de uma conjuntura de discursividade, de discursos que circulam e que se reclamam, exigindo do sujeito práticas e movimentos de *ser si*. A investigação linguística e o universo das Letras oferecem condições, portanto, para a efetividade de pesquisas e incursões epistemológicas que sinalizem a relação entre linguagem e discursos, o que vem justificar a abordagem da temática para este número da Revista Saridh.

A Revista Saridh (Linguagem e Discurso) é uma publicação editada pelo Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e vinculada ao Departamento de Letras do Centro de Ensino Superior do Seridó (DLC/CERES/UFRN). Para o presente volume, a revista recebeu produções inéditas sobre *Discursos de (re)existência e éticas do sujeito*, as quais estão dispostas nos três eixos centrais de publicação do periódico: artigos, relatos de experiência docente e entrevistas.

Assim sendo, a Revista Saridh tem como objetivo a publicação de textos que abordem os discursos em suas múltiplas nuances e vieses teórico-metodológicos e que priorizem reflexões sobre o sujeito e sobre a produtividade do sentido, a partir da sua intrínseca relação com a exterioridade e historicidade de práticas, sejam elas sociais, empíricas, literárias, midiáticas, culturais, políticas e etc.

Neste volume 2, número 1 (2020), lançamos o convite a todos para incluir em suas pesquisas este novo número da Saridh e apreciar as produções que aqui são apresentadas, as quais contemplam pesquisas e estudos realizados por diferentes pesquisadores nos quatro cantos do país. Esperamos com isso amplificar o grito unísono pela pesquisa no Brasil, tendo como suporte primeiro a linguagem, o discurso e o sentido na sua condição irrevogável de múltiplo, de movediço e de plural.

Os editores.

ESTUDOS DO DISCURSO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E DA LINGUAGEM: DESAFIOS E RESPONSABILIDADES

Urbano Cavalcante Filhoⁱ
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/BA
Instituto Federal da Bahia – IFBA

Na contemporaneidade, presenciamos um fenômeno preocupante que está manifesto e materializado na linguagem pelo sujeito da linguagem: trata-se de um forte movimento negacionista, explicitamente marcado por uma postura de oposição à ciência, às evidências científicas, teóricas e metodológicas sobre importantes questões relacionadas à vida do homem em sociedade.

A história nos mostra que a negação à ciência tem trazido consequências graves e sérios prejuízos ao homem e à vida social. Temas como o terraplanismo, o movimento antivacina, as *fake news*, por exemplo, provocam um desserviço à ciência e, por conseguinte, à própria sociedade que, surpreendentemente, ao mesmo tempo em que produz, faz circular esses discursos e sofre as consequências por eles trazidas. Acrescentamos a isso, estarmos vivenciando, há alguns anos, um forte ataque ao trabalho em pesquisa, bem como o investimento em ciência em muitas universidades públicas e institutos de pesquisa, levando, muitas vezes, alguns setores específicos da sociedade a questionar sobre o real valor e importância da produção científica nesses espaços de construção do conhecimento e sua necessária divulgação para o bem comum. E é por meio da linguagem que tais discursos negacionistas e até conspiratórios ganham vida e circulam socialmente na boca dos sujeitos falantes e nos diferentes veículos e suportes de divulgação e transmissão de conteúdos e notícias.

Quando observamos esses fenômenos, corroboramos o quão é importante o fazer científico e a divulgação da ciência no embate e enfrentamento, por exemplo, à desinformação. Não é uma tarefa fácil a pesquisadores e estudiosos da linguagem observar e explicar esses movimentos discursivos e retóricos, alimentados por diferentes ideologias, além de influenciados por fatores econômicos, religiosos, políticos, sociais, culturais, ideológicos.

No cerne dessa questão, encontra-se o sujeito como o ser de linguagem. E é pelo uso da linguagem, pela construção dos discursos, pela produção dos textos (nas suas mais variadas manifestações semióticas) que o homem se posiciona e põe em circulação suas visões de mundo, suas concepções, suas “verdades”, suas narrativas. Nesse sentido, afirmamos que o que está em jogo é o discurso de poder. Afinal, produz-se discurso para tomar posição perante o outro, perante o mundo, perante a vida. É nessa arena de luta de forças e posições que os sujeitos marcam seu lugar social. O processo de constituição da linguagem, enquanto fato social, mas também enquanto expressão de *um* em relação ao *outro*, é de natureza sócio-histórica e político-ideológica, já que a linguagem é resultante da interação entre sujeitos socio- historicamente situados, falando, ouvindo, agindo ética e responsivamente num determinado tempo-espço. Considerando, pois, o caráter sociológico e histórico da linguagem, o seu estudo e investigação não interessam apenas à ciência linguística, em específico, mas às ciências humanas, em geral, tendo na figura do homem que produz textos o seu objeto.

No manuscrito “Por uma metodologia das ciências humanas”, o filósofo da linguagem russo, Mikhail Bakhtin (1895-1975), defende que o objeto das ciências humanas é “o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado” (BAKHTIN, 2017, p. 59, grifos do autor)¹. Como produto da interação entre sujeitos, o texto é o ponto de partida para o estudo das ciências humanas. Assim, ao olharmos para o sujeito, estamos observando o que ele fala com o *outro*, para o *outro*, do *outro*. Em outro manuscrito, “O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica”, Bakhtin afirma:

[...] estamos interessados na especificidade das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos, e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de *texto*.

¹ BAKHTIN, Mikhail. Por uma metodologia das ciências humanas. In: _____. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Org., tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

Independente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida (BAKHTIN, 2016, p. 72, grifos nosso)².

Assim, é no texto que os sujeitos materializam suas vontades discursivas, validam suas intenções e os seus projetos sociocomunicativos. Dessa forma, ao considerarmos a multiplicidade e variedade de textos produzidos pelos sujeitos nas mais variadas esferas de comunicação humana das quais participam (a exemplo da artística, da política, da religiosa, da midiática, da científica, etc.), sempre na interação social (afinal, o homem que fala e escreve é um ser social), há uma reivindicação pela busca de contribuição de teorias da linguagem que deem conta de explicar essas variadas ocorrências semióticas e a vasta pluralidade de sentidos advindos dessas ocorrências. A verdadeira compreensão de um discurso exige que se leve em consideração os contextos extralinguísticos que envolvem a produção discursiva, aí incluídos o lugar que o sujeito ocupa, o momento sócio-histórico de sua produção, os interlocutores envolvidos no processo, os interesses, as motivações, as intenções, os diálogos, os interdiscursos, as responsabilidades, os valores.

Para Bakhtin, “o texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única fonte de onde podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2016, p. 71). Nessa perspectiva, de forma indissociável e dialógica, texto e contexto estão em relação de interdependência, um alimentando e dando sentido ao outro.

Assim, para se conhecer o sujeito de um discurso ou o discurso de um sujeito, o caminho é pelo *texto*: “As ciências humanas são as ciências do homem em sua especificidade e não uma coisa muda ou um fenômeno natural. O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial). Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia e fisiologia do homem, etc.)” (BAKHTIN, 2016, p. 77). E há, segundo o teórico russo, uma distinção entre o conhecimento produzido no interior das ciências exatas e o produzido no âmbito das ciências

² BAKHTIN, Mikhail. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. In: _____. *Os gêneros do discurso*. Org., tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

humanas. Aquele representa uma forma monológica do saber: a coisa observada é uma coisa muda; enquanto que, para este, o objeto é o homem que fala, não podendo ser encarado como coisa: “Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico* (2017, p. 66, grifo do autor).

Nesse contexto é que, dentre os vários ramos das ciências humanas, cujo homem, ser de linguagem e produtor de textos e discursos, é sua célula nuclear, a ciência linguística ou as *ciências da linguagem* (como sugerem Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau no *Dicionário de Análise do Discurso*³, haja vista que a linguística, enquanto ciência voltada para o estudo das línguas naturais, ao longo dos tempos, vem renovando seus estudos e recebendo contribuições de outros ramos das ciências humanas para melhor compreender o funcionamento da linguagem), na busca de dar conta de explicar os fenômenos sociais, psicológicos, culturais etc. ligados às línguas, reivindica a contribuição de outras áreas, a exemplo da Sociologia, da Psicologia, da Etnografia, entre outras.

Influenciador de muitos trabalhos de linguistas importantes, a exemplo de Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov, Noam Chomsky, Émile Benveniste, o linguista alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835), ainda pouco estudado no Brasil, mas considerado o “fundador da linguística teórica, criador de um sistema da filosofia da linguagem no século XIX e precursor de quase todas as posições do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure” (GRILLO, 2017, p. 18)⁴, trouxe grandes contribuições para o estudo que hoje dedicamos à língua, à linguagem, ao texto, ao discurso. Dentre as variadas proposições humboldtianas, a de que o sentido das formas depende do uso delas no discurso, interessa-nos mais de perto, para advogarmos a ideia de que a compreensão que assumimos de discurso, nas suas mais variadas perspectivas teórico-metodológicas, tem como ponto de partida a língua(gem) não dissociada do social, da história, do real, da vida. Humboldt não encara a língua apenas como manifestação

³ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. da tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

⁴ GRILLO, Sheila. Ensaio introdutório. In: VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 7-79.

externa do pensamento, mas como aquilo que o torna possível; dessa forma, a língua é atividade (*energeia*), processo, e não produto (*ergon*).

É considerando a língua como processo, vinculada a um contexto e aos sujeitos que a utilizam, que observamos uma ampliação nas possibilidades de estudo e análise do fenômeno linguístico. O estudo e análise da língua como sistema abstrato de signos, apenas sob o prisma estrutural, não alcança outros elementos e fatores que influenciam e até determinam aspectos de sua manifestação. É assim que observamos, ao longo do tempo, as ciências da linguagem trabalhando com as produções verbais humanas sob diferentes enfoques e perspectivas, no intuito de interpretar e explicar esse fenômeno multifacetado, heteroglótico, dinâmico e variável que é a língua e sua materialização em discursos vários, nos mais diversos gêneros e expressões semióticas.

Assim, a Linguística, enquanto estudo da linguagem verbal humana ou das línguas, abre possibilidades de abordagens. Isso explica, pois, a variada gama de correntes de estudos do texto e do discurso, na intenção de observar o funcionamento dessa língua(gem) viva, embebida de construções ideológicas e fatores contextuais sociohistóricos. Afinal de contas, as ideologias presentes em um discurso são diretamente construídas e influenciadas pelo contexto histórico e político-social em que os sujeitos, os autores dos textos, estão inseridos. Mais que uma análise linguística e textual, a análise do discurso é uma análise contextual da estrutura discursiva dos textos.

Os estudos discursivos, na busca da compreensão da natureza e dos efeitos de sentido da linguagem, vêm, ao longo do tempo, variando e se ampliando, chegando ao ponto de não podermos falar mais em uma *análise do discurso* (no singular), mas em *análises de discursos* (no plural). Como afirma Paula:

Aqui, pensamos de maneira ampla e, de certa forma, dialógica, pois colocamos em embate as várias perspectivas (AD francesa; ACD – Análise Crítica do Discurso; ADD – Análise Dialógica do Discurso; as semióticas – inglesa e norte-americana, francesa e russa; bem como as teorias enunciativas – de Benveniste aos contemporâneos), dando-lhes

um tom identitário (uma cara) brasileiro(a). Por isso, podemos falar em análises de discursos, no plural (PAULA, 2013, p. 241)⁵.

É nessa perspectiva plural e variada, que vários pesquisadores desempenham seu papel ético no estudo e análise de discursos vários em circulação na sociedade. É o sujeito pesquisador que, com sua assinatura, torna-se responsável pela escolha do *corpus*, da vertente teórica, do encaminhamento metodológico, do método e dos critérios da análise, bem como responsável e responsivo pela comunicação à sociedade dos resultados da busca pelo sentido do *outro – sujeito e discurso*; não um sentido captado em sua totalidade, mas sempre marcado pela incompletude, inacabamento e provisoriedade. Assim, nenhuma teoria é capaz, por si só, de explicar o todo do outro, o todo do discurso do outro, muito menos apresentar uma explicação da totalidade da experiência de ser, agir e falar do outro no mundo. Mas, por meio do método e rigor científico adequados, é capaz de elucidar as camadas de sentido que as produções discursivas, na interação social, constroem e veiculam.

Esse não é um trabalho fácil, pois na compreensão do discurso do outro, nos deparamos com disputas ideológicas e de poder. Afinal, é nesse jogo que os sujeitos participantes colocam em disputa seus interesses, valores, ideologias, pontos de vista sobre si, sobre o outro, sobre o mundo, sobre a vida. E na empreitada de analisar discursos, o pesquisador, ao perguntar e responder aos questionamentos motivadores de seu estudo, também se posiciona como um sujeito histórico, que, do seu lugar de analista, está envolto por valores, visões de mundo e experiências singulares.

Ao se trabalhar com a linguagem, com o discurso do outro, um dos grandes desafios impostos ao pesquisador é o compromisso ético de produção de um conhecimento marcado pela “distância”, pela extralocalização que ele se coloca diante do objeto analisado. Esse olhar “de fora”, a partir das lentes teóricas e interpretativo-analíticas adequadas, favorece que o analista não emita simplesmente opiniões sem fundamentos, como comumente vemos no ataque ao discurso da ciência e suas comprovações, por exemplo; mas, sim, de emitir proposições, explicações,

⁵ PAULA, Luciane. Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013.

interpretações e conclusões baseadas nas observações criteriosas de análise, fundamentadas teoricamente.

Assim, pensar, pesquisar, perguntar, responder, comprovar, escrever e divulgar são atos singulares e únicos. Como ato ético, cada sujeito assume a responsabilidade pelo seu agir e dizer. Exemplo disso são os vários textos que compõem esse número da revista. São discursos materializados nos gêneros artigos, entrevista, relato de experiência, cujos sujeitos autores assinam e assumem sua responsabilidade ético- responsiva pelos estudos que efetivaram, a partir de princípios teóricos, metodológicos e analíticos eleitos na busca dos efeitos de sentidos que os discursos do outro transmitem.

É urgente, portanto, observarmos, estudarmos, descrevermos e analisarmos cada vez mais os diversos discursos circulantes nas mais variadas esferas de comunicação humana. E sua divulgação, para além da academia, se configura como uma responsabilidade social: a ciência como um todo, em especial as ciências humanas, e as ciências da linguagem, em particular, ao tomarem a linguagem em sua dimensão social, mostra que o estudo do discurso é pluri e transdisciplinar, tendo em vista que as produções verbais, em sua multiplicidade, integram dimensões sociológicas, filosóficas, psicológicas, antropológicas, enfim, é o homem, enquanto ser da linguagem, se relacionando com o outro, com a vida, com a ciência, com a arte, com a mídia, com a religião, como atestam os trabalhos presentes no número dessa revista.

E aqui está mais uma contribuição da Revista Saridh/UFRN. Oportunizar o conhecimento, a partilha, a divulgação de estudos que tomam o texto, a linguagem, o discurso como objeto de análise, sob diferentes enfoques e perspectivas.

†Professor Doutor, pesquisador do Instituto Federal da Bahia, Campus Ilhéus. Docente pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Representações e do PROFLETRAS da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
E-mail: urbanocavalcante@gmail.com
Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4559489Z2>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1429-5300>

UMA ORDEM DO DISCURSO: ALGUNS PROCEDIMENTOS DE EXCLUSÃO NA CAMPANHA “O BRASIL QUE EU QUERO”

AN ORDER OF SPEECH: SOME EXCLUSION PROCEDURES IN THE “THE BRAZIL I WANT” CAMPAIGN

Marcelo Fábio Peixoto de Araújo Andrade da Silvaⁱ
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PGLetras

Resumo: No Brasil, um dos acontecimentos que marcaram o ano de 2018 foram as eleições, em especial, a eleição para o novo presidente. Nesta ordem discursiva em torno das eleições, a Rede Globo lança a campanha “O Brasil que eu quero”, na qual telespectadores de todas as regiões do Brasil deveriam gravar um vídeo curto informando o que esperavam que mudasse no país. Assim, percebemos que alguns vídeos de telespectadores descontentes com algum problema que assola sua cidade/bairro foram silenciados da programação dos telejornais da referida emissora, ganhando popularidade na rede mundial de computadores graças à plataformas digitais como o *YouTube*. Ancorados em alguns postulados do filósofo francês Michel Foucault, dentro de uma perspectiva da Análise do Discurso francesa, este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise discursiva a partir de dois vídeos que foram excluídos da programação oficial da Rede Globo e que “viralizaram” na internet.

Palavras-chave: Discurso. Silenciamento. O Brasil que eu quero.

Abstract: In Brazil, one of the events that marked the year 2018 was the elections, in particular, the election for the new president. In this discursive order around the elections, Rede Globo launches the campaign “The Brazil I want”, in which viewers from all regions of Brazil should record a short video informing what they expected to change in the country. Thus, we noticed that some videos of viewers unhappy with a problem that plagues their city / neighborhood were silenced from the programming of the newscasts of that station. In the meantime, some of these videos silenced by Rede Globo's news programs have gained popularity thanks to digital platforms such as YouTube. Thus, anchored in some postulates of the French philosopher Michel Foucault, within a French Discourse Analysis perspective, this work aims to carry out a discursive analysis based on two videos that were excluded from Rede Globo's official programming and that “went viral” on the Internet.

Keywords: Discourse. Silence. The Brazil I want.

Introdução

É sabido que em meio social nem sempre podemos nos expressar sobre um determinado assunto e ao emitir um determinado juízo de valor, temos sempre que levar em consideração o contexto (informal ou não), os nossos interlocutores, dentre outros aspectos que competem à comunicação.

Segundo Foucault (2010), invariavelmente, em toda sociedade, os discursos são controlados, organizados e distribuídos segundo regimes de verdade, que visam afastar seus poderes e perigos. Assim, o sujeito não enuncia livremente porque existem relações de poder/saber que cercam, limitam e até excluem seu discurso. Nessa perspectiva, a palavra não circula de qualquer forma, em qualquer lugar, nem pode ser enunciada por todo sujeito, em todas as ocasiões.

Em *A Ordem do Discurso*, livro produzido nos anos de 1970, Foucault questiona: “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2010, p. 8). Esse também é um questionamento desse trabalho, que problematiza algumas seleções que a campanha da Rede Globo “O Brasil que eu quero” realizou ao propagar vídeos enviados aos seus telejornais. Desse modo, o presente estudo objetiva apresentar uma análise de alguns procedimentos de controle de discursos que (não) circularam durante a referida campanha da TV Globo. Para isto, selecionamos dois vídeos, que, excluídos dos telejornais da Rede Globo, foram veiculados na plataforma digital *YouTube*, onde “viralizaram”.

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se nos postulados foucaultianos, em especial, seus conceitos de discurso, enunciado, poder e procedimentos de controle do discurso. O trabalho é composto por três seções: a primeira trata de algumas noções da arqueogenealogia proposta por de Michel Foucault, entre as quais se destacam os conceitos de enunciado, discurso, e poder; na segunda seção, discutiremos as condições de possibilidades e surgimento da campanha, observando as relações entre discursos e convergências midiáticas; na terceira etapa do trabalho, analisaremos os enunciados transcritos a partir de vídeos excluídos da campanha da Rede Globo “O Brasil que eu quero”.

1 Do método arqueogenalógico: enunciados, discursos e poderes

Na perspectiva foucaultiana, o discurso constrói o saber, o poder, a verdade, o sujeito e a própria realidade, e o enunciado é o elemento estruturador das relações discursivas. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008) tece longas considerações sobre formas de apreensão do enunciado e propõe analisar essa unidade na “estreiteza da sua singularidade”, na sua raridade, em seus aspectos histórico-sociais, pois considera que cada enunciado, como núcleo do discurso, tem um modo peculiar de existir e de gerar sentidos, o que requer ser perscrutado em condições específicas de sua existência.

Por enunciado, Foucault (2008) entende uma unidade de significação que é diferente da frase, da proposição, do ato de fala. Essa unidade se inscreve no plano do discurso, não se edifica em uma estrutura linguística canônica e não diz respeito a intenções individuais de quem enuncia. O enunciado, na obra de Foucault, é tanto novidade quanto repetição na história, e pode, dessa forma, ser continuamente reatualizado. Nas palavras do autor:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Essas observações foram delineadas pelo autor com base no desenvolvimento de uma forma de análise de discursos denominada por ele *método arqueológico*, o qual busca explicar transformações e dinâmicas sociais por meio de relações discursivas. A análise arqueológica requer que consideremos vários aspectos, como a avaliação das posições enunciativas que assumem os sujeitos no discurso, a observação das

instituições de onde eles falam, bem como as tramas históricas que caracterizam o momento que falam, sem, contudo, julgar se o que falam é verdade ou não, pois, na visão do autor, a verdade é uma construção histórica, e, por isso, cada época apresenta suas verdades.

Nessa dimensão analítica, o filósofo propõe interpretarmos as “regras” que gerenciam os sistemas de discursos (GONÇALVES, 2009). Para Foucault, um conjunto de enunciados forma o discurso e essa constituição se instaura segundo um sistema de regras disponíveis em uma sociedade, as quais constroem o que ele cunhou de “arquivo”, isto é, um agrupamento de discursos efetivamente atualizados em um recorte temporal e que mantêm sua existência ao longo da história. “Fazer a arqueologia dessa massa documentária é buscar compreender as suas regras, suas práticas, suas condições de funcionamento” (REVEL, 2005, p. 18).

Conforme Gonçalves (2009) para o método arqueológico de Foucault importa compreender as relações, preceitos, regularidades que se instauram do nível mais elementar do discurso (o enunciado) ao nível mais complexo (as formações discursivas). O discurso, por esse viés, é entendido como um conjunto de enunciados apoiados em uma mesma formação discursiva (daqui por diante FD), compreendida pelo autor como uma instância da cadeia discursiva que define o que pode e o que deve ser dito pelo sujeito em certas circunstâncias. Assim, alguns enunciados inscrevem-se em certas formações discursivas historicamente, obedecendo a verdades, que estão dentro e fora da linguagem, em um momento histórico (GONÇALVES, 2009).

Ao observar que os discursos são dirigidos por regimes de verdade, Foucault reforça o princípio de que o discurso tem uma ordem, isto é, não é materializado sem um conjunto de procedimentos que visam seu controle. Em sua aula inaugural, no *Collège de France*, o filósofo francês apresenta algumas reflexões em torno das formas de controle que permeiam o discurso e aponta que há dois grupos de procedimentos que o dominam, na tentativa de afastar-lhe repercussões indesejáveis: de um lado, há os procedimentos que se instalam no exterior dos discursos; de outro, existem procedimentos constituídos no interior dos próprios discursos. Neste trabalho, abordaremos os principais procedimentos externos que cercearam discursos na campanha “O Brasil que eu quero”, da Rede Globo.

No bloco de procedimentos externos de controle dos discursos, o autor identifica três formas de exclusão do discurso: a interdição da palavra; a segregação da loucura e a vontade de verdade. Foucault (2010) frisa que esses três mecanismos se localizam na própria sociedade e neles as relações de poder se manifestam muito fortemente. Existem, nesse espaço, de um lado os que controlam a palavra e de outro os que almejam falar, instaurando-se um jogo entre o direito e o poder de algo dizer. No sistema de exclusão dos enunciados, os sujeitos são controlados ao participarem da produção e circulação dos discursos.

A interdição da palavra acontece quando “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2010, p. 9). Segundo Foucault, há três tipos de interdição dos discursos: a) o tabu do objeto, b) o ritual da circunstância e c) o direito privilegiado ou exclusivo de quem fala.

Esses três modos de interdição podem ser identificados no editorial de um jornal, por exemplo. Nesse espaço, o editor tem por função selecionar textos que tragam temas e discursos compatíveis com a linha ideológica ou econômica da empresa jornalística (tabu do objeto), deve escolher aqueles textos escritos em linguagem adequada para um jornal (ritual da circunstância) e textos que tragam sujeitos autorizados a falarem de determinadas temas (direito privilegiado ou exclusivo de quem fala).

Essas três formas de interdição acontecem, no editorial do jornal, simultaneamente, e revelam formas de hierarquização, organização e apresentação dos fatos. Foucault (2010) pontua que nos dias dele essa complexa grade de interdições se mostrava mais fechada em regiões discursivas voltadas para a sexualidade e a política. Ao declarar que todo discurso acontece em uma ordem discursiva, o autor francês ressalta que o discurso pode até parecer bem pouca coisa, mas as interdições que o cercam revelam fortemente suas relações com o desejo e o poder. O discurso detém formas de poder, mas é, também, aquilo pelo que se luta.

Outra forma de exclusão apontada pelo autor, em *A Ordem do Discurso* é a separação ou segregação da palavra. Foucault afirma que esse procedimento designa as formas de seleção de discursos e de sujeitos. O autor ilustra esse procedimento

valendo-se da palavra do louco, a qual, em dado momento, foi retirada do âmbito social, por não ter sintonia com o conceito de razão. O louco ainda é tido, em muitas situações, como aquele cujo discurso não pode circular da mesma maneira que o discurso de outras pessoas, pois seu dizer não tem o peso nem a devida importância de outros dizeres.

Foucault (2010) afirma ainda que foi pela palavra que se instituiu a separação dos loucos de sujeitos considerados sãos. Vale lembrar que a separação da palavra ainda é um mecanismo muito presente em nossos dias, basta observar como alguns discursos, e seus sujeitos, no campo jornalístico, são considerados fontes seguras, seus discursos são tidos como verdade, e não outros em seu lugar.

A vontade de verdade é também um mecanismo de exclusão citado pelo filósofo francês. Ela se liga a práticas de exclusão calcada em avaliações que têm o respaldo das instituições e se constitui a partir de uma rede de lugares que visam dar o caráter de verdade a um discurso. Podemos citar a vontade de verdade tomando também por base a atividade jornalística, a qual, na busca incansável de dar credibilidade ao que veicula, busca suas justificativas, muitas vezes, em outros saberes, como se a própria palavra do jornal “não pudesse mais ser autorizada”, “senão por um discurso de verdade”. (FOUCAULT, 2010, p. 19).

No cerne das discussões sobre a ordem do discurso, suas regras de controle e exclusão existe um conceito de poder entendido por Foucault como um jogo de relações. Logo na introdução do livro *Microfísica do Poder* é possível compreender que o poder não era o grande foco das pesquisas de Foucault. Esse tema surge em algumas de suas discussões do livro *A Arqueologia do Saber*, no qual o francês explica a emergência dos saberes, não como fatos naturais ou dados *a priori*, mas como resultado de “epistemes”, isto é, um conjunto de fatores históricos, políticos, econômicos etc., que levam uma sociedade a pensar um assunto de dada maneira e não de outra. Nessa obra, Foucault (2008) conclui que não existe saber sem poder e essa relação (saber/poder) marca o início de uma fase da obra foucaultiana chamada “genealogia”. Essa segunda fase, no entanto, foi esboçada a partir de três livros iniciais do autor: *História da Loucura*, *Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*.

Nesses estudos, Foucault (2010) parte da observação de relações de poder para explicar a produção dos saberes no Ocidente. Contudo, ele não desenvolve uma teoria geral do poder. Ele não considerou que o poder teria uma natureza, com essência e características universais. O autor observa que o poder não é um objeto natural, mas uma prática social, constituída historicamente.

Ao escrever *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade*, o filósofo francês observa uma assimetria entre Estado e poder, o que não era algo novo nem inusitado. Ao estudar o nascimento da Medicina e da Psiquiatria, Foucault se depara com formas diferentes de exercício do poder distintas do Estado, todavia a ele articuladas e indispensáveis para a existência e eficácia do poder estatal.

A análise de Foucault visava distinguir grandes transformações do sistema estatal, mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda sociedade, com formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, investindo em técnicas de dominação. Foucault buscava compreender a atuação concreta do poder, que operava na realidade mais sólida dos indivíduos – seu corpo – e este poder funcionava no próprio corpo social, não acima dele. Por isso foi pensado como um micropoder.

Micropoder para Foucault corresponde ao deslocamento do espaço de análise e do nível de sua atuação. O autor buscava antes a investigação de procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos. Trata-se de dois tipos de poder que se articulam e obedecem a um sistema de subordinação que só pode ser traçado em situações concretas e tipo específico de intervenção.

Segundo Foucault (2002), os poderes periféricos e moleculares não foram absorvidos pelo poder estatal; não nasceram fora dele, nem foram criados pelo Estado, mas a ele se submetem. Em diferentes pontos da rede social, os micropoderes se exercem integrados ao Estado, distinção pouco relevante para as análises de Foucault, para o qual nem a destruição nem o controle do Estado são suficientes para transformar, em suas características fundamentais, “a rede de poderes” que impera em uma sociedade.

As pesquisas foucaultianas partem de pontos específicos de saberes – como a loucura, o criminoso, a sexualidade, para observar como micropoderes se relacionam com nível mais geral de poder constituído pelo aparelho de Estado. Desse modo, o autor distinguiu uma situação central de uma situação periférica, buscando identificar a existência e características de poderes diferentes do Estado e seus aparelhos; o que não significa querer situar o poder em um ponto que não seja o Estado, conforme sugere a palavra periferia. Suas análises sugerem que o poder está situado em toda parte e não em um ponto específico da estrutura social. Pelo viés foucaultiano, o poder não existe, o que existe são práticas de relações de poder. Entretanto, é importante ressaltar que nessa perspectiva o poder só existe se houver resistência, do contrário não é poder.

O conceito de poder como relações que se espalham de forma tentacular na sociedade nos leva a afirmar que o jornalismo exerce micropoderes, cotidianamente, ao destacar, por exemplo, os assuntos que são dignos de notas, que sujeitos são autorizados a falar sobre um tema, além de muitas outras práticas e técnicas típicas desse campo discursivo, que instauram certos efeitos de realidade em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, discutiremos, no próximo item, algumas relações de poder instauradas na ordem discursiva da campanha “O Brasil que eu quero”, proposta pela Rede Globo. Analisamos algumas regras que dirigem o funcionamento de enunciados que deveriam ir ao ar nos telejornais da campanha da Rede Globo, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, mas foram cerceados por diferentes razões.

2 Convergências midiáticas e redes de sentidos na campanha “O Brasil que eu quero”

Conforme Foucault (2008), os enunciados, para serem entendidos, devem ser analisados na estreiteza de sua existência, o que significa, entre outras questões, buscar as condições que propiciaram o seu surgimento. Desse ponto, é preciso considerar o contexto que possibilitou a veiculação dos vídeos da campanha da Rede Globo na TV.

Para essa reflexão, citamos o conceito de *convergência das mídias*, proposto por Jenkins (2009). Segundo esse autor, com a popularização da *web*, muitas pessoas

passaram a administrar conteúdos e tecnologias que antes eram de domínio apenas dos profissionais do ramo da comunicação. Parte desse processo, hoje, deve-se ao que conhecemos como “cultura da convergência”, entendida uma confluência de conteúdos operada por meio de múltiplas plataformas de mídia. Desse modo, “a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”. (JENKINS, 2009, p. 29).

Jenkins (2009) assevera que nesse modelo de interação comunicativa, agora tão presente no cotidiano de muitos países, em vez de se localizarem emissores e receptores ou consumidores e produtores de mídia como sujeitos que ocupam lugares distintos, muitos deles passam a integrar os mesmos lugares, pois as possibilidades de intercâmbio com os conteúdos propostos pelas mídias são muito amplas. Nesse âmbito, é indiscutível a adaptação à internet de conteúdos de TV e rádio como meios de comunicação que usam a *web* para a distribuição de seus produtos.

Por esse processo, tem sido possível ao jornalismo, por exemplo, redimensionar as perdas de preferências em pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) de assinaturas. Assim, grandes empresas de comunicação, ao perceberem que estavam tendo seu espaço minado por ferramentas da internet, passaram a ela se aliar, recorrendo à convergência midiática como possibilidade de atrair mais espectadores.

No Brasil, vemos que muitos jornais impressos também já aderiram à convergência. A grande maioria dos veículos de comunicação já dispõe de *sites* e seus conteúdos são exibidos de múltiplas formas em espaços digitais. Jornais impressos já são automaticamente disponibilizados na versão virtual, e alguns veículos fazem de seu conteúdo um elemento de produção econômica, abrindo algumas informações apenas para assinantes.

Vários canais de televisão incorporaram a prática de aproximação do telespectador com os conteúdos da TV via *web* e se torna cada vez mais comum, na convergência midiática, a veiculação de vídeos produzidos pelos telespectadores em telejornais. A difusão de vídeos ocorre muitas vezes pela necessidade que o leitor/telespectador tem de ver algum assunto com mais velocidade, e pela relativa

facilidade que as novas tecnologias oferecem na elaboração de um material audiovisual, pois, em tese, toda pessoa que saiba manejar minimamente um celular ou uma câmera de vídeo pode gerar notícia, e isso estreita as relações entre o telespectador e o programa de TV ou os jornais, em seus *sites*.

Percebemos que, na TV, esse modelo de comunicação tem atingido aos poucos os noticiários, que modificaram bastante a sua forma de interação com o leitor/espectador/internauta. Se em outro momento existia certa distância entre o jornal e o leitor/espectador, atualmente, a participação dos sujeitos telespectadores se faz necessária e mais presente diariamente.

Na esteira desse movimento de integração entre formas conservadoras e inovadoras de comunicação, a Rede Globo lança, no ano de 2018, ano de campanhas eleitorais, a campanha “O Brasil que eu quero”, a qual foi ao ar com a seguinte chamada:

Que Brasil você quer para o futuro? A TV Globo quer ouvir o desejo de cada um dos 5.570 municípios do Brasil. O país inteiro vai dar o seu recado nos telejornais da emissora. Você pode ser o porta-voz da sua cidade. Basta gravar um vídeo com o celular e enviar para “o Brasil que eu quero”, pelo VC no G1. QUE BRASIL VOCÊ QUER PARA O FUTURO? SAIBA COMO ENVIAR O SEU VÍDEO. G1, 10 de janeiro de 2018¹.

A campanha, inaugurada no dia 4 de março, iniciou-se com explicações dadas por alguns jornalistas sobre o modo ideal de filmagem do conteúdo, para uma boa reprodução das imagens nos telejornais. Entre os comandos dessas técnicas, estava a sugestão de gravar o vídeo com o celular em posição horizontal e em frente a um ponto importante da cidade.

Voltando-nos ao texto-chamada da emissora e lendo-o como enunciado, aos moldes de Foucault (2008), é possível verificar nele algumas redes de sentidos. Uma delas liga-se à ideia de Foucault de que o enunciado tem sempre suas margens povoadas por outros enunciados, pois essa unidade retoma enunciados que o precedem ou o sucedem na cadeia enunciativa. Assim, ao lermos a pergunta da campanha “Que Brasil você quer para o futuro?”, observamos atualizar-se nesse dizer

¹ Disponível em: <https://G1.globo.com/vc-no-G1/noticia/que-brasil-voce-quer-para-o-futuro-saiba-como-enviar-o-seu-video.ghtml>. Acesso em 28 de jun. de 2018.

outro enunciado “Brasil, o país do futuro”, o qual, segundo Braga e Ernst (2015), desde os anos de 1940, é retomado muitas vezes em momentos de discussões políticas do país, quer para reforçar a ideia de que o Brasil é um país com potencial para o desenvolvimento, quer para refutar esse sentido, considerando que o país já é um país desenvolvido.

Observamos, no entanto, que ao retomar o enunciado “Brasil, um país do futuro”, por meio do enunciado “Que Brasil você quer para o futuro?”, a TV Globo aciona a memória de Brasil como lugar em que o desenvolvimento econômico e avanços sociais ainda não ocorreram. A instituição, porém, não traz essa afirmação explicitada na ordem da língua, deixando ao telespectador/internauta a função de dizer essa verdade com os vídeos que ele enviará aos telejornais da Emissora, projetando, dessa maneira, efeitos de verdade sobre a realidade brasileira.

Ao se projetar como sujeito que tem vontade de saber o que a população almeja para si, declarando: “A TV Globo quer ouvir o desejo de cada um dos 5.570 municípios do Brasil”, a emissora coloca-se apenas como um lugar de escuta dos anseios da população e cria efeitos de imparcialidade no diálogo entre o povo e a política, até porque, conforme Foucault (2010), a política é uma das temáticas mais sujeitas a controles discursivos. Esse efeito de neutralidade ainda pode ser percebido quando o sujeito enunciativo (a Rede Globo) trata os seus telespectadores como possíveis “porta-vozes da cidade”, declarando: “Você pode ser o porta-voz da sua cidade”, atribuindo ao telespectador a função de falar em nome de um espaço político, que é a cidade.

Para Foucault (2002), as relações discursivas são sempre eivadas por relações de poder e resistência. Nesse âmbito, notamos que mesmo se lançando, nessa campanha, apenas como um lugar imparcial de escuta da vontade política da população brasileira, a emissora não ficou livre das críticas de alguns telespectadores/internautas, que enviaram mensagens em que situam a campanha da emissora como um dos problemas sociais do país, conforme veremos adiante.

3 “O Brasil que eu quero”: algumas interdições discursivas

Nesta seção, apresentamos as análises de dois vídeos que não foram ao ar em telejornais da Rede Globo. Esses materiais foram transcritos diretamente da plataforma digital *YouTube* e a sua seleção teve início quando nos deparamos com um vídeo avulso, que, excluído dos telejornais da Rede Globo de Televisão, “viralizou” em um programa dominical, transmitido pela Rede TV. Nesse vídeo, uma mulher que ironicamente se identifica como Cristiane da Silva Sauro, coloca-se na posição enunciativa do trabalhador, que reclama por, nesses últimos anos, estar à margem da representatividade no governo.

Esse material nos levou então à plataforma de compartilhamento de vídeos (*YouTube*) na qual, por meio de um buscador da própria plataforma, chegamos ao vídeo da Cristiane da Silva Sauro e a um compilado de vídeos enviados a esse canal, nos primeiros quatro meses da campanha “O Brasil que eu quero”.

Entre os vários vídeos que localizamos, escolhemos aqueles que mostravam a população brasileira indignada, ora com a situação política do país, ora com a própria campanha da TV Globo. Depois dessa seleção maior, mobilizamos outro critério de seleção – os *views* no *YouTube* – que funcionam como um índice de popularidade da plataforma. Dessa forma, chegamos a dois vídeos – a opinião de um homem e outro, de uma mulher. Analisaremos, neste artigo, somente o conteúdo verbal dos vídeos, transcritos a partir da plataforma supracitada.

O primeiro vídeo que destacamos aqui é de um senhor, cearense, cujas palavras e entonação sugerem estar mais insatisfeito com a campanha da Rede Globo que necessariamente com os problemas sociais do país. Seu recado foi o seguinte:

Eu sou Márcio², de Fortaleza, Ceará. O que eu espero do Brasil é um país onde ninguém precise ir pra televisão e dizer ‘o que eu espero do país’, igual esses ‘modinhas’ aí, alienados, que fazem esses vídeos ridículos, que não vai servir para p**** nenhuma. E outra coisa: eu gravo é com o celular na vertical, porque o celular é meu e ninguém manda em mim. Ora, p. fico p*** com essas p****!

² Nome fictício para preservar a identidade do sujeito.

Destacamos nesse enunciado o seguinte período: “O que eu espero do Brasil é um país onde ninguém precise ir pra televisão e dizer ‘o que eu espero do país’” [...]. Em tom irônico e levemente alterado, Márcio refere-se a duas questões: ele de um lado critica a política brasileira, a qual, por vezes, só dá atenção a certas situações caóticas do país após denúncias veiculadas nas mídias; e de outro, critica o fato de, como brasileiro, nordestino, cearense, ser obrigado a falar dos problemas que ele enfrenta diariamente em 15 segundos, como se fosse um acontecimento inédito dizer que o Brasil precisa de investimentos em diferentes áreas sociais.

Dois procedimentos de exclusão podem ser identificados no âmbito da segunda crítica. Primeiro, essa fala se insere no que Foucault denominou *tabu do objeto*, isto é, trata-se de um assunto que não convém ser mostrado na campanha, porque avalia negativamente a proposta da emissora. O outro procedimento de exclusão que identificamos nesse contexto diz respeito ao *ritual da circunstância*, o qual, nesse caso, não permite o emprego de palavras, elementos lexicais, considerados inconvenientes em circunstâncias televisivas. Assim, o sujeito coloca sua enunciação em uma grade de controle do seu discurso.

Essa situação é apreciada em *A Ordem do Discurso*, quando Foucault (2010) observa que determinados discursos sofrem coerções para se ‘adequarem’ a determinadas FDs, impostas por um poder ou por pessoas investidas de determinados poderes, reprimindo, de alguma maneira, alguns discursos. Na obra mencionada, o filósofo francês destaca:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos [...] procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. (FOUCAULT, 2010, p. 9).

O vídeo ainda pode ter sofrido interdição na Emissora pelo fato de o homem não ter obedecido a uma das exigências da Rede Globo, na campanha, que é a de gravar um vídeo de 15 segundos, utilizando um *smartphone* na posição horizontal. Por isso, a declaração: “E outra coisa: eu gravo é com o celular na vertical, porque o celular é meu e ninguém manda em mim!”. Esse enunciado traz, também, em suas margens,

aspectos de um poder que, funcionando de modo tentacular, busca disciplinar o próprio uso das mídias. Logo, ao declarar-se contrário a essa regra, a qual não é apenas da emissora, mas de normas técnicas para uma produção de imagens com boa resolução ao adaptar-se ao televisor, o homem mostra resistência a um poder que age, cotidianamente, em sua vida, em seu corpo, de forma regional, porém, concreta.

No segundo vídeo, o enunciador afirma:

Meu nome é Cristiane da Silva Sauro, sou de São José do Rio Preto. O Brasil que eu quero para mim é um país da cerveja barata. Porque se o brasileiro não beber, ele vai encarar a realidade que esse Brasil é. Porque não vai mudar p**** nenhuma mesmo! Então a cerveja sendo barata, o brasileiro bebe mais e, bebendo mais, ele vai ser feliz, e o brasileiro sendo feliz, o Brasil vai crescer, porque o brasileiro vai trabalhar, vai ter esperança, então só com cachaça mesmo... Então o ‘Brasil que eu quero’ é com a cerveja mais barata!

O sujeito desse enunciado, ao se identificar ironicamente como Cristiane da Silva Sauro, retoma a memória de um seriado voltado para o público infanto-juvenil, famoso nos anos de 1990, a *Família Dinossauro*. A mulher, ao se identificar como uma “da Silva Sauro”, instaura efeitos irônicos ao seu enunciado, tornando inadequado seu texto ao ritual da circunstância exigido pela Globo, a qual recomenda que no vídeo a pessoa se identifique e diga de onde está postando o vídeo.

Ainda nesse espectro de (in)adequação ao ritual da circunstância, ao dizer que o Brasil que ela deseja para si própria é um “país da cerveja barata”, a mulher rompe com as regras do ritual enunciativo da televisão, que interdita aquilo que não é permitido em seu regime de verdade falar, bem como, por meio da separação da palavra, escolhe que sujeitos são aptos a falar sobre aspectos das cidades.

Nesse caso, ao incentivar o consumo da bebida alcoólica como entorpecente para o enfrentamento da realidade difícil do país, a mulher se coloca como alguém cuja palavra não dá credibilidade à TV, sendo por isso vetada a circulação de suas palavras nos telejornais da Rede Globo. Nesse âmbito, suas palavras soam como a palavra do louco, a qual, em dado momento, foi retirada do âmbito social, por não ter sintonia com o conceito de razão, segundo afirma Foucault (2010).

Em relação a essa interdição da palavra, ainda verificamos que a vontade de verdade da TV Globo não permite que essa palavra venha às telas dos telejornais, pois a emissora deseja manter sua reputação de instituição que distribui conteúdos sóbrios.

Conclusão

Este trabalho teve como propósito apresentar uma análise discursiva destacando os principais procedimentos de interdição de discursos operados na apresentação de dois vídeos enviados à campanha da Rede Globo “O Brasil que eu quero”. Para isso, consideramos o conceito de discurso e procedimentos de controle do discurso, do filósofo francês Foucault.

Inicialmente tratamos de algumas noções da arqueogenealogia de Michel Foucault, entre as quais os conceitos de enunciado, discurso, e poder; discutimos as condições de possibilidade e de surgimento da campanha, observando as relações entre discursos e convergências midiáticas para tecermos as análises dos enunciados excluídos da campanha da Rede Globo “O Brasil que eu quero”.

Vimos que com o advento da convergência das mídias, muitos telespectadores/internautas foram levados a interagir de modo mais direto em jornais e televisão, mas como todo discurso é constituído por um sistema de regras, essa interação também é controlada por um conjunto de forças que decidem o que pode e o que deve ir ao ar nessa integração.

Os vídeos analisados nos mostram que alguns procedimentos de interdição constituem grades de exclusão de discursos e sujeitos na realidade da convergência midiática. Os audiovisuais avaliados mostram que o tabu do objeto e o ritual da circunstância indicam como alguns enunciados podem aparecer e outros não podem, na campanha “O Brasil que eu quero”. Nesses vídeos há, portanto, perigos e poderes que devem ser controlados.

Referências

BRAGA, Diego Vieira; ERNST, Aracy. **Ser ou não ser um “país do futuro”**: eis uma questão discursiva. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=Ser+ou+n%C3%A3o+ser+um+%E2%80%9Cpa%C3%ADs+do+futuro&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b>. Acesso em: 10 de out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica de poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis. Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2010. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **O método arqueológico de análise discursiva**: o percurso metodológico de Michel Foucault. Revista História e-história. Campinas (SP); Unicamp, p. 21, 2009. Disponível em:

http://www.academia.edu/461854/O_m%C3%A9todo_arqueol%C3%B3gico_de_an%C3%A1lise_discursiva_o_percurso_metodol%C3%B3gico_de_Michel_Foucault. Acesso em: 18 de jan. 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

Os mais engraçados (o Brasil que eu quero para 2018). Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NdXxbLxPfmG>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

Que Brasil você quer para o futuro? Disponível em: <https://G1.globo.com/vc-no-g1/noticia/que-brasil-voce-quer-para-o-futuro-saiba-como-enviar-o-seu-video.ghtml>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

ⁱ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marcelofabioandrade@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3399627408359541>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5743-3614>

DESFAR A TRAMA PARA EXPLORAR OS SENTIDOS: A COSTURA DOS SERTÕES NAS REDES DISCURSIVAS DA MÍDIA

SHRED THE WEB TO EXPLORE MEANINGS: THE SEWING OF SERTÕES IN THE MEDIA'S DISCURSIVE NETWORKS

Marcelino Gomes dos Santosⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN/PPGH/CERES

Resumo: Este artigo trata da produção discursiva em torno do lançamento de uma coleção de moda, intitulada “Carne Seca ou um Turista Aprendiz em Terra Áspera”, lançada em 2013 pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga no São Paulo Fashion Week, com o objetivo de analisar os sentidos sobre os sertões que circulam na internet na contemporaneidade, considerando sua inscrição no universo midiático nacional. Como metodologia, selecionamos matérias publicadas em *sites* na internet, tais como Vogue, GNT e *Lifestyle*, onde as notícias sobre o evento circularam, e os submetemos à análise dos discursos que produziram sentidos sobre o que é o sertão e o sertanejo. Consideramos, portanto, que os estudos do discurso nos permitem reflexões sobre a construção de saberes, sentidos e “verdades” na/pela história. Para tanto, destacamos como respaldo teórico-metodológico os pressupostos da Análise do Discurso de orientação francesa e os estudos de Michel Foucault sobre discursos, sujeitos e saberes, além de referenciais teóricos sobre a historiografia dos sertões, dos quais são exemplos Amado (1995) e Albuquerque Júnior (2014; 2019), pesquisadores que trataram da etimologia da palavra *sertão*, o surgimento do conceito e suas transformações ao longo da história. Em linhas gerais, nossas análises sobre as matérias apontam para efeitos de sentido sobre um sertão “áspero”, “masculino”, passível de refinamento, ao passo em que esses discursos constroem a figura do estilista como um sujeito capaz de transformar essa aspereza em moda.

Palavras-chave: Linguagem. Discurso. História. Sertões. Moda.

Abstract: This article deals with discursive production at the launch of a fashion collection, entitled “Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera”, launched in 2013 by Brazilian stylist Ronaldo Fraga at São Paulo Fashion Week, with the aim of analyzing the senses about the *sertões* that circulate on the internet in contemporary times, considering their subscription in the national media universe. As a methodology, we selected materials published on internet sites, such as Vogue, GNT and *Lifestyle*, where news about the event circulated, and submitted to analysis of discourses that produce meanings about what is the *sertão* and who is the sertanejo. We believe, therefore, that discourse studies allow us to reflect on the construction of knowledges, meanings and “truths” in/through history. Therefore, we highlight how the theoretical-methodological method or assumption of Discourse Analysis of French Orientation and the studies of Michel Foucault on Discourses, Subjects and Knowledge, in addition to Theoretical References on the History of Sertões, of which Amado are tested (1995) and Albuquerque Júnior (2014; 2019), researchers who dealt with the etymology of the word *sertão*, the concept and its transformations emerged throughout history. In general, our analysis of the materials pointed to the effects of meaning on a rough and masculine *sertão*, subject to

refinement, while these discourses build a figure of the stylist as an individual capable of changing this roughness in fashion.

Keywords: Language. Discourse. History. *Sertões*. Fashion.

Introdução: dispor os fios para tecer a trama

Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas - e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.

João Guimarães Rosa (1994, p. 132)

No espaço de produção discursiva da contemporaneidade, a movimentação de saberes na sociedade ganha força pela rapidez dos veículos midiáticos em noticiar e tornar públicas séries de discursos sobre temas e acontecimentos diversos, sobretudo, se consideramos a instantaneidade do acesso à informação que é característica da comunicação nos dias atuais. Em um cenário de lutas e disputas sociais, políticas, ideológicas, identitárias, esses discursos e saberes implicam a costura de formas de ver, ler, dizer e ser o “eu” e o “outro”, formas de se subjetivar, de se objetivar, de se comportar na sociedade, no seio da vida cotidiana.

Situado no encontro de fios de saberes urdidos nos campos da Linguagem, dos Estudos do Discurso e da História, este artigo propõe a tessitura de uma discussão sobre práticas discursivas midiáticas, produção de sentidos e espaços de subjetivação na contemporaneidade.

Para tanto, tomamos como objeto de análise a produção discursivo-midiática em torno do lançamento de uma coleção de vestuário inspirada no sertão, intitulada *Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera*, lançada pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga, em 2013, naquele que é considerado o maior evento de moda nacional, nomeadamente, o *São Paulo Fashion Week*.

À ocasião de realização do desfile, o lançamento do estilista contou com a presença de espectadores, incluindo jornalistas e fotógrafos, responsáveis pela divulgação midiática. Concebemos, nessa direção, que os discursos sobre o lançamento

do estilista mineiro produziram sentidos sobre o sertão e o sertanejo, significações que foram potencializadas por sua inscrição no universo midiático nacional e que dialogaram, em grande medida, com a memória discursiva sobre os sertões no Brasil, isto é, com a produção de saberes sobre essas “especialidades”ⁱⁱ ao longo da história.

No que se refere aos aportes teóricos que nos auxiliam no alinhar de nossas análises, destacamos as contribuições da Análise do Discurso de orientação francesa sobre a produtividade da linguagem e seu diálogo com o sentido; a historiografia dos sertões, especialmente, no que se refere às discussões sobre a etimologia da palavra *sertão*, o surgimento do conceito e seus múltiplos sentidos; além das reflexões de Michel Foucault sobre o imbricamento de discursos, sentidos, saberes e suas implicações no cerzir de subjetividades, isto é, na produção de sujeitos nos/pelos discursos.

Em termos de método, selecionamos trechos de matérias jornalísticas publicadas em *sites* na internet (nomeadamente, os portais GNT e *Lifestyle*, em 2013; e Vogue, em 2014) sobre o lançamento da referida coleção de vestuário, sobre os quais realizamos gestos de leitura interpretativa, com ênfase ao exame da teia discursiva e dos sentidos produzidos a partir deste lançamento, explorando a sua relação com a tessitura de espaços de subjetivação no tempo presente.

No trajeto de análise, estabelecemos um batimento entre leitura e descrição, com vistas à compreensão de nosso objeto de estudo. Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 26) nos diz que “compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos; é saber como as interpretações funcionam”. De acordo com esta autora, a prática de leitura discursiva “consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (Idem, p. 34).

Em um primeiro momento, discutimos as contribuições teórico-metodológicas da Análise do Discurso Francesa no que se refere à relação produtiva entre linguagem, discursos, sentidos e saberes, bem como sobre a construção de “verdades” e espaços de subjetivação. Em seguida, tratamos da historicidade do conceito *sertão* no Brasil, analisando a forma como esta ideia foi construída pelo entrecruzamento de uma série

de discursos, produzidos a partir de vários lugares de enunciação ao longo da história. Por fim, voltamo-nos para a análise da produção discursivo-midiática a partir das matérias publicadas em *sites* na internet sobre o lançamento da coleção de vestuário de Fraga, problematizando os sentidos, seu diálogo com a memória discursiva sobre os sertões e suas implicações na tessitura de subjetividades na contemporaneidade.

1 A Análise do Discurso e suas contribuições: costurando discursos e sentidos

A Análise do Discurso é uma disciplina que atua no entremeio das Ciências Humanas e Sociais, considerando a materialidade dos discursos e suas condições de produção na/pela história. Em outras palavras, interessa a esta disciplina o estudo das condições de possibilidade dos discursos, isto é, as condições de aparecimento de enunciados e seus efeitos de sentido ao longo da história, no instante e singularidade de sua emergência. De acordo com Fernandes (2012, p. 16):

A Análise do Discurso, tendo o discurso como objeto de investigação, trabalha com a linguagem sob suas diferentes possibilidades de existência, e a considera em uma relação direta com a história - esta como o que determina as possibilidades de realização daquela - e com os sujeitos. O discurso é exterior à língua, mas depende dela para sua possibilidade de existência material, ou seja, o discurso materializa-se em forma de textos, de imagens, sob determinações históricas.

Sobre este aspecto, concebemos que a linguagem é linguagem porque permite efeitos de sentidos múltiplos. E esses sentidos só são possíveis porque a linguagem está inscrita na história (ORLANDI, 2007). No caminho desta discussão, vale salientar que língua e discurso têm noções diferentes. A Análise do Discurso não trata propriamente da língua nem propõe uma análise meramente gramatical dos enunciados, embora eles possam se materializar em uma estrutura linguística. Como seu próprio nome sugere, a disciplina trata do discurso, que nos remete à ideia de movimento.

Concebemos, nesse sentido, que discurso e história estão intimamente ligados, em uma relação indissociável. Ambos estão em consonância com determinadas condições de produção, que se relacionam com o processo de construção de saberes e

“verdades” ao longo da história, bem como permitem sua sustentação. Sobre a relação entre os discursos e a produção de verdades, Foucault (2007, p. 12) nos diz que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o emprego de dizer o que funciona como verdadeiro.

De acordo com Fernandes (2012, p. 26), “os enunciados, assim como os discursos, são acontecimentos suscetíveis de serem analisados considerando a continuidade, a descontinuidade, a dispersão, a formação e a transformação”. Analisar os enunciados, em uma perspectiva da Análise do Discurso Francesa, é considerar as posições que o sujeito ocupa, posto que no enunciado sempre haverá uma posição-sujeito ocupada por um ou vários sujeitos.

No que se refere à produção de subjetividades, os discursos e saberes históricos participam diretamente desse processo, pois incidem sobre os sujeitos, que se constroem no/pelo discurso, jamais fora deles. Sobre este aspecto, Fernandes (2012) nos fala sobre aquilo a que chama “ética”, isto é, o conjunto de saberes e práticas que incidem sobre os sujeitos, e que existem em todas as épocas da história da humanidade. De acordo com o autor:

Essa ética se manifesta pela linguagem e implica a materialização de diferentes discursos (...). Em sua relação com os sujeitos, visa a produzir e/ou modificar a subjetividade para inseri-los em espaços sociodiscursivos nos quais se objetivarão como sujeitos singulares, inscritos em lugares de verdade, e portadores de determinadas identidades (FERNANDES, 2012, p. 79).

No trajeto de examinar os discursos, consideramos que a memória discursiva participa diretamente na produção de sentidos, uma vez que, como nos aponta Fernandes (2012, p. 96), “na enunciação há sempre um já-la, um discurso precedente e em funcionamento pela memória, presente na repetição de um discurso em outro, mas

sempre sob novas condições ou possibilidades históricas”. Logo, os sentidos que são produzidos ao longo da história são possíveis porque dialogam com outros discursos, discursos anteriores, que atravessam os tempos por meio da memória.

A Análise do Discurso de orientação francesa, enquanto uma disciplina que dialoga com saberes oriundos de diversas áreas da Ciências Humanas e possibilita o estudo de diversos objetos a partir de seus pressupostos teórico-metodológicos, nos permite analisar e problematizar a produção de uma série de discursos, saberes, sentidos, a costura de “verdades” históricas, sua relação com o poder, bem como a tessitura de espaços de subjetivação por meio do entrecruzamento de sentidos e saberes.

2 A tessitura histórico-discursiva dos sertões

Sabemos que a temática dos sertões alimenta e fecunda o imaginário brasileiro há tempos, estando presente em uma série de obras e produções artísticas nacionais (literárias, fílmicas, pictóricas, televisivas, entre outras). Como já nos dissera Guimarães Rosa (1994, p. 741), em sua obra *Grande Sertão: Veredas*, “o sertão está movimentante todo-tempo”.

Ao longo da história, a ideia de sertão passou por muitas transformações, desde o surgimento do conceito até a contemporaneidade. A palavra *sertão* aparece nas descrições de viajantes e cronistas que estiveram na América portuguesa no século XVI e, a partir do século XVII, nas primeiras tentativas de se elaborar uma história nacional (AMADO, 1995). Antes disso, por volta do século XIV, a palavra era usada pelos portugueses para se referir às áreas de Portugal distantes de Lisboa, atual capital do país. Estava, nesse contexto, intimamente associada à ideia de interioridade e distanciamento, sempre em relação a um outro, a uma alteridade. Esse outro era o não-sertão, o lugar do poder e da civilidade, a partir do qual os sertões portugueses eram vistos, descritos e pensados.

No sentido da discussão sobre a etimologia da palavra e seus primeiros sentidos, Erivaldo Neves (2003, p. 154) nos diz que:

Apoiando-se no Dicionário da língua bunda de Angola, elaborado por Bernardo Maria de Carnecatim e publicado em Lisboa, no início do século XX, Gustavo Barroso (1888-1950) atribuiu a gênese da palavra “sertão” ao vocábulo ‘mulcetão’, corrompido para ‘celtão’ e, depois, ‘certão’, cujo significado, expresso em latim, *locus mediterraneus*, que se traduz por ‘lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa’. Transposta para Portugal, deu-se, indevidamente, a essa significação africana, a equivalência de ‘desertão’, deserto grande, de onde surgira ‘sertão’, como forma contraída.

Nesse contexto, os sentidos em torno da palavra “sertão” estavam ligados à ideia de distância e interioridade, sempre em relação a um “outro”, sua alteridade, que, por oposição, também o constituía. Em outras palavras, existia de um lado o sertão, do outro, tudo aquilo que não era sertão, mas que o construía, sobretudo, por jogos de diferença.

Desde o surgimento do conceito, vários sentidos foram associados a esta palavra. No contexto da América Portuguesa, ela era usada pelos lusos para se referir às regiões interioranas, desconhecidas pelos colonizadores. Como nos permite pensar Albuquerque Júnior (2019, p. 21), essas primeiras significações perduraram por muito tempo, pois “até o início do século XX, o sertão era todas as terras que ficavam afastadas da costa, que ficavam distantes das aglomerações urbanas que se distribuíam por todo o litoral brasileiro”.

Nesse sentido, o referido historiador nos fala sobre o “raptó” do conceito de sertão pelo regionalismo nordestino ao longo do século XX. De acordo com Albuquerque Júnior (2019, p. 25), esse raptó “foi antecedido e possibilitado por discursos e práticas institucionais que antecederam a própria invenção do Nordeste”ⁱⁱⁱ, que, até meados da década de 1910, não existia. Sobre este aspecto, o autor nos informa que:

Esses discursos prepararam o terreno para a associação entre sertão e semiárido nordestino, na medida em que o descreveram e o definiram a partir de temas, eventos e personagens típicos daquele espaço. Além da temática da seca, que seria responsável por dar ao sertão certa paisagem – marcada pela terra gretada, pela caatinga seca e esgalhada, por um sol abrasador, uma luz branca e intensa, pela presença das cactáceas, esses discursos associarão o sertão a três outras temáticas: o

coronelismo, com seu complementar jaguncismo, o cangaço e o messianismo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 26).

Os sertões, ao longo do século XX, foram sendo “nordestinizados”, sendo a subdivisão da região Nordeste em quatro sub-regiões (meio-norte, zona da mata, agreste e sertão) responsável por oficializar essa captura do conceito *sertão* pelo regionalismo nordestino. Nesse sentido, pessoas nascidas longe da costa e dos grandes centros urbanos passaram a ser chamadas interioranas, matutas, caipiras, etc. mas não mais sertanejas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 31).

Se fizermos um sobrevoo pela literatura brasileira, encontraremos várias obras que se apresentam como enunciados poderosos sobre os sertões, produção de discursos que construíram sentidos que atravessaram os tempos, atualizando-se em novas materialidades, das quais são exemplos os inúmeros filmes, peças de teatro, músicas, etc. produzidos na cena cultural brasileira a partir desta temática.

Ainda no que tange à construção de sentidos sobre a ideia de sertão no Brasil, apontamos para a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902, narrativa sobre o trágico episódio que foi a Guerra de Canudos, onde podemos encontrar incontáveis descrições, com preocupações nítidas em termos de detalhamento, sobre paisagens, sujeitos e práticas ditos sertanejos, construções discursivas que alimentaram e dialogaram com inúmeras outras obras que a sucederam, sendo estudadas e problematizadas por diversas áreas do saber, tais como a Literatura, a Sociologia, a Psicologia, a História, entre muitas outras.

Mas essa tessitura discursiva sobre os sertões não se encontra nem se encerra apenas na literatura. Outros enunciados contribuíram para a produção de sentidos sobre essas “espacialidades” ao longo da história, das quais são exemplos diversas novelas, peças de teatro, músicas, pinturas, etc. que, juntas, construíram sentidos sobre o que é o sertão e o que implica ser sertanejo, produção discursiva que atuou na manutenção e atualização de sentidos sobre o sertão e seus sujeitos habitantes, bem como no que se refere à sustentação de determinadas “verdades” históricas, entendidas aqui como construções discursivas.

O conceito de sertão, como uma tessitura histórica e discursiva, foi sendo modificado ao longo da história, materializando-se em diversas estruturas. Juntos,

esses discursos costuraram um arquivo de imagens e sentidos sobre o que é sertão, quem são os sertanejos, possibilitando a criação de espaços de subjetivação, tecendo, destecendo e entretecendo identidades, objetivando sujeitos no seio da vida cotidiana.

De acordo com Foucault (2008, p. 146), sobre a noção de arquivo:

Ao invés de vermos alinhavarem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de atualização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo.

No sentido dessa discussão, Fernandes (2012, p. 40) salienta que o arquivo “é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”, e que este “jamais pode ser apreendido e descrito em sua totalidade”.

Como é possível pensarmos a partir dos estudos que discutiram a origem da palavra e do conceito *sertão*, sua construção discursiva e seus múltiplos sentidos ao longo da história, essas significações foram sendo modificadas com o passar do tempo, sendo alguns de seus sentidos cristalizados, tão poderosa é a força dessas construções. Esses sentidos atravessaram os tempos, costurando subjetividades, demarcando espacialidades, objetivando a conduta de sujeitos, atribuindo-lhes uma identidade.

Nesse caminho, a enunciação dos sertões no tempo presente nos permite problematizar os discursos e seus múltiplos sentidos ao longo dos tempos, analisar como essa relação entre linguagem, história e discurso funciona na contemporaneidade, quais os sentidos e imagens que são colocados em jogo pelos enunciados que circulam na sociedade, como aqueles que são divulgados pela mídia sobre os sertões na atualidade, os quais nos propomos a analisar neste artigo, a seguir.

3 Na ótica dos discursos midiáticos: os sertões no espaço da moda brasileira

Ronaldo Fraga é um estilista brasileiro, nascido em Minas Gerais. É graduado em Estilismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e pós-graduado em universidades estrangeiras, nomeadamente, a *Parsons School of Design*, de Nova Iorque, e a *Central Saint Martins*, de Londres. É membro da Associação Brasileira de Estilistas – ABEST, da Academia Brasileira da Moda, e possui uma marca oficial que leva o seu nome, fundada em 1997.

O estilista mineiro já lançou dezenas de coleções na cena da moda brasileira e faz parte do seu calendário oficial de lançamentos sazonais de coleções de vestuário, dentre as quais encontramos aquela inspirada no sertão do semiárido, intitulada *Carne Seca ou um Turista Aprendiz em Terra Áspera*, apresentada no *São Paulo Fashion Week* em 2013 como proposta para o inverno 2014.



Da esquerda para direita

Figura 1 - Modelos no SPFW
Fonte: <https://ffw.uol.com.br/desfiles>

Figura 2 - Ronaldo Fraga
Fonte: <https://ffw.uol.com.br/desfiles>

Na ocasião de lançamento desta coleção, notícias sobre o evento foram veiculadas em *sites* na internet, nas quais encontramos discursos sobre o tema que inspirou o processo criativo do estilista mineiro, nomeadamente, o sertão. Sobre a circulação de discursos no espaço de produção midiática, Possenti (2007, p. 13) nos fala sobre a importância de considerarmos a movimentação de saberes na esfera midiática,

pois, segundo o autor, “não se compreende mais nossa sociedade se sua análise não considerar revistas, jornais, sites e blogs”.

Consideramos, nesse sentido, a veiculação de notícias sobre este lançamento como a discursivização dos sertões na contemporaneidade, produção de sentidos sobre a qual nos debruçamos para tecer uma análise discursiva dos enunciados e imagens que são colocadas em jogo na/pela mídia na atualidade.

À época do lançamento da coleção de Ronaldo Fraga, em 2013, o blog *Lifestyle*^{iv} produziu uma matéria sobre sua apresentação nas tendas do Parque Villa-Lobos, onde noticiou:

É também dia de conhecer mais *uma história de Ronaldo Fraga*, o estilista que, a cada temporada, *ensina* um pouco do Brasil para os brasileiros. Desta vez, a *aula* de Ronaldo Fraga passa pelo sertão nordestino, de onde nasceu a coleção “Carne Seca ou um Turista Aprendiz em Terra Áspera”, que ele apresenta às 16 horas nas tendas erguidas no Parque Villa-Lobos. Conversar com Ronaldo sobre o nascimento de suas coleções é sempre empolgante. *Ele se embrenha nos confins do Brasil para descobrir personagens, histórias e imagens que ninguém mais viu. Seu inverno 2014, por mais contraditório que pareça, vem do semiárido* (LIFESTYLE, 2013, grifo nosso).

A postagem do blog *Lifestyle*, entendida aqui como uma produção discursiva, permite gestos de leitura e interpretação, sobretudo, no trajeto de examinar e problematizar os efeitos de sentido sobre o sertão e sua relação com a tessitura de espaços de subjetivação na contemporaneidade.

Ao afirmar que “ele (Ronaldo Fraga) se embrenha nos confins do Brasil para descobrir personagens, histórias e imagens que ninguém mais viu”, o enunciado circunscreve o sujeito-estilista como um estrangeiro, ao passo em que dialoga com redes de memória sobre os sertões, sobretudo no que se refere à sua localização espacial. Como discutimos anteriormente, ao longo da história, os sertões foram descritos como lugares longínquos, arcaicos, antimodernos. Esses sentidos aparecem na referida matéria, reafirmando a ideia de que os sertões estão distantes, resguardados no interior do “Brasil profundo”.

O uso da palavra “embrenhar” significa adentrar um espaço, com certa dificuldade. O estilista é subjetivado nessa matéria como um estrangeiro que, por meio

de seu trabalho, “ensina” aos brasileiros sobre o próprio país, que se movimenta no sentido do seu interior, geográfico e cultural, para “descobrir”, isto é, para revelar “personagens, imagens e histórias” velados. O trabalho com moda, nesse sentido, é concebido como revelador. Percebamos como os discursos, materializados na linguagem verbal, constroem objetos e sujeitos. O estilista é construído no/pelo discurso como um contador de histórias, aquele que tece narrativas por meio das roupas que apresenta nas passarelas da moda brasileira.

De acordo com Fernandes (2012, p. 16): “O sujeito, por sua vez, é constituído por discursos historicamente produzidos e modificados; assim como o discurso, o sujeito está em constante produção, é marcado por movências”; sendo os discursos exteriores à língua, posto que não estão no mesmo nível que a linguagem verbal, mas se materializam nela, assim como em outras estruturas.

Ao referir-se ao sertão como os “confins do Brasil”, a matéria publicada pelo portal de notícias *Lifestyle* dialoga com a memória discursiva sobre esses “espaços”, descritos historicamente como distantes da civilização, dos grandes centros urbanos, da modernidade. Sobre a relação entre discurso e memória, Fernandes (2012, p. 25) salienta que “todo discurso resulta de um já-dito (não sabido, apagado) e esse já-dito é sempre um jamais-dito”. Isso é o que Orlandi (2007, p. 31) chama memória discursiva, isto é, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

A palavra “confim” irradia o sentido de limite, fronteira, que marca a divisão entre o “eu” e o “outro”. Estar nos “confins do Brasil” é estar distante de sua alteridade, o seu contraponto, que, no trajeto das discursividades históricas sobre o sertão, são os grandes centros urbanos, os lugares de poder, modernos, civilizados, que constroem a sua imagem por oposição. Além disso, os efeitos de sentido deste enunciado convergem para a ideia de que o sertão é sempre alvo de olhares exógenos e projetos transformadores, e que necessita ser visto, portanto, pelo outro. Percebamos que esses discursos e sentidos sempre apontam outros que os sustentam, que garantem a sua enunciação, pois, conforme nos permite pensar Orlandi (2007, p. 39), “os sentidos resultam de relações”.

No trajeto midiático de veicular informações sobre o lançamento da coleção de Ronaldo Fraga, a revista Vogue e o portal de notícias GNT também publicaram notícias em suas páginas na internet. Foram notícias nesses dois *sites*, respectivamente:

Inspirada na *solaridade* da *arte popular* do sertão nordestino, a *beleza do inverno 2014* de Ronaldo Fraga transformou a região brasileira em poesia assim como a obra de João Guimarães Rosa: enormes galhos secos saíam de cabelos milimetricamente frisados, lábios marrons remetiam à *terra seca*, pele esculpida com bronze alaranjado dava a ilusão de *queimado de sol* e um leve brilho dourado proporcionava um ar quase etéreo às modelos (VOGUE, 2014, grifo nosso).

Para o inverno 2014, o estilista mineiro Ronaldo Fraga consegue extrair poesia da aspereza do sertão brasileiro, trazendo para a passarela uma coleção em que a dureza, o rústico e a força do universo masculino se traduzem em roupas femininas de extrema delicadeza. As roupas vêm quase todas trabalhadas em couro, em diferentes texturas e efeitos (GNT, 2013, grifo nosso).

As notícias sobre o lançamento da coleção, veiculadas nas revistas Vogue e GNT, materializam discursos sobre o sujeito-estilista, bem como sobre a inspiração temática de seu trabalho: o sertão. A imagem do estilista mineiro é costurada como a de alguém que “transforma”, isto é, os sentidos suscitados pela matéria apontam para a ideia de um sujeito capaz de mudar a forma de algo, ao passo em que levam Fraga a ocupar a posição de um sujeito autorizado e capaz de “extrair poesia” do sertão no processo de criação de seu trabalho com moda.

Percebamos que o estilista é costurado por meio desses discursos como alguém com uma sensibilidade estrangeira, adentrando uma “espacialidade” interiorana e distante em busca de algo, capaz de torná-lo visível e, mais que isso, elevar a sua forma, atribuindo-lhe positividade por meio de seu trabalho com moda.

Além desses, outros sentidos são retomados na matéria. Notamos que o uso vocabular não é por acaso e nos dá pistas sobre ideias historicamente associadas ao sertão. As palavras, nesse sentido, são “vestígios”, pois são a materialização dos discursos em estruturas linguísticas. Elas nos apontam para os efeitos de sentido sobre o sertão e os sertanejos.

Os enunciados presentes nas matérias fazem referência à “solaridade” do sertão, à pele das modelos, “queimada de sol”, à “terra seca”. O sertão, como uma construção discursiva e histórica, teve sua imagem costurada a determinadas paisagens, a determinadas imagens, a maioria delas clichês e estereotipadas, como aquelas que encontramos aos montes em produções audiovisuais brasileiras que trataram desse tema, em especial, uma incontável produção de filmes sobre “espacialidades”, práticas e sujeitos ditos sertanejos.

Nessas produções, também discursivas, é comum a presença de imagens em que os efeitos de sentido nos remetem à ideia de sertão, dialogando com a memória discursiva, narrativas visuais constituídas de muitos lugares-comuns: uma imagem estourada, excessivamente iluminada, o céu azul, quase sempre sem nuvens, a presença de cactáceas, vegetação seca e espinhenta, a ênfase dada à terra rachada, o sol escaldante, castigante, que paira sobre a vida dos sertanejos, entre muitas outras.

As duas matérias, publicadas no portal Vogue e GNT, referem-se à “poesia” do sertão. Ao dar ênfase a esse caráter poético, esses discursos positivizam relativamente a sua imagem, mas a condiciona ao trabalho de um agente exógeno, no caso, o próprio estilista. Em outras palavras, os sentidos apontam para a necessidade do “outro” para que a positividade do sertão seja revelada. Sobre este aspecto, Moraes (2003, p. 03) enfatiza que “mesmo aquelas concepções que veiculam uma visão positiva desses lugares vão equacionar tal positividade como um potencial adormecido, cuja efetivação prática demandaria ações transformadoras da realidade vigente”.

A poesia de que fala a matéria não está em qualquer lugar, está escondida na “aspereza” do sertão. Elementos como “a dureza, o rústico e a força do universo masculino” são ressaltados, colocados em evidência. Eles “se traduzem em roupas femininas de extrema delicadeza” por meio do trabalho do estilista. Aqui, mais uma vez, a imagem de um sujeito-transformador é reforçada no/pelo discurso.

Além disso, interessante problematizarmos os efeitos de sentido a partir da adjetivação mobilizada nas matérias. O sertão é costurado, mais uma vez, a sentidos como os de dureza e rusticidade, que são traduzidos pelo sujeito-estilista em elementos de “extrema delicadeza”, isto é, a roupa, objeto da moda, seu contraponto semântico. Como percebemos nesta passagem, a ênfase é dada ao sertão,

especialmente, à força deste “universo masculino”. Porque o sertão e o sertanejo, bem como o Nordeste e o nordestino, são, sem dúvidas, “masculinos”, não por uma determinação natural, mas cultural, histórica, discursiva, como podemos pensar a partir dos estudos do pesquisador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013).

Segundo o referido historiador, “o tipo popular do sertão nordestino, por ser inculto, teria costumes e psicologia muito particulares, marcado pela profundidade de caráter de homens rústicos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 189). Esse sujeito sertanejo foi concebido historicamente, por meio do entrecruzamento de diversos discursos, como “uma reserva de virilidade, macheza, bravura, capacidade de luta, de enfrentamento, de energia para as batalhas que o espaço regional parecia carecer”.

Logo, percebemos que os saberes ao longo da história, isto é, os discursos que são produzidos a partir de diversos lugares de enunciação, incidem diretamente na construção de determinadas imagens, subjetividades, identidades, etc. e que condicionam, também, comportamentos sociais, posto que, como nos explica Fernandes (2012, p. 82), “a maneira de ser de um sujeito, ou seja, seu *ethos*, é produzido e modificado por movimentos exteriores a ele, por discursos que o capturam”.

Esses discursos, em especial, aqueles que circulam na mídia, incidem sobre os sujeitos, disciplinando-os, posto que, conforme nos explica Svendsen (2010, p. 94), “o poder disciplinador pelo qual a maioria das pessoas é afetada não é aquele exercido atrás dos muros das prisões, mas o exercido por meio da televisão, dos jornais, das revistas e da mídia”.

Conclusão: chulear o que foi tecido

Linguagem, discurso e história estão em uma relação indissociável. Os sentidos que irradiam das matérias as quais analisamos neste artigo só são possíveis porque estão em sintonia com determinações históricas, porque dialogam com a memória discursiva sobre os sertões, e só são passíveis de serem analisados e problematizados por sua materialização em estruturas, de que é exemplo a linguagem verbal.

As notícias veiculadas nos portais *Lifestyle*, *Vogue* e *GNT* possibilitaram a enunciação dos sertões no tempo presente, ao passo em que teceram sentidos sobre essas “especialidades”, criando, assim, espaços de subjetivação, que se constituem atravessados por esses diversos sentidos. Importante se faz mencionar que essas significações são potencializadas por sua inscrição midiática, visto que as notícias circularam na sociedade com a rapidez que é característica da comunicação nos dias atuais, estando esses sentidos à deriva, incidindo sobre a vida dos sujeitos.

Salientamos, portanto, que esses discursos não são neutros, eles são dotados de positividade^v, pois constroem imagens, formas de ver e dizer sujeitos e objetos, no caso de nossa análise, o sertão, o sertanejo, o sujeito-estilista que trabalha com moda, além de implicar formas de se objetivar e se comportar no seio da vida cotidiana. Dizemos positividade no sentido de que nos fala Fernandes (2012, p 36): “positividade refere-se a algo que provoca, que produz, induz à produção”. Esses discursos, como vimos, dialogam com a memória discursiva sobre os sertões e seus sentidos reforçam e atualizam determinadas imagens no tempo presente, colocam em jogo determinadas ideias e significações sobre lugares, práticas e sujeitos, ao passo em que excluem outras.

Essas construções discursivas, muitas vezes, reproduzem sentidos estereotipados, cristalizados, e incidem sobre a forma como vemos, lemos e dizemos o sertão e o sertanejo, o modo como concebemos essa identidade, sem falar que alimentam uma série de “verdades” e preconceitos que são sustentados por esses sentidos que foram tecidos historicamente: sentidos sobre a distância geográfica, cultural e temporal do sertão em relação ao seu oponente (isto é, as grandes cidades, o litoral, os centros de poder), sobre a masculinidade comumente associada aos sertanejos, a “aspereza” de um lugar seco, castigado pelas secas, entre outros.

Como foi possível observar a partir das reflexões empreendidas nesse artigo, a relação entre linguagem, discurso e história se constitui como uma possibilidade de analisar e problematizar a discursivização de objetos e a tessitura de sujeitos os mais diversos, tomando-os não como construções naturais, mas como produtos de discursos e saberes inscritos na história.

Nesse sentido, as contribuições da Análise do Discurso Francesa e dos estudos de Michel Foucault ao longo de toda a sua trajetória de vida são importantes quando se busca entender como os sentidos funcionam, como os discursos produzidos a partir de diversos lugares de enunciação incidem sobre a forma como vemos, lemos, dizemos objetos e sujeitos, como nos subjetivamos e nos comportamos no seio da vida cotidiana, como nos entendemos e somos entendidos enquanto existências, e de que formas podemos re(existir).

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”** – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado.** In: FREIRE, Alberto (Org.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino.** *Revista Observatório Itaú Cultural*, nº 25, mai/nov. 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.
- AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação.** *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** São Paulo: Três, 1984.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault.** São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MIRRIONE, Henriete. Desfile Ronaldo Fraga no SPFW – inverno 2014. **GNT.** Disponível em: <https://gnt.globo.com/moda-e-beleza/materias/desfile-ronaldo-fraga-no-spfw-inverno-2014.htm>. Acesso em: 20 maio. 2020.
- BRESSER, Débora. Ronaldo Fraga leva Carne Seca para a passarela da SPFW. **Lifestyle.** Disponível em: <https://lifestyle.r7.com/moda/ronaldo-fraga-leva-carne-seca-para-a-passarela-da-spfw24082019><https://lifestyle.r7.com/moda/ronaldo-fraga-leva-carne-seca-para-a-passarela-da-spfw-24082019>. Acesso em: 20 maio. 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Sertão**: um “outro” geográfico, *Terra Brasilis*, 4 - 5 | 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 25 jan. 2020.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. Politeia, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

POSSENTI, Sírio. Uma leitura política. In: FONSECA-SILVA. **Poder-saber-ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 13-16.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

SVENDSEN, Lars. **Moda**: uma filosofia. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

O FRISADO poético da beleza nordestina do inverno 2014 de Ronaldo Fraga. **Vogue**. Disponível em: <https://vogue.globo.com/fashion-weeks/spfw/noticia/2013/10/o-frisado-poetico-da-beleza-nordestina-do-inverno-2014-de-ronaldo-fraga.html>. Acesso em: 20 maio. 2020.

ⁱ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-CERES-UFRN), campus de Caicó-RN.

E-mail: marcelinogomes_@outlook.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3365036460718914>. Caicó-RN, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8864-5126>

ⁱⁱ Dizemos “especialidades”, entre aspas, por pensarmos os sertões não como meras especialidades, no sentido da geografia tradicional, visto que, em nosso entender, os sertões não se tratam apenas de um “tipo empírico de lugar”, mas sim de “uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares”, conforme nos permite pensar Moraes (2003, p. 2).

ⁱⁱⁱ Sobre a invenção do Nordeste, ver: Albuquerque Júnior (1999).

O UNIVERSO FEMININO NA GESTÃO DA UERN: UMA INVESTIGAÇÃO DA PRESENÇA DAS MULHERES NOS CARGOS HIERÁRQUICOS NO CAMPUS CENTRAL DA UNIVERSIDADE

THE FEMALE UNIVERSE IN UERN MANAGEMENT: AN INVESTIGATION OF THE PRESENCE OF WOMEN IN HIERARCHICAL POSITIONS ON THE UNIVERSITY'S CENTRAL CAMPUS

Lucas Gabriel de Souza Galvãoⁱ

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Verônica Palmira Salme de Aragãoⁱⁱ

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo: A presente pesquisa objetiva investigar a presença de mulheres nos cargos de chefia do *campus* central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O corpus é composto pelos Pró-Reitores/as titulares e adjuntos/as, nomeados pela Reitoria, e dos/as Diretores/as e Vice-diretores/as eleitos/as em suas respectivas Faculdades. A Fundamentação teórica no que diz respeito aos estudos de gênero apoia-se em Garcia (2015), Tiburi (2018), Felipe (2016) e Lugones (2014). A pesquisa com viés documental, com abordagem quantitativa e qualitativa, se baseia em fontes da Universidade, como o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UERN), e o Estatuto UERN, visando à compreensão dos parâmetros norteadores desses cargos institucionais. Nessa perspectiva, a partir da investigação, foi possível destacar uma desigualdade, que favorece o gênero masculino, quando se trata de cargos indicados e eletivos na universidade.

Palavras-chave: Universidade. Estudos de Gênero. Desigualdade.

Abstract: This research aims to investigate the presence of women in the leadership positions of the central campus of the State University of Rio Grande do Norte. The corpus is composed of the Pro-Rectors and adjuncts, appointed by the Rector, and the Directors and Vice-Directors elected in their respective Faculties. The theoretical foundation with regard to gender studies is based on Garcia (2015), Tiburi (2018), Felipe (2016) and Lugones (2014). The research with documentary bias, with quantitative and qualitative approach, is based on sources of the University, such as the General Rules of Procedure, the Institutional Development Plan (PDI/UERN), and the UERN Statute, aiming at understanding the guiding parameters of these institutional positions. From this perspective, from the investigation, it was possible to highlight an inequality, which favors the male gender, when it comes to indicate and elective offices at the university.

Keywords: University. Gender Studies. Inequality.

Introdução

A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi uma luta impulsionada pelo capitalismo, que necessitava de mão de obra barata para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, de acordo com Tiburi (2018, p. 13) essa inserção se deu “num contexto da dominação e da violência, da exploração, da opressão, mas também o de muita sedução. Ora, o trabalho é o oposto do prazer, mas o prazer depende do trabalho”. Essa inserção da mulher no mercado de trabalho é um passo importante para a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e possibilita, ainda, a diversidade de representações e ideias nesses espaços.

A Universidade desempenha um papel importante na inclusão das mulheres, mas ainda reflete muitas desigualdades concernentes à sociedade, dentre elas a de gênero. Dependendo do curso, da função e principalmente do exercício de poder nos cargos superiores, a presença da mulher pode se mostrar desigual em relação aos homens.

Nesse sentido, a presente pesquisa volta-se para a investigação da presença feminina nos cargos de chefia e liderança da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, na atual gestão (2018-2022) com o objetivo de se obter dados quantitativos e qualitativos sobre a efetiva presença da mulher na única universidade pública estadual do RN.

Ao longo da história, as discussões sobre o feminismo sempre estiveram relacionadas ao conceito de gênero, definido por Garcia (2015, p. 17), como uma categoria central da teoria feminista, que “parte da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais”. Com isso, os estudos feministas tendem a considerar o constructo social concernente a efetiva emancipação feminina nos diversos espaços da sociedade. Nesse contexto, possibilitou-se o questionamento dos sistemas de crenças e condutas que hierarquizam homens como superiores a mulheres.

O sistema patriarcal impõe ideais e práticas sociais que dificultam a emancipação da mulher. É, principalmente, no trabalho, que as mulheres encontram

oportunidades para ganharem cada vez mais espaços em ambientes considerados hegemonicamente masculinos. No Brasil, a participação da mulher no âmbito profissional ainda encontra diversos caminhos a serem percorridos e comemorados. Em matéria publicada, em 05 de março de 2017 o portal G1, mostra que as mulheres ocupam apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas privadas e apenas 21,7% no setor público.

As construções sociais, mesmo com muitos avanços, ainda são influenciadas de alguma maneira por esse sistema patriarcal, onde a liderança feminina é questionada e o homem seria considerado o líder natural nas relações, principalmente no ambiente de trabalho. Por isso, é importante o fomento de pesquisas que revelem essas desigualdades para, através da obtenção de dados, combater as injustiças sociais em diversos espaços da sociedade, como, por exemplo, nas universidades. Tais estudos devem compreender as desigualdades e propor políticas no embate contra abusos, violências e preconceitos a que as mulheres estão suscetíveis no mercado de trabalho, impossibilitando a igualdade de direitos.

O presente estudo tem como objetivo geral investigar a presença de mulheres nos cargos de chefia do *campus* central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, como objetivos específicos: analisar a proporção entre homens e mulheres em exercícios de cargos de direção das faculdades, onde os/as ocupantes são eleitos/as pela comunidade acadêmica e chefia das Pró-Reitorias, onde os/as ocupantes são indicados/as pela Reitoria.

É relevante o recorte de gênero do presente estudo, juntamente com as categorias de análise, visando a uma compreensão da representação da universidade e o seu papel enquanto instrumento de inclusão e desenvolvimento social. É pertinente a análise e compreensão da representatividade feminina nos cargos hierárquicos no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, tais como Reitoria, Pró-Reitorias, Faculdades.

A pesquisa tem como recorte a categoria de gênero no quadro de servidores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, além das categorias: cargos eletivos e cargos indicados. Consideram-se também fatores, como os cursos e titulação. Trata-se de uma pesquisa documental, qualitativa e quantitativa, em que serão

analisados documentos e informações públicas, referentes à administração da Universidade, a fim de identificar, quantitativamente, a proporção de homens e mulheres que ocupam os cargos de Pró-Reitorias e chefia das faculdades na gestão atual.

1 A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

A UERN foi criada em 1968, por lei municipal, como Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), sendo resultante da aglutinação de Faculdades isoladas, criadas a partir de 1943 (Ciências Econômicas, Serviço Social, Filosofia, Ciências e Letras e Escola Superior de Enfermagem). A sede, em Mossoró, foi construída em 1974, juntamente com o *campus* avançado de Assú. Em 1976, foi construído o *campus* de Pau dos Ferros e, em 1980, o de Patu. Nesse mesmo ano, a Universidade é estadualizada, devido à mobilização de docentes e discentes, o que garantiu uma mudança qualitativa para a instituição.

De acordo com Felipe (2016, p. 26), “a estadualização permitiu iniciar o processo de profissionalização do corpo docente e a expansão de sua autonomia política, propiciando as condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa científica”. Somente em 2002, é criado os campi avançados de Natal e de Caicó. A expansão geográfica também propiciou a ampliação quantitativo de alunos, que totalizam aproximadamente 12 mil estudantes distribuídos em 32 cursos de graduação.

Essa expansão territorial da Universidade no Estado do Rio Grande do Norte transformou a instituição em um dos pilares da educação superior no estado, sendo a UERN a única instituição de ensino superior estadual presente no RN. A UERN, junto com outras instituições públicas de ensino superior presentes no estado, como UFERSA, IFRN, UFRN e instituições privadas, têm possibilitado a formação não apenas dos potiguares, mas de estudantes advindos de diversas regiões do país, nos âmbitos da graduação e das pós-graduações ofertadas. Assim sendo:

[..] é missão da UERN promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que

contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País. (PDI/UERN, 2007, p. 13).

A universidade atualmente conta em seus quadros profissionais, 817 docentes efetivos, no qual 356 têm mestrado e 380 têm doutorado⁵. As informações contidas nos documentos oficiais da universidade sobre seus quadros de pessoal ainda são escassas e com pouco detalhamento.

2 Mulheres: Uma história de luta por emancipações

Apesar de a luta pelo direito aos estudos ter se iniciado na primeira onda Feminista, no século XVI, motivado pelo Renascimento, é possível verificar, ainda hoje, desigualdades entre homens e mulheres no que diz respeito ao ensino superior no Brasil. A diferença de cursos é um exemplo disso, como exemplifica Ristoff (2006, p. 1):

Os cursos mais procurados pelos homens são relativos a engenharia, tecnologia, indústria e computação; pelas mulheres, são relativos a serviços e educação para a saúde e para a sociedade (secretariado, psicologia, nutrição, enfermagem, serviço social, pedagogia). Essa tendência se mantém nos mestrados, doutorados e na própria docência da educação superior.

Isso reflete diariamente nos comportamentos sociais, ao optar por cursos e profissões em que homens são majorias, as mulheres encontram preconceito, questionamentos sobre a realização de atividades tidas como masculinas e sobre sua liderança, resultado da perpetuação do sexismo e do patriarcado nas construções sociais.

O conceito de sexismo, explicado por Garcia (2015, p. 19), segundo o qual corresponde a “uma ideologia que defende a subordinação das mulheres e todos os métodos utilizados para que essa desigualdade se perpetue” ainda se aplica na sociedade brasileira, exigindo a explicitação dessas informações e políticas de combate.

As mulheres no ambiente de trabalho encontram muitas dificuldades, dentre elas a não aceitação de sua autoridade. Muitas dessas situações são frutos do sistema

patriarcal. Tiburi (2018) afirma que o patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições, o qual tem em sua base:

[...] a ideia sempre repetida de haver uma unidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres e outros pensamentos que soam bem limitados, mas que ainda são seguidos por muita gente. (TIBURI, 2018, p. 27).

O conceito de gênero é muito importante para se questionar essa tentativa de invisibilização da mulher intelectual e construção de um padrão feminino ligado apenas ao âmbito doméstico. Segundo Garcia (2015, p. 19), o termo corresponde aos “sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo”.

Para o presente estudo, esse conceito é importante para se traçar o perfil dos gêneros masculino e feminino, presentes na Universidade, tendo em vista outras variáveis, como a titulação, o curso, as atividades exercidas e o exercício de poder em cargos administrativos. Nesse sentido, Davis (2017, p. 22) afirma que:

[...] as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo neste país e, na maioria das vezes, os mesmos círculos extremistas que causam a violência contra as minorias étnicas são responsáveis pelas erupções de violência motivada por preconceitos sexistas e homofóbicos.

Portanto, o termo gênero abarca um contingente muito diferente da dicotomia biológica homem/mulher. Daí a importância de se questionar a construção cultural de feminilidade, e mais do que isso, identificar e denunciar a situação de vulnerabilidade ou inferioridade das mulheres, tendo em vista, ainda, a diferença de classe.

Nessa perspectiva crítica da sociedade de classes, Safiotti (2013, p. 59) chama a atenção para o fato de que:

[...] do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias

sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva.

Dessa forma, cabe estudar as potencialidades femininas, e a realidade em termos de emancipação e ascensão social das mulheres com o objetivo de analisar as possibilidades reais de igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Chega-se, portanto, a uma atitude feminista.

Segundo Garcia (2015) o feminismo é classificado por três momentos distintos: *primeira onda* ou moderno, que começa com a obra de Poulain de la Barre e o movimento de mulheres da Revolução Francesa; a *segunda onda* ocorre no século XIX, e destaca-se pela presença das mulheres na Revolução Francesa; e a *terceira onda* ou feminismo contemporâneo que abarca o movimento dos anos 60 e 70 e as novas tendências que nasceram no final dos anos 80.

Tendo em vista a importância da construção de uma sociedade democrática, espera-se, com o presente estudo, contribuir para a reflexão dessa igualdade no âmbito da Universidade, *locus* propício à construção do pensamento e formas de tornar a sociedade um espaço propício ao bem viver.

3 Metodologia

Para investigar a participação de mulheres na gestão da UERN, e com isso analisar a democratização do acesso à administração superior por mulheres que fazem parte do quadro efetivo da Universidade, procede-se ao exame da proporção entre homens e mulheres no âmbito dos cargos de diretor/a e vice-diretor/a das faculdades que compõem as unidades acadêmicas da UERN, cargos estes eleitos pelo voto paritário entre a comunidade acadêmica; Descrição dessa proporção no âmbito dos cargos de Pró-reitores/as e adjuntos/as, indicados pela administração da Universidade; pesquisar a relação entre esses cargos e outras categorias de análise, além do gênero, como a titulação e o curso.

Trata-se de uma pesquisa documental, com observação sistemática, de caráter qualitativo e quantitativo, portanto com um tratamento analítico dos dados. São

analisados documentos e informações públicas, referentes à administração da Universidade. Objetiva-se identificar, quantitativamente, a proporção de homens e mulheres que ocupam os cargos de Pró-Reitorias e chefias das Faculdades na gestão atual.

O *corpus* fundamenta-se na categoria de gênero do quadro de servidores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, tendo em vista as variáveis: Professores efetivos, Técnicos Administrativos, cargos eletivos, cargos indicados, titulação e curso, visando ao tratamento, inferência e interpretação dos dados no que diz respeito à democratização dos espaços de poder dessa instituição.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte possui dez⁶ Faculdades em seu *campus* central, sendo elas: Faculdade de Ciências Econômicas (FACEM); Faculdade de Serviço Social (FASSO); Faculdade de Letras e Artes (FALA); Faculdade de Ciências Exatas e Naturais (FANAT); Faculdade de Educação (FE); Faculdade de Educação Física (FAEF); Faculdade de Enfermagem (FAEN); Faculdade de Direito (FAD); Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC) e; Faculdade de Ciências da Saúde (FACS).

Além das unidades acadêmicas, denominadas Faculdades, a estrutura da UERN também é composta por sete unidades administrativas, denominadas de Pró-Reitorias, sendo elas: Administração (PROAD); Gestão de Pessoas (PROGEP); Planejamento (PROPLAN); Extensão (PROEX); Ensino e Graduação (PROEG); Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) e; Assuntos Estudantis (PRAE). Na sua hierarquia, existem os cargos de Pró-Reitores e Pró-Reitorias Adjuntas, que são ocupadas por Técnicos administrativos e/ou docentes indicados pelo Reitor da Universidade. A pesquisa foi realizada no período de julho de 2018 a julho de 2019, como plano de trabalho de Projeto de Iniciação Científica CNPq/UERN.

Procede-se, primeiramente, à análise dos cargos eletivos. Os dados quantitativos são apresentados em tabela, seguida da análise qualitativa (comparativa-interpretativa). O primeiro cargo a ser examinado é o de Direção das Faculdades. Posteriormente, serão investigados os cargos de vice-diretor, ainda, no âmbito de eleições. Posteriormente, serão examinados os cargos de Pró-Reitorias, os quais são

eleitos por indicação do reitor. A descrição conta, ainda, com o exame dos cargos adjuntos dessas mesmas Pró-Reitorias.

4 Análise de dados e resultados

Neste tópico serão abordados os principais resultados obtidos no decorrer da pesquisa quanto à presença feminina nos cargos de chefia e direção das unidades administrativas e acadêmicas da UERN.

a) Presença de mulheres nos cargos de Direção e Vice-Direção das Faculdades

As Faculdades são unidades acadêmicas que compõem a estrutura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Os cargos de Diretores e Vices das Faculdades possuem mandatos de quatro anos e são investidos através de eleições paritárias entre docentes, discentes e técnicos/as administrativos/as.

Quadro 1 – Presença de mulheres nos cargos de Direção das Faculdades

Faculdade	Gênero	
	Masculino	Feminino
Ciências Econômicas – FACEM	01	-
Serviço Social – FASSO	-	01
Letras e Artes – FALA	-	01
Ciências Exatas e Naturais – FANAT	01	-
Educação – FE	-	01
Educação Física – FAEF	01	-
Enfermagem – FAEN	-	01
Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC	01	-
Direito – FAD	01	-
Ciências da Saúde – FACS	01	-
Total	06	04

Fonte: Autores (2019)

O total de dez diretores/as eleitos/as mostra que os homens ainda são maioria nos cargos de direção das Faculdades. Em termos percentuais, os homens ocupam 60%

dos cargos de diretoria, enquanto as mulheres apenas 40%. Verifica-se que a presença das mulheres em cargos de chefia no *campus* central da UERN reflete o que ocorre no âmbito nacional, cuja taxa de mulheres em cargos de chefia, no ano de 2016, segundo o IBGE, é de 37,8%.

Quadro 2 – Titulação dos (as) ocupantes do cargo de Direção das Faculdades

Faculdade	Titulação		
	Especialista	Mestre (a)	Doutor (a)
Ciências Econômicas – FACEM	-	-	01
Serviço Social – FASSO	-	-	01
Letras e Artes – FALA	-	-	01
Ciências Exatas e Naturais – FANAT	-	-	01
Educação – FE	-	-	01
Educação Física – FAEF	-	-	01
Enfermagem – FAEN	-	-	01
Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC	-	01	-
Direito – FAD	-	01	-
Ciências da Saúde – FACS	-	-	01
Total	00	02	08

Fonte: Autores (2019)

Em termos proporcionais, pode-se verificar o maior grau de titulação nas mulheres eleitas para esse cargo de direção. Os quadros 1 e 2 mostram que 100% das mulheres eleitas (Diretoras das Faculdades de Enfermagem, Educação, Letras e Artes e Serviço Social) são doutoras. Em relação aos homens eleitos, 66,6% possuem o título de doutor, e 33,4% mestre. Não existem especialistas ocupantes de cargos de direção de Faculdades na UERN.

As mulheres apresentam maior titulação que os homens, embora esses tenham mais acesso aos cargos de chefia. Isso é reflexo das construções da sociedade em que a universidade está inserida. As mulheres são maioria na pós-graduação brasileira, segundo dados da CAPES em 2017ⁱ, porém ainda persistem dificuldades quanto a ascensão da mulher a cargos de liderança.

Um outro dado observado, na presente pesquisa, é a presença de mulheres em cargos de chefia de cursos, tradicional e predominantemente ocupados por mulheres,

como são os casos de Letras, Serviço Social, Enfermagem e Pedagogia. No que se refere aos cargos de Vice-Diretor/a, 50% são ocupados por homens, e 50% são ocupados por mulheres, o que demonstra uma igualdade entre a presença de homens e mulheres nos cargos de vice-diretor/a.

Quadro 3 – Presença de mulheres nos cargos de Vice-Direção das Faculdades

Faculdade	Gênero	
	Masculino	Feminino
Ciências Econômicas – FACEM	01	-
Serviço Social – F ASSO	-	01
Letras e Artes – FALA	01	-
Ciências Exatas e Naturais – FANAT	01	-
Educação – FE	-	01
Educação Física – FAEF	-	01
Enfermagem – FAEN	-	01
Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC	01	-
Direito – FAD	01	-
Ciências da Saúde – FACS	-	01
Total	05	05

Fonte: Autores (2019)

Quadro 4 – Titulação dos (as) ocupantes do cargo de Vice-Direção das Faculdades

Faculdade	Titulação		
	Especialista	Mestre (a)	Doutor (a)
Ciências Econômicas – FACEM	-	01	-
Serviço Social – FASSO	-	-	01
Letras e Artes – FALA	-	-	01
Ciências Exatas e Naturais – FANAT	01	-	-
Educação – FE	-	-	01
Educação Física – FAEF	-	01	-
Enfermagem – FAEN	-	-	01
Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC	-	-	01
Direito – FAD	01	-	-
Ciências da Saúde – FACS	-	-	01
Total	02	02	06

Fonte: Autores (2019)

Ao analisar a titulação dos/das ocupantes dos cargos de Vice-Diretor/a das faculdades da UERN, foi possível constatar, em termos proporcionais, o maior grau de titulação das mulheres. 80% das mulheres eleitas são doutoras e 20% mestras. No que se refere aos homens eleitos, 40% são doutores, 40% especialistas e 20% mestres.

b) Presença de mulheres nos cargos das Pró-Reitorias que compõem a UERN

Os quadros a seguir apresentam dados a respeito da proporção de mulheres ocupantes desses cargos:

Quadro 5 – Presença de mulheres na chefia das Pró-Reitorias da UERN

Pró-Reitoria	Gênero	
	Masculino	Feminino
Administração – PROAD	01	-
Gestão de Pessoas – PROGEP	-	01
Planejamento – PROPLAN	01	-
Extensão – PROEX	01	-
Ensino e Graduação – PROEG	01	-
Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG	01	-
Assuntos Estudantis – PRAE	01	-
Total	06	01

Fonte: Autores (2019)

No que se refere aos cargos de chefia das Pró-Reitorias, nota-se uma considerável desproporção entre homens e mulheres ocupantes dos cargos. As mulheres ocupam apenas uma Pró-Reitoria, enquanto os homens, seis. Em termos percentuais, a taxa de ocupação das mulheres representa apenas 14%. Já os homens, ocupam 86% dos cargos.

Quadro 6 – Titulação dos (as) ocupantes do cargo de Chefia das Pró-Reitorias

Faculdade	Titulação do/a ocupante		
	Especialista	Mestre (a)	Doutor (a)
Administração – PROAD	-	01	-
Gestão de Pessoas – PROGEP	-	01	-
Planejamento – PROPLAN	-	01	-
Extensão – PROEX	-	-	01
Ensino e Graduação – PROEG	-	-	01
Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG	-	-	01
Assuntos Estudantis (PRAE)	01	-	-
Total:	01	03	03

Fonte: Autores (2019)

Em relação à titulação, a única mulher (100%) é mestra. Entre os homens ocupantes do cargo analisado, 50% são doutores, 33% são mestres e 17% especialistas.

Ao interpretar esses dados, pode-se afirmar que as mulheres ainda estão longe de ocuparem democraticamente os cargos administrativos indicados para a hierarquia superior da Universidade. Além da maioria dos ocupantes desses cargos serem homens, também apresentam menor titulação, incluindo mestres e especialistas.

Ao analisar os/as ocupantes dos cargos de Pró-Reitorias Adjuntas, pode-se constatar uma pequena diferença entre mulheres e homens, havendo quase que um equilíbrio. Em termos percentuais, 57% dos cargos são ocupados por homens, e 43% são ocupados por mulheres. Existindo assim, uma maioria masculina.

Quadro 7 – Presença de mulheres nos cargos de Pró-Reitores/as Adjuntos/as da UERN

Pró-Reitoria Adjunta	Gênero do/a ocupante	
	Masculino	Feminino
Administração – PROAD	01	-
Gestão de Pessoas – PROGEP	01	-
Planejamento – PROPLAN	-	01
Extensão – PROEX	01	-
Ensino e Graduação – PROEG	-	01
Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG	01	-
Assuntos Estudantis – PRAE	-	01
Total	04	03

Fonte: Autores (2019)

Quadro 8 – Titulação dos (as) ocupantes do cargo de Pró-Reitorias Adjuntas

Faculdade	Titulação		
	Especialista	Mestre (a)	Doutor (a)
Administração – PROAD	-	01	-
Gestão de Pessoas – PROGEP	-	-	01
Planejamento – PROPLAN	-	01	-
Extensão – PROEX	-	-	01
Ensino e Graduação – PROEG	-	-	01
Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG	-	-	01
Assuntos Estudantis – PRAE	01	-	-
Total	01	02	04

Fonte: Autores (2019)

No que se refere à titulação, 33% das mulheres são mestres, 33% são doutoras e 33% especialistas. Em relação aos homens indicados ao cargo, 75% são doutores e 25% mestres.

Os homens que ocupam os cargos de Pró-Reitores Adjuntos possuem um maior grau de titulação de doutores, contudo as mulheres têm maior titulação de mestras. Já a titulação desses mesmos ocupantes do cargo indicado revela quase que um equilíbrio quanto à presença de especialistas.

Considerações finais

A inserção das mulheres em cargos representativos da sociedade é marcada por comportamentos de exclusão e preconceitos devido a predominância e resistência do exercício do poder masculino. Tendo em vista o histórico de luta e resistência das mulheres por igualdade e respeito, seja no âmbito familiar ou nas relações de trabalho, o feminismo trouxe muitas conquistas, porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres desfrutem dos mesmos direitos que os homens.

Nas unidades que compõem a estrutura hierárquica do *campus* central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como Faculdades e Pró-Reitorias, os dados mostram que há predominância de homens nos cargos de chefia, sejam eles eletivos ou indicados. Dentre os cargos indicados para a Reitoria, das sete Pró-Reitorias, apenas uma é ocupada por mulher, e dentre as dez faculdades, presentes no *campus* Central, apenas quatro são ocupadas por docentes mulheres. Com isso, verifica-se a preponderância dos homens nos cargos administrativos da UERN. Essa predominância na Universidade, dentre muitos fatores, é reflexo de construções sociais que, ao longo dos tempos, situa o homem como superior à mulher, destinando a elas à subordinação.

Nota-se uma maior presença de mulheres e maior titulação nos cargos eleitos, desproporcionalmente, ao que ocorre com os cargos indicados, em que a presença do homem é maior, e com menor titulação. Com isso, verifica-se que as eleições correspondem a um processo importante para o exercício democrático, e uma representatividade que abarque cada vez mais a presença da mulher nos cargos superiores da Universidade.

A pesquisa tem o interesse em contribuir para o debate sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres no âmbito da Universidade. Por se tratar de um espaço produtor de conhecimento deve servir de exemplo de democratização, principalmente se considerar o território nacional e o percentual de 51,7% de mulheres (são estimadas 100,5 milhões) da população total, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018.

Acredita-se que tais resultados possam contribuir para uma ampla reflexão sobre a necessidade de políticas de inclusão das mulheres e igualdade de gênero no âmbito da instituição e na sociedade.

Referências

- ALMEIDA, Cássia. **Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas: no setor público, elas são apenas 21,7%**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FELIPE, Joana D'arc Lacerda Alves. **Assédio moral contra as mulheres: um estudo com técnicas administrativas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado. Mossoró, 2016.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE. **Quantidade de Homens e Mulheres**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 07 ago. 2019.
- MACHADO, Luziária. **Novos auxiliares da reitoria são empossados**. Mossoró: UERN, 2019. Disponível em: <http://portal.uern.br/blog/novos-auxiliares-da-reitoria-sao-empossados/>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- MORAIS, Adriana. **Diretores e Vice-diretores da FAEN, FACS e FASSO são empossados**. Mossoró: UERN, 2018. Disponível em: <http://portal.uern.br/blog/diretores-e-vice-diretoras-da-faen-facs-e-fasso-sao-empossados/>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- MORAIS, Adriana. **Diretor e Vice-Diretora da FAEF são empossados nessa quinta-feira**. Mossoró: UERN, 2018. Disponível em: <http://portal.uern.br/blog/diretor-e-vice-diretora-da-faef-sao-empossados-nesta-quinta-feira/>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- MORENO, Ana Carolina. **Dia das Professoras: Nove em cada dez estudantes de pedagogia são mulheres e maioria faz curso a distância**. G1. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dia-das-professoras-nove-em-cada-dez-estudantes-de-pedagogia-sao-mulheres-e-maioria-faz-curso-a-distancia.ghtml>. Acesso em: 28 de jul. 2020.
- Mulheres são maioria na pós-graduação brasileira**. CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8315-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em: 27 de jul. 2020.
- PAINS, Clarissa. **Mulheres estudam mais, mas recebem 23,5% menos que os**

homens. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-estudam-mais-mas-recebem-235-menos-do-que-homens-22461826>. Acesso em: 01 de ago. 2019.

RISTOFF, Dino. **A trajetória da mulher na educação brasileira.** 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>. Acesso em 17 dez. 2018.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UERN. **Estatuto Geral.** Disponível em: <http://portal.uern.br/uern/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

UERN. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Mossoró: 2007. Disponível em: <http://portal.uern.br/pdi/>. Acesso em: 20 set. 2018.

ⁱ Bacharel em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.

E-mail: acesso.lucas09@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3129483611701132>.

ORCID: 0000-0002-9221-0915

ⁱⁱ Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras e Artes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: veronicasalme@uern.br.

E-mail: veronicasalme@uern.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9361633594985944>.

ORCID: 0000-0003-2250-8051

USO DA POLÊMICA POR SUJEITOS DA RELIGIÃO PARA “QUEBRAR” HEGEMONIAS DA FÉ

USE OF POLEMIC BY SUBJECTS OF RELIGION TO “BREAK” HEGEMONIES OF FAITH

Eduardo Assunção Francoⁱ

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos/POSLIN/FALE/UFMG

Resumo: Partimos da hipótese, neste artigo, de que a polêmica, como recurso argumentativo/retórico definido por Amossy (2017), pode ser utilizada por sujeitos da religião para estruturar novas confissões religiosas ou criar dissidências dentro da Igreja à qual pertencem. Nosso *corpus* é composto por alguns excertos do Alcorão, livro sagrado do Islamismo; e de duas teses de Lutero, que deflagrou a Reforma Protestante. A natureza de nossa pesquisa é qualitativa, com fontes secundárias. Nossa metodologia consistiu em selecionar dados primários, contidos no Alcorão e nas teses de Lutero, e, em seguida, analisá-los e interpretá-los. Foram considerados componentes da polêmica, como o dissenso e a erística. O referencial teórico que utilizamos é composto por estudos sobre polêmica realizados por Amossy (2017), Dascal (1988) e Kerbrat-Orecchioni (1980); além de pesquisas sobre retórica feitas por Reboul (2004), Meyer (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e Aristóteles ([1377-1403 a.C.], 2000); assim como publicações sobre religião de Chaunu (2002), Abdalla (1996) e Costa (1993). Os resultados que obtivemos confirmam nossa hipótese de que a polêmica cumpre um importante papel na religião, no sentido de gerar discussões necessárias, combater a opressão e “quebrar” hegemonias de ideias e grupos religiosos.

Palavras-chave: Discurso. Polêmica. Sujeito. Religião.

Abstract: We start from the hypothesis, in this article, that the polemic, as an argumentative / rhetorical resource defined by Amossy (2017), can be used by subjects of religion to structure new religious confessions or create dissent within the Church to which they belong. Our corpus consists of excerpts from the Qur'an, the holy book of Islam; and two of Lutero theses, which sparked the Protestant Reformation. The nature of our research is qualitative, with secondary sources. Our methodology consisted of selecting primary data, contained in the Qur'an and Lutero theses, and then analyzing and interpreting them. Components of the polemic were considered, such as dissent and eristics. The theoretical framework we use is composed of studies on polemic conducted by Amossy (2017), Dascal (1988) and Kerbrat-Orecchioni (1980); in addition to research on rhetoric by Reboul (2004), Meyer (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) and Aristóteles ([1377-1403 B.C.], 2000); as well as publications on religion by Chaunu (2002), Abdalla (1996) and Costa (1993). The results we obtained confirm our hypothesis that the polemic plays an important role in religion, in the sense of generating necessary discussions, combating oppression and “breaking” hegemonies of ideas and religious groups.

Keywords: Speech. Polemic. Subject. Religion.

Introdução

A polêmica, já tratada há algum tempo por filósofos, analistas do discurso, jornalistas e advogados, foi retomada recentemente numa pesquisa de Ruth Amossy (2017), que resultou no lançamento do livro *Apologia da polêmica*. Consideramos que o uso desse recurso argumentativo/retórico foi fundamental para que algumas confissões religiosas fossem fundadas e dissidências de outras se estabelecessem.

Como defendemos neste artigo, para que isso ocorresse foi essencial a ação dos sujeitos da religião. Postulamos que eles são líderes que se impuseram contra religiões hegemônicas e criaram dissidências. Muitos deles se valeram da polêmica para desencadear reformas no campo religioso, assim como criar vertentes dentro de determinadas Igrejas. Os sujeitos da religião ainda trouxeram novos elementos agregadores, que podem ter contribuído para que essas novas confissões religiosas se consolidassem e atraíssem um grande número de fiéis.

Na obra, Amossy (2017) retoma trabalhos sobre polêmica ou temas correlatos que já tinham sido tratados por autores como Schopenhauer ([1864], 2009), Dascal (1988) e Kerbrat-Orecchioni (1980). Chamaram a nossa atenção alguns elementos da retórica e da argumentação que ajudam a erigir e “alimentar” a polêmica, entre eles a erística e o dissenso. Uma constatação feita pela autora, que conseguimos relacionar diretamente com o campo religioso, foi que mesmo sendo contrário ao consenso, que se firma por meio de acordos, o dissenso pode ser positivo e contribuir para que impasses se resolvam e novas alternativas no campo religioso sejam estabelecidas.

Neste artigo, pretendemos desenvolver a discussão sobre o uso da polêmica, enquanto elemento retórico/argumentativo, por sujeitos da religião. Nosso objetivo principal é tentar comprovar como o uso de recursos polêmicos, como o dissenso e a erística, contribuíram para que hegemonias da fé fossem “quebradas” e novas igrejas ou dissidências se estabelecessem. Outros objetivos complementares são apresentar algumas estratégias argumentativas de certos sujeitos da religião e tentar provar que a polêmica, mesmo fugindo de acordos, pode ter fins construtivos.

O *corpus* que escolhemos para analisar é composto por alguns excertos do Alcorão, livro sagrado do Islamismo; e de duas teses de Lutero, que deflagrou a Reforma Protestante. A natureza de nossa pesquisa é qualitativa, com fontes secundárias. Nossa metodologia consistiu em selecionar dados primários, contidos no Alcorão e nas teses de Lutero, para, em seguida, analisá-los e interpretá-los. O referencial teórico utilizado é formado por estudos sobre polêmica realizados por Amossy (2017), Dascal (1988) e Kerbrat-Orecchioni (1980); além de pesquisas sobre retórica feitas por Reboul (2004), Meyer (2000), Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e Aristóteles ([1377-1403 a.C.], 2000). Também utilizamos publicações sobre religião de Chaunu (2002), Abdalla (1996) e Costa (1993).

Antes de entrarmos, efetivamente, nas discussões sobre a polêmica, vamos tratar de elementos da retórica e da argumentação. Entre eles, os acordos que, de certa forma, se contrapõem ao tema tratado por Amossy (2017), mas que nos farão ver, com mais clareza, como a polêmica pode ser valiosa nos âmbitos discursivo e religioso.

1 Retórica e Cristianismo

O objetivo principal da retórica é o de persuadir, o que a princípio a torna extremamente útil para líderes religiosos, que buscam quase sempre difundir suas crenças religiosas e conquistar novos fiéis. O problema é que a retórica que, segundo Reboul (2004), foi fundada na Sicília grega no ano de 465 a.C. com objetivos jurídicos, se sustenta por meio de fatos e verdades, ou seja, funda-se na racionalidade. Isso poderia ser um impeditivo para que a arte fosse usada pela religião, que se firma por meio da fé e de questões totalmente irracionais, como milagres, ressurreição e intervenções divinas, porém não é isso que verificamos.

Dois dos mais conhecidos filósofos gregos, Platão e Aristóteles, tomaram posições diferentes em relação à retórica. Reboul (2004, p. 18) comenta que para o primeiro, a retórica não merece crédito “porque lhe falta a ciência, especialmente a da justiça, única que concede o poder real e a felicidade”. Platão, que preferiu investir na dialética, talvez estivesse decepcionado com o uso indiscriminado da retórica pelos sofistas, acusados de banalizar arte e fazer uso dela com o único objetivo de vencer disputas no campo jurídico.

Existem controvérsias em relação ao papel dos sofistas no uso e desenvolvimento da retórica. O próprio Reboul (2004) reconhece a importante contribuição que o grupo deu a essa arte. O autor esclarece que deve-se aos sofistas o desenvolvimento da retórica por meio do estabelecimento do discurso persuasivo, assim como seu ensino sistemático e o uso de uma prosa ornada e erudita. Ele ainda afirma que vêm dos sofistas os primeiros resquícios do que constituirá a futura gramática.

Pupilo de Platão e tendo estudado na sua escola durante 20 anos, Aristóteles adotou uma postura diferente em relação à retórica. Mesmo sem dar-lhe grande importância, o filósofo procurou sistematizá-la e criar os três elementos básicos que se consagraram na sua estrutura: *ethos*, *logos* e *pathos*. Reboul (2004, p. 24) acrescenta que para Aristóteles a retórica não se reduzia apenas ao poder de persuadir, mas “é a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta”.

Aqui vale tratar um pouco dos três elementos básicos que Aristóteles criou para a retórica. Em linhas gerais, o *ethos* diz respeito à imagem do orador diante dos seus interlocutores. Isso significa que dependendo da sua história e do seu comportamento, o orador pode ter mais ou menos credibilidade para aqueles que o ouvem ou assistem. O *logos* está relacionado aos argumentos, nos campos da verdade e da razão, que são usados pelo orador com o intuito de persuadir o público. Por fim, o *pathos* diz respeito aos efeitos emocionais que o orador tenta criar em seus interlocutores.

1.1 Problema no campo religioso

Trazendo esses três elementos da retórica para o campo religioso, verificamos a maneira pela qual eles podem ser usados pelo sujeito da religião, que pretende persuadir seus interlocutores sobre seus valores de fé e para que se convertam a alguma confissão religiosa. Observamos que há alguns mais favoráveis e outros menos. Eliminando o *ethos*, que diz respeito à credibilidade do orador e pode facilmente ser usado no campo religioso, percebemos que o *logos* é um impeditivo, já que para a religião é difícil se sustentar nos campos da verdade e da razão. No caso do *pathos*,

contudo, é possível reconhecer que há confissões religiosas que investem bastante nesse quesito de despertar a emoção nas pessoas. Isso fica evidenciado em algumas Igrejas evangélicas de ramo neopentecostal e nos grupos da Renovação Carismática Católica.

Meyer (2000), no prefácio do livro “Retórica das paixões”, de Aristóteles, explica o sentido desse elemento da retórica:

A paixão, por ser contingente, exprime a diferença no sujeito. Isso equivale a assimilá-la ao que no homem, em todo homem, exprime sua individualidade. Mas, ao mesmo tempo, ela conduz ao exclusivo, à rejeição, à negação sempre possível da humanidade do homem, substancialidade da substância humana. (MEYER, 2000, p. XXXVIII).

No livro, Aristóteles ([1377-1403 a.C.], 2000) discorre sobre algumas paixões que podem ser, facilmente, apropriadas por lideranças religiosas interessadas em conquistar novos fiéis por meio da persuasão. Entre elas, escolhemos “o amor e o ódio”, que acreditamos terem mais afinidade com o ambiente religioso. O filósofo explica o sentido dessas paixões:

Em geral, amamos os que amam intensamente seus amigos e não os desamparam, já que amamos sobretudo, entre os bons, os aptos a amar. (...) São causas do ódio a cólera, o ultraje, a calúnia. (...) A cólera é o desejo de causar desgosto, mas o ódio o de fazer mal, visto que o colérico quer notar o desgosto causado, enquanto ao que odeia nada importa. (ARISTÓTELES, [1377-1403 a.C.], 2000, p. 27).

Interessante observar a relação de alguns doutores e santos da Igreja Católica com os filósofos gregos. Um deles foi Santo Agostinho (354-430), cujos estudos e a linha filosófica mais alinhada ao “neoplatonismo” dominaram os centros de formação católicos do século IV até o século XII. Meyer (2000, p. XXXIX) salienta que “as paixões da multidão, as ambições dos homens de ação, o materialismo dos negociantes vai tornar-se, depois de Santo Agostinho, a própria essência das paixões”.

1.2 Santos se rendem aos gregos

Segundo Meyer (2000, p. XXXIX), “essa ‘reviravolta cristã” transformará em paixão a ilusão de um meio e um fim, quando o único fim deve ser o amor de Deus”. Em seus escritos sobre *A doutrina cristã*, Santo Agostinho ([397],1991, p. 140), que foi professor de Retórica em algumas universidades, entre elas a de Milão (Itália), antes de se converter ao Catolicismo, aos 32 anos de idade, ensina que a verdade não foi instituída pelos homens, mas “fundamenta-se de modo permanente na razão das coisas e foi estabelecida por Deus”.

No período em que lecionou retórica e mesmo depois de ter se tornado religioso, Santo Agostinho fez opção pelo neoplatonismo – que conheceu por meio de estudos da obra de Plotino (205-270), fortemente marcado pelo misticismo religioso. De acordo com Costa (1993, p. 13), “o neoplatonismo era visto nos meios cultos cristãos como a filosofia por excelência, capaz de dar à verdade revelada a fundamentação racional que lhe faltava”.

Costa (1993) afirma que nenhum outro pensador do Ocidente foi tão influente e teve sua linha filosófica utilizada por tanto tempo pela Igreja Católica quanto Santo Agostinho. A situação só começou a mudar no século XIII, quando surgiu um novo pensador que, com muito esforço, conseguiu impor suas ideias, embasadas na obra de Aristóteles. Trata-se de Santo Tomás de Aquino.

O pensamento aristotélico estava em voga na época, principalmente, porque se dera a tradução da obra do filósofo grego para idiomas latinos. Inicialmente, a cúpula da Igreja Católica não concordou com a mudança da linha filosófica. Isso porque, segundo Costa (1993), a filosofia aristotélica negava alguns dogmas fundamentais do Cristianismo, como a criação do mundo por Deus, a Providência Divina e a imortalidade da alma.

De forma hábil, Santo Tomás de Aquino conseguiu transitar, não sem ser criticado, no meio de mantenedores da filosofia platônica e inovadores que buscavam a linha aristotélica. Costa (1993, p. 19) esclarece que de forma, original, corajosa e revolucionária, o religioso criou o sistema tomista, que “se caracteriza pela presença de

exigências racionais, que, no entanto, nunca chegam a comprometer o conteúdo essencial da revelação cristã”.

2 Argumentação e os acordos

Ao longo dos séculos, a retórica foi perdendo prestígio e sendo deixada de lado no meio acadêmico. Um dos marcos da redução da sua importância se deu, no século XIX, quando ela deixou de fazer parte da grade curricular das escolas francesas. A situação prevaleceu até o início da segunda metade do século XX, quando foram publicadas algumas obras salientando a importância da arte da persuasão. Uma delas foi o “Tratado da argumentação – A nova retórica”, de Chaim Perelman & Olbrechts-Tyteca, em 1958.

Os autores belgas reúnem uma série de elementos que dão sustentação à argumentação, muitos deles derivados da retórica. Destacam-se as figuras do orador e do auditório, que se colocam no centro do palco onde se dá uma espécie de jogo argumentativo. O orador precisa reunir elementos, como verdades, fatos e lugares, que darão sustentação aos seus argumentos e cumprirão o objetivo principal da retórica, ou seja, persuadir o auditório.

Nosso objetivo não é nos aprofundar nesse tema, mas tratar especificamente de um elemento fundamental dentro do jogo argumentativo e que se contrapõe ao dissenso, analisado por Amossy (2017) dentro da sua proposta da apologia da polêmica: os acordos. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), que estudam detalhadamente os acordos, consideram que eles são fundamentais para que orador e auditório cheguem num consenso e a possibilidade de os argumentos serem persuasivos aumente.

Para os autores belgas (1996), os acordos fazem parte do ponto de partida da argumentação, tendo em vista que o orador nunca pode perder de vista o que pode ou não persuadir ou ser refutado pelo auditório. Quanto mais conhecimento tiver de seu auditório e utilizar elementos que sejam objetos de crença ou adesão, maiores serão as chances de o orador obter sucesso.

Para buscar estabelecer acordos no campo argumentativo, o orador precisa valer-se de elementos reais, como fatos e verdades, e também de recursos

especulativos, no caso as presunções. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) esclarecem que existem fatos provenientes de observação, supostos, convencionais, possíveis e prováveis. Diante dessa instabilidade, os fatos podem ser aceitos ou refutados pelo auditório.

As verdades, mesmo sendo mais complexas quando se trata de estabelecer uma definição ou negociá-las com o auditório dentro do jogo argumentativo, abrem uma senda para os oradores que atuam no âmbito religioso. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.77) comentam que “designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teoria científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência”.

Padres, pastores, imãs e outros oradores de temas religiosos se escudam em “verdades de fé” para tentar obter acordos com os auditórios, que buscam atingir. Quando, por exemplo, o pastor se refere ao milagre da multiplicação dos pães e peixes, no qual Jesus fez com que dois pães e três peixes rendessem o suficiente para alimentar 5 mil pessoas, os interlocutores deverão ter fé nesse milagre ou pelo menos disposição para deixar que o orador passe para a etapa seguinte, e apresente outros elementos que possam persuadi-los.

As presunções são outro recurso importante que o orador usa para chegar a um acordo com o auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) comentam que mesmo gozando de acordo universal, as presunções exigem esforço do orador para atingir seus objetivos. Podemos presumir, por exemplo, que a bondade faz parte da natureza humana, porém há pessoas que poderão refutar essa presunção e contrapô-la com a crueldade dos terroristas. Caberá ao orador apresentar informações e dados estatísticos que mostrem que o percentual de pessoas que praticam atos terroristas é infinitamente menor do que as que não cometem crimes. Isso não garante, contudo, que o orador obterá êxito.

Os lugares nada mais são que repositórios de argumentos e se dividem em lugares de quantidade e de qualidade. No primeiro caso, o orador pode argumentar que show de música sertaneja, que reuniu 100 mil pessoas, fez mais sucesso que o show de música gospel, responsável por juntar 10 mil pessoas. Porém, outro orador que optar

pelo lugar de qualidade pode argumentar que as mensagens das músicas gospel trouxeram mais paz e esperança para o público, sem contar que neste show não houve bebedeira e brigas.

Como se vê, o orador dispõe de vastos recursos argumentativos para estabelecer um acordo com o auditório. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), assim como os estudiosos filiados à argumentação dentro da corrente da nova retórica, acreditam que os acordos são essenciais para que o orador apazigue os ânimos do auditório e consiga persuadi-lo. Tudo isso feito por intermédio da heurística, ou seja, do diálogo e da busca do consenso e do entendimento.

3 Polêmica e dissenso

Na direção oposta, há certos pesquisadores que acreditam que o uso da polêmica dentro do campo argumentativo não é uma alternativa ruim e que pode render bons frutos. Amossy (2017) propõe uma nova forma de tratar a polêmica, que possui, *à priori*, uma má reputação e é vista como um elemento negativo do jogo argumentativo. É curioso observar, contudo, como determinados segmentos fazem uso recorrente da polêmica e, quase sempre, com bons propósitos e resultados positivos.

A estudiosa cita o exemplo da mídia de referência, que parece ter predileção por pautas que possam gerar polêmica. Na opinião de Amossy (2017, p. 8) isso talvez se explique “pela incapacidade dos cidadãos, como pessoas políticas, de seguir regras do debate racional, ou ainda pela curiosidade insana que o público das mídias tem pelo espetáculo da violência verbal”.

Mesmo sendo cultivada em alguns meios, a polêmica e situações que levem ao desacordo não são bem vistas pela sociedade:

Em suma, nas concepções da comunicação e do debate herdadas da retórica e desenvolvidas nas abordagens contemporâneas da comunicação no espaço público, a rejeição do desacordo continua sendo central, e intimamente ligada a um ideal de razão e de harmonia social. Toda luta verbal que trata de um conflito sem chegar a um acordo é tida como desqualificada por considerá-la um tropeço no fracasso. (AMOSSY, 2017, p. 29).

Simmel (1955 *apud* Amossy, 2017) comenta que a contradição e o conflito precedem a unidade de espíritos e, de certa forma, ajudam a burilá-la. Mesmo reconhecendo o efeito negativo da discórdia nas relações interpessoais, o autor a considera funcional nos grupos sociais. Isso porque possibilita a interação das forças convergentes e divergentes, criando uma dinâmica que é fonte de vida.

Outro efeito positivo do conflito é apontado por Coser ([1956], 1970 *apud* Amossy (2017)). Para o autor, a divergência permite expressar a dissidência num ambiente de opressão. Consideramos que isso se dá, com alguma frequência, em ambientes religiosos, de trabalho e familiares. Os responsáveis pelo ambiente opressor tentam de todas as maneiras conter o fiel, o funcionário ou o filho “rebeldes”, determinados a romper esse controle. O resultado do conflito, no sentido de libertar essas pessoas, pode em muitos casos ser positivo.

Um dos elementos da polêmica analisados por Amossy (2017) é o dissenso. Ele é quase sempre visto como uma coisa ruim, relacionado à discordância e à diferença de opiniões, que podem redundar em violência. Conforme a autora (2017, p. 18), “em nossas sociedades democráticas, que procuram o consenso, as pronunciadas e prolongadas dissensões, testemunhando a incapacidade de se unir em uma opinião comum, são vistas como fonte de todos os males”.

Porém, com base em estudos feitos por filósofos da Grécia Antiga, que sistematizaram a retórica e definiram alguns gêneros discursivos, é possível verificar que o dissenso tem qualidades no campo argumentativo que ainda não são valorizadas por muita gente:

Aristóteles situa o deliberativo ao lado do jurídico (a cena do tribunal) e do epidítico (o cerimonial). Para ele, a deliberação, voltada para o futuro, permite buscar o caminho a seguir nos assuntos públicos ao discutir opções alternativas disponíveis para os cidadãos da *polis*. Ela supõe, portanto, que diferentes respostas, até mesmo contraditórias, possam ser trazidas a uma questão que envolve a cidade. A pluralidade de opiniões, e de soluções propostas, é respeitada. Nesse sentido, o dissenso é, sem dúvida, o motor incontestado da democracia. (AMOSSY, 2017, p. 19).

Quando se segue os ditames da retórica, Amossy (2017) explica que o que se busca, por meio da interação verbal, é uma resposta comum que ultrapasse essas diferenças. Não é fácil concordar que o dissenso, gerado pela polêmica, pode render resultados tão positivos quanto os acordos. Porém, isso pode se dar nos meios político, religioso, empresarial ou familiar. A ruptura de um ambiente viciado, corrupto e opressor pode abrir espaço para lideranças mais comprometidas com valores como liberdade, ética, dignidade, ou seja, com o bem comum. Ninguém garante, contudo, que sujeitos da religião, após romperem com igrejas corruptas e opressoras, não possam fundar outras que ajam dessa mesma maneira. Basta observar o cenário religioso brasileiro para confirmar que isso ocorre de fato.

4 Deusa da polêmica

A erística, forma de discussão agressiva com ataques verbais que fogem à regra da retórica tradicional, rege o “ringue” da polêmica. Conforme Amossy (2017), ela é derivada da deusa grega Eris, cujo irmão, Ares, é o deus da guerra. Reza a lenda, que Zeus lançou Eris no olimpo porque ela estava criando um clima ruim entre as divindades, ou seja, semeando a discórdia (tradução do seu nome para o latim).

Por aí já se vê que a erística é vista por oradores que valorizam o acordo como um elemento desagregador da retórica. Mesmo reconhecendo que “sob a sua égide, o debate se torna um combate sem escrúpulos e sem regras, uma arte da disputa em si mesma”, Amossy (2017, p. 21) adverte que alguns autores têm revisto sua posição em relação à erística.

A referida autora cita o exemplo de Douglas Walton (1998), notório especialista em lógica informal, que põe em dúvida o estado absoluto dos argumentos tanto no âmbito do correto quanto no das falácias. O autor salienta que isso só vai se definir, dependendo do enquadre contextual em que são utilizados. Walton alerta, no entanto, que o diálogo erístico privilegia os argumentos falaciosos e as táticas manipuladoras.

Isso significa que, mesmo reconhecendo o caráter beligerante da erística, há autores que destacam benefícios trazidos por ambientes discursivos, nos quais a polêmica se faz presente:

Para ele (Dascal), elas (interações polêmicas) não são um ato de resistência à razão pela obstinação de fazer triunfar sua própria posição, mas uma forma de atividade dialógica que, no domínio das ciências, permite compreender o sentido de uma teoria e de levar em conta as mudanças conceituais. Em outras palavras, o confronto e a luta de teses antagônicas têm um valor heurístico: eles geram a compreensão e até mesmo o saber. (AMOSSY, 2017, p. 39).

De acordo com Amossy (2017), inicialmente o uso da polêmica foi reservado à teologia. Isso significa que este é um elemento da argumentação bem enfronhado nos meios religiosos. Certamente, a polêmica era endemonizada pelas instituições religiosas, que sempre procuraram combater aqueles que questionavam seus dogmas, doutrinas e normas. Sujeitos da religião, como Maomé e Lutero, foram perseguidos por adotarem esse tipo de postura. A autora (2017, p. 60) esclarece que “o outro demonizado só pode ser excluído porque é impensável estabelecer um diálogo com Satã em pessoa”.

O certo é que essa metáfora, associando a polêmica ao diabo, pode ser mobilizada no sentido de fortalecer uma polarização, colocando as forças do bem (instituições religiosas) contra as do mal (os sujeitos da religião, que as questionam e criticam). O objetivo é quase sempre o mesmo de manter uma unidade das ideias, tornando mais fácil o controle e as práticas de opressão. Daí a importância da polêmica para “quebrar” essa hegemonia.

5 Sujeitos da religião

Nas diversas religiões, e mais especificamente no Cristianismo e no Islamismo, que são abordados neste artigo, o sujeito pode ser determinado. Por mais opressora que seja a confissão religiosa, o sujeito da religião poderá questionar as ordens que lhe são dadas e resistir às imposições, adotando atitudes nem sempre em conformidade com suas normas, doutrinas e dogmas.

Charaudeau (2009), na sua Teoria Semiolinguística, trata de quatro modelos de sujeito: de um lado o sujeito-comunicante (EU-c), que articula a comunicação; e o sujeito-enunciador (EU-e), uma espécie de máscara do primeiro para agir no campo da enunciação. De outro, o sujeito-destinatário (TU-d), idealizado pelo EU-c para absorver a comunicação; e o sujeito-interpretante (TU-i), com visão crítica e capacidade para refutar a comunicação. No nosso entendimento, o sujeito da religião equivale ao TU-i. Isso porque ele não aceita o ponto de vista oficial e procurar impor suas opiniões.

No Cristianismo, Jesus Cristo foi o fundador e, de certa maneira, o primeiro sujeito da religião que se posicionou contra a religião dominante, no caso o Judaísmo. Ele nasceu em Belém, em Israel, onde havia casos graves de injustiças econômicas e sociais. Jesus falava da existência de Deus, salientando sua discordância com a miséria, a violência e a opressão. No século VII, o profeta Maomé também contestou os problemas políticos e econômicos vigentes, criticou as lideranças do Cristianismo e do Judaísmo, instituindo o Islamismo e se impondo como sujeito da religião.

No período colonial, no Brasil, também houve líderes religiosos entre os povos indígenas e, mais tarde, entre os escravos, que não aceitaram a catequese e a opressão impostas pela Igreja Católica. Eles mantiveram suas crenças e se instituíram como sujeitos da religião. No mundo contemporâneo, surgiu e se expandiu o grupo denominado pelos estudiosos da religião como “sem-religião”. No Brasil, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, eles eram 8% da população. A grande maioria tem fé, mas não se vincula a nenhuma instituição religiosa.

De acordo com o *Pew Research Center*, em 2012, o grupo dos “sem-religião” era, no âmbito de crenças religiosas, o terceiro mais numeroso do mundo, reunindo 1,1 bilhão de pessoas. É provável que muitos dos integrantes do grupo dos “sem-religião” sejam sujeitos da religião, por se recusarem a aceitar o controle feito pelas igrejas e optarem por cultivar a sua fé, sem intermediários, em seus deuses e divindades.

Trataremos, a seguir, de dois exemplos, de sujeitos da religião: Maomé e Lutero.

5.1 Maomé, o profeta de Allah

Para ilustrar o uso da polêmica no âmbito religioso, escolhemos duas lideranças que, em momentos distintos da história, utilizaram esse recurso argumentativo para questionar as práticas religiosas vigentes. Essas ações resultaram na fundação de novas confissões religiosas, cisões de outras e escolhas de caminhos que divergiam daqueles nos quais estavam inseridos.

Vamos tratar primeiramente de Maomé que, no século VII, estabeleceu uma polêmica no ambiente cristão e judaico para fundar o Islamismo. Para entender o surgimento e a expansão do Islamismo é preciso conhecer a história do profeta Maomé, seu fundador. Ele nasceu em 8 de junho de 570 d.C., em Meca (Arábia Saudita). Segundo Abdalla (1996), Maomé ficou órfão aos 6 anos de idade e foi adotado por seu tio Abu Talib, que era mercador.

No ano de 610, Maomé orava numa gruta e afirma ter recebido a visita de um anjo, que lhe disse que Allah era o único Deus e ele o seu profeta. Abdalla (1996) comenta que depois disso, Maomé procurou estruturar o Islamismo em Meca, mas sofreu grande rejeição. Diante disso, o profeta resolveu, no ano de 622, se mudar para Medina, junto com a família e seus seguidores. No meio muçulmano, essa mudança de cidade é conhecida como “Hégira” e é reconhecida como o início da “era muçulmana”.

O começo da instalação do Islamismo em Medina, conforme Abdalla (1996, p. 26), não foi fácil, pois “havia um ambiente disperso e conflitivo”. A habilidade política/discursiva de Maomé levou-o a se aproximar de alguns grupos importantes e a adotar certas práticas religiosas para agradar aos judeus. Entre elas estão os rituais de oração do meio-dia, chamada de Adoração (Alquibla), olhando em direção a Jerusalém; e o jejum, cuja data coincidia com o jejum hebreu.

Depois de ganhar credibilidade e aumentar o número de adeptos ao Islamismo, Maomé adotou medidas que o afastaram dos judeus. De acordo com Abdalla (1996), o profeta afirmou que os judeus tinham recebido apenas parte do Livro Sagrado de Deus e que muitas citações bíblicas haviam sido introduzidas, de forma tendenciosa, por rabinos e escribas judeus. Jerusalém também foi excluída das adorações, que passaram a ser feitas voltadas exclusivamente para Meca. O jejum, por

sua vez, foi transferido de data e passou a se chamar Ramadã¹. Foi nessa época que Maomé determinou que todos os muçulmanos deveriam peregrinar a Meca, pelo menos uma vez por ano.

O xeque-mate religioso do profeta foi dado em 630, quando ele decidiu voltar a Meca e convocou seus seguidores para o que chamou de *jihad* (guerra santa). A cidade se encontrava dividida e Maomé conseguiu conquistá-la. O Islamismo foi estabelecido na Arábia e, segundo Abdalla (1996, p. 27), Maomé “deixou de ser o último dos profetas e ser o único recipiente da verdade absoluta”.

Neste período, o próprio Maomé estabeleceu o *kalima* ou profissão de fé de que “só Allah é Deus e Maomé o seu profeta” (ALCORÃO, 1994, p. 684). Ele deveria ser recitado pela população como profissão de fé. Maomé opta pelo dissenso, primeiramente, por determinar que o Deus proclamado por judeus e cristãos tinha, a partir de então, o nome de Allah. Mesmo que os estudiosos islâmicos garantam que é o mesmo Deus, o *kalima* nos leva a crer que Allah é um outro Deus, cujo nome vem da cultura islâmica.

Outro dissenso estabelecido por Maomé foi o de atribuir a si mesmo o papel de profeta. Na argumentação aprendemos que o autoelogio ou a auto-imputação de uma qualidade ou um papel é sempre mais fraco do que se isso for sugerido por outros oradores. Mesmo provocando conflitos, que o levaram a ser chamado de falso profeta, Maomé não se furtou de se autoproclamar profeta. O fundador do Islamismo ainda se valeu da erística ao rebaixar o papel de Jesus Cristo no Cristianismo, de criador e salvador do mundo, para um simples profeta.

A polêmica e os conflitos marcaram a fase inicial do Islamismo e se estenderam após a morte do profeta, já que seus familiares e seguidores não chegaram a um acordo sobre a sua sucessão. Assim surgiram os sunitas (lideranças do Islamismo e seus seguidores, que se articularam para suceder Maomé) e os xiitas (familiares de Maomé, que exigiam sucedê-lo, mas saíram derrotados no processo de sucessão do profeta).

¹ O Ramadã ocorre no nono mês do calendário islâmico. Nesse período, os muçulmanos praticam o jejum ritual, intensificam suas orações e os gestos de caridade. Aqueles que podem se deslocam até Meca, onde oram e participam de celebrações.

5.2 Lutero, o pai da Reforma Protestante

Outro exemplo de polêmica que resultou em profundas alterações no campo religioso foi a Reforma Protestante. O deflagrador do movimento, que desafiou a Igreja Católica, até então detentora do controle exclusivo do Cristianismo, foi o então frei agostiniano Martinho Lutero. Exemplo de sujeito da religião, ele nasceu em 10 de novembro de 1483, em Eisleben (Alemanha).

Conforme Chaunu (2002), Lutero era de natureza inquieta e manifestou ainda jovem uma relação conflituosa com a forma como Deus é tratado por alguns teólogos. Ele discordava, por exemplo, daqueles que mostram Deus como juiz colérico. O autor (2002, p. 77) comenta que para Lutero “a relação de Deus com o homem só pode ser absolutamente gratuita”.

Lutero ingressou na Ordem Agostiniana, em 1505. Depois de estudar um tempo em Roma, o religioso retornou à Alemanha, concluiu seu Doutorado e passou a difundir ideias que, muitas vezes, contrariavam os dogmas e orientações da Igreja Católica. Segundo Chaunu (2002), ele se colocava contra o livre arbítrio na obra da salvação e tentava resgatar ideias agostinianas, abandonadas pela escolástica, como a de que as virtudes humanas, sem a graça, são pecados para Deus.

O religioso também discordava de ações da Igreja Católica, como a cobrança de indulgências para que as pessoas garantissem seu lugar no céu. Tudo isso o levou a desencadear a Reforma Protestante. Isso se deu, em 1517, por meio da fixação de um papel com suas 95 teses, na porta da igreja de Wittenberg (Alemanha).

As críticas e proposições de Lutero, que se espalharam pela Europa com o surgimento da impressão em série, resultaram numa enorme polêmica. Um processo foi aberto no Vaticano para contestar as teses de Lutero e forçá-lo a se redimir. O frade recebeu apoio da monarquia e da burguesia alemãs, recusando-se a reconsiderar sua atitude. O religioso recebeu, então, a pena mais severa que a Igreja Católica imputa aos seus membros: foi excomungado, em 1521, pelo papa Leão X. A excomunhão significa que a pessoa está banida da instituição, não podendo mais presidir celebrações e receber a comunhão. Isso parece não ter abalado Lutero, tanto que a partir daí, o protestantismo se fortaleceu e se expandiu pelo mundo.

6 Análise do corpus

A polêmica instaurada por Maomé, num ambiente religioso dominado pelo Judaísmo e o Cristianismo, obteve êxito. Isso porque o antigo mercador arrebanhou adeptos que levaram adiante a sua proposta e consolidaram o Islamismo. Hábil orador, segundo Armstrong (2004), Maomé se valeu da polêmica para contestar as duas confissões religiosas monoteístas que prevaleciam na época e estruturar o Islamismo. Três décadas após a sua morte, o Alcorão, reunindo as linhas mestras e orientações do profeta, além de orações, foi lançado.

O excerto - 01 é um exemplo do caráter polêmico de partes do Alcorão:

Quando lhes é dito: Crede no que Deus revelou! Dizem: Cremos no que nos foi revelado. E rejeitam o que está além disso (Alcorão), embora seja a verdade corroborante da que já tinham. Dize-lhes: Por que, então, assassinastes os profetas de Deus, se éreis fiéis (Excerto - 01 - Alcorão, Surata 2, vs. 91).

O dissenso marca o excerto - 01, pois há uma clara intenção de desqualificar os judeus. Primeiro, o texto afirma que o Alcorão está “além” da Torá, o livro sagrado do Judaísmo. Para completar, o orador questiona o porquê de os judeus se dizerem crentes na palavra de Deus, tendo em vista que assassinaram os profetas do Cristianismo? Diante disso, os judeus, que utilizam a Torá e não o Alcorão, são declarados infiéis.

Ser acusado de infiel no século VII, quando a escrita do Alcorão foi concluída, era grave. Os infiéis costumavam ser perseguidos e até mortos. A erística também compõe o excerto - 01, já que os judeus são acusados pelo orador de terem assassinado os profetas. É feito um jogo de palavras, que redundando numa falácia: judeus que não creem no Alcorão são os mesmos que assassinaram os profetas do Cristianismo. Isso os torna infiéis e, portanto, devem ser mortos.

Conforme Armstrong (2004), Maomé sabia usar a política ao seu favor e isso foi fundamental para que ele ganhasse credibilidade e se instituisse como sujeito da religião. Depois de migrar de Meca para Medina, o profeta se aproximou de lideranças

judaicas e adotou algumas de suas orientações. No excerto – 01, Maomé evidencia seu afastamento do Judaísmo.

Conflitos e dissidências ocorreram no Islamismo ao longo dos séculos que se seguiram. Em pleno século XXI, houve alguns ataques terroristas contra os Estados Unidos e certos países da Europa, assumidos por grupos radicais que se dizem praticantes do Islamismo. Armstrong (2004) alerta que é incorreto associar a confissão religiosa ao terrorismo, já que o Islamismo autêntico busca a paz e a harmonia.

O excerto - 02, que também recolhemos no Alcorão, reforça o caráter polêmico do livro sagrado do Islamismo:

Terão a mesma sorte do povo do Faraó e dos seus antecessores, que desmentiram os Nossos versículos; porém, Deus os castigou por seus pecados, porque Deus é Severíssimo na punição. (Excerto - 02 - Alcorão, 3ª Surata, vs. 11).

Importante observar que no Excerto - 02, o orador ameaça aqueles que não acreditam no Alcorão de serem castigados por Deus, como ocorreu com “o povo do Faraó e dos seus antecessores”. O uso do pronome pessoal “Nossos” com inicial maiúscula leva o orador, no caso Maomé (a quem é atribuída a autoria do livro sagrado), a se colocar no mesmo nível de Allah, o Deus do Islamismo. Mesmo reconhecendo ser apenas o seu profeta, ele usa o argumento de autoridade para tentar impor a “verdade de fé” do Alcorão.

O polemista não busca o consenso com seus interlocutores, mas o dissenso. Para ele, o mais importante é espalhar o medo e a discórdia para tentar conseguir adeptos para sua causa. É isso que vemos no excerto - 02, no qual o orador deixa claro que aqueles que desacreditarem o Alcorão sofrerão severa punição.

Na segunda parte do excerto - 02, o orador enfatiza o comportamento implacável de Deus em relação aos infiéis, ou seja, ele é “Severíssimo na punição”. Além de estar com inicial maiúscula, Maomé utiliza o advérbio de modo “Severíssimo”, com a clara intenção de destacar a rigidez de Allah. O orador se vale da erística para explicitar a ira de Deus.

O que chama a atenção é que, apesar todas essas polêmicas, o Islamismo é uma das confissões religiosas que, atualmente, conta com mais fiéis no mundo. Segundo Teixeira (2013), o *Pew Research Center* divulgou resultado de pesquisa, realizada em 2012, na qual o Islamismo ocupava a segunda posição no mundo, com 23,2% da população ou 1,6 bilhão de adeptos. No Brasil, o número de muçulmanos é pequeno e, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, congregava 35.167 pessoas. Pinto (2013) alerta, no entanto, que ele vem crescendo de forma expressiva nas últimas décadas. O aumento foi de 21,3% de 1990 para 2000, e de 29,1% deste ano para 2010.

Lutero foi outro notório polemista. Várias de suas teses criticavam o poder papal e a sanha arrecadatória da Igreja Católica, por meio de recursos como a cobrança de indulgências. O excerto - 03 denota o caráter polêmico do documento:

Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda ao cair no cofre das ofertas, a alma sairá voando (do purgatório para o céu). (Excerto - 03 - LUTERO, 1517, tese 27).

A desobediência e a ironia em relação à hierarquia da Igreja Católica marcam o excerto - 03. Ao salientar que “pregam doutrina humana”, Lutero (1517) deixa claro que a cobrança de indulgências não é lei de Deus. Também ironiza e, ao mesmo tempo, acusa a cúpula da Igreja Católica de comercializar a fé. Uma de suas bandeiras de luta era contra a venda de indulgências, que levavam as pessoas, principalmente os ricos, a pensarem que ao fazer o pagamento estavam adquirindo seu lugar no paraíso.

Sem demonstrar interesse em firmar um acordo com a cúpula da Igreja Católica para que ela alterasse sua forma de agir, Lutero chega a brincar com o efeito milagroso do som da moeda caindo no cofre da instituição: no mesmo instante que ele soava, a alma voava para o céu. O uso do verbo “voar” também é polêmico, já que possui um caráter de deboche.

É bom lembrar que dois dos votos que a pessoa faz quando se dispõe a ingressar na Igreja Católica como ministro ordenado são de obediência e pobreza. Sem se preocupar com as reações da Santa Sé, o polêmico Lutero questiona-os de forma irônica e desafiadora. O religioso parece buscar o conflito público com a Igreja Católica. Talvez, desde o início, já tivesse o propósito de romper com a instituição.

No excerto - 04, a erística utilizada por Lutero dá o tom da polêmica que pretendia instaurar:

Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem arditosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de São Pedro. (Excerto - 04 – LUTERO, 1517, - Tese 51).

O locutor, no excerto - 04, é tão ousado que adverte o papa, afirmando que é seu dever dar o dinheiro da Santa Sé ao povo expropriado pelos “pregadores de indulgências”. Nem que para honrar esse compromisso, o sumo pontífice precise se desfazer de parte do patrimônio do Vaticano. Como sujeito da religião e apreciador da erística, Lutero não poderia ter sido mais sarcástico e abusado.

Ao utilizar o advérbio “ardilosamente”, para tratar da maneira como os pregadores de indulgências pegam o dinheiro das pessoas, Lutero os chama, indiretamente, de desonestos. Uma das marcas registradas da erística é o uso de insultos e impropérios, pelo orador, para difamar seus opositores. Ele não se incomoda em provar nada e, por isso, abusa das falácias.

Segundo Teixeira (2013), de acordo com relatório do *Pew Research Center*, de 2012, o Cristianismo continua hegemônico, abarcando 31,5% da população mundial. São 2,2 bilhões de adeptos, sendo que metade é católica e 37% de tradição protestante.

Considerações finais

A polêmica, como elemento da argumentação e retórica desenvolvido por Amossy (2017), tem um papel importante no campo religioso. Priorizando o dissenso e valendo-se de debates marcados pela erística, sujeitos da religião conseguiram questionar dogmas, doutrinas e valores de confissões religiosas estabelecidas. Enfrentaram discussões acaloradas, ameaças e punições, que são situações típicas da polêmica.

Uma dessas figuras foi o profeta Maomé, que em meio ao domínio judaico e cristão que imperava no Oriente Médio, no século VII, conseguiu arrebanhar adeptos

para fundar uma nova confissão religiosa. Usou estratégias como a de se mudar de sua terra-natal para outra cidade, na qual encontrou mais apoio e adeptos. Também parece ter “fingido” se aliar aos judeus, adotando algumas de suas práticas, para depois, já fortalecido, desprezá-los e estabelecer a autonomia islâmica.

O ex-frade agostiniano Lutero, por sua vez, usou do conhecimento que tinha da Igreja Católica para, no século XVI, questionar dogmas, doutrinas e normas, como a cobrança de indulgências. Desgastada após os abusos que cometeu durante a Idade Média, a Igreja Católica parece não ter tido habilidade suficiente para conter o religioso dissidente. Apoiado, inicialmente, por parte do clero, pela monarquia e intelectuais alemães, Lutero enfrentou a pressão do Vaticano, debateu com seus representantes e, mesmo excomungado pelo papa Leão X, lançou as bases para que a Igreja Protestante se estruturasse.

Consideramos que a polêmica, como elemento argumentativo e retórico, é essencial para a ruptura da hegemonia religiosa. Líderes religiosos, como Maomé e Lutero, usaram-na com maestria para questionar o poder estabelecido pelas instituições religiosas vigentes e fundar novas confissões ou dissidências para atender os anseios da população da época. Não estabelecemos juízo de valor para dizer que o Islamismo e o Protestantismo têm mais qualidade que o Judaísmo e o Catolicismo, porém não há como negar que Maomé e Lutero, enquanto sujeitos da religião, foram vitoriosos no uso da polêmica para “quebrar” hegemonias no campo da fé.

Referências

- ABDALLA, Rachid. **Conhecendo o Islamismo**. Curitiba: A.D. Santos Editora Ltda, 1996.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo – 2000 anos de caminhada**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, [1377-1403 a.C.] 2000.
- ARMSTRONG, Karen. **Maomé – uma biografia do profeta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Jason. **Al-Qaeda** – A verdadeira história do radicalismo islâmico. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

CENTRO ISLÂMICO BENEFICENTE ÁRABE ISLÂMICO DE FOZ DO IGUAÇU.

Alcorão. Paraná, 1994. Disponível em:

http://www.ligaislamica.org.br/alcorao_sagrado.pdf. Acesso em: 1 de Jul. de 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso** – modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAUNU, Pierre. **O tempo das reformas (1250-1550)** – História religiosa e sistema de civilização. II A Reforma Protestante. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

COSTA, José Silveira da. **Tomás de Aquino** – a razão a serviço da fé. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1993.

DASCAL, Marcelo. Dichotomies and types of debates. In: EEMEREN VAN, Frans; GARSSSEN, Bart (Eds.). **Controversy and confrontation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008, pp. 27-49.

EMEDIATO, Wander (Org.). **A Construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.

EMEDIATO, Wander; FRANCO, Eduardo Assunção. Discurso religioso, argumentação e cognição da fé. In: MELO, Mônica Santos de Souza (Org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

FRANCO, Eduardo Assunção; EMEDIATO, Wander (orient.). **Discurso religioso e jornalismo**: estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos. Belo Horizonte: Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, 2018.

GNILKA, Joachim. **Bíblia e alcorão** – o que os une – o que os separa. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La polémique et ses définitions. In : GELAS, Nicole ; KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (Edits.) **Le discours polemique**. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1980, pp. 3-40.

LEWIS, Bernard. **Os assassinos** – Os primórdios do terrorismo no Islã. Tradução Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LUTERO, Martinho. **Debate para esclarecimentos do valor das indulgências**. Igreja de Witenberg, Alemanha, 1517. Disponível:

https://www.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html. Acesso em 1 de Jul. de 2020.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. (Orgs.). **Análises do discurso hoje** – vol. 1. São Paulo: Lucerna, 2008.

MEYER, Michel. **Prefácio de Aristóteles ou a retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação** – a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Islã em números – Os muçulmanos no Censo Demográfico de 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em Movimento** – o Censo de 2010. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **A filosofia medieval** – Das origens patrísticas à escolástica barroca. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência e Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2006.

SCHOPENHAUER. **A arte de ter razão**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TEIXEIRA, Faustino. O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em Movimento** – o Censo de 2010. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WALTON, Douglas. **Lógica informal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ⁱ Pós-Doutorado em Análise do Texto e do Discurso pelo POSLIN/FALE/UFGM. Bolsista PNPd da Capes, supervisionado pelo Professor Doutor Wander Emediato. Belo Horizonte-MG. Brasil.

E-mail: eduardodfranco@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4773596430413291>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1754-7689>.

A CONSTRUÇÃO REFERENCIAL DA NÃO-PESSOA NOS ENUNCIADOS NO FACEBOOK: ANÁLISE DAS *HASHTAG* #MEUAMIGOSECRETO

THE REFERENCIAL CONSTRUCTION OF THE NON-PERSON ON FACEBOOK STATEMENTS: ANALYSIS OF #MEUAMIGOSECRETO HASHTAG

Ana Luiza Cordeiro¹

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGLE

Resumo: Os interlocutores estabelecem trocas interacionais mobilizando a língua para se constituírem como sujeitos linguística e empiricamente. Para tanto, a referência de pessoa, espaço e tempo é imprescindível para localizar o locutor em sua centralidade enunciativa e, conseqüentemente, construir as referências para os alocutários. Nesse sentido, parte-se da discussão da linguística enunciativista para analisar uma postagem coletada na fanpage #*Meu Amigo Secreto* no Facebook, bem como suas replicações por usuárias da rede social, com o objetivo de debater a categoria de não-pessoa, identificando se há variantes de referência da terceira pessoa num mesmo enunciado diante da mudança do sujeito locutor. A partir da ancoragem teórica da Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste (2005; 2006), com especial enfoque no estudo *Da Subjetividade na Linguagem*, publicado em Problemas de Linguística Geral I (2005), acredita-se haver o atravessamento do locutor enquanto “Eu” que determina ou indica a classificação da não pessoa enquanto específica ou genérica.

Palavras-Chave: Facebook. Subjetividade. Enunciação. Referência. Hashtag.

Abstract: The interlocutors establish interactional exchanges mobilizing the language to constitute themselves as subjects linguistically and empirically. Therefore, the references of person, space and time are necessary to localize the speaker on their enunciative centrality and, consequently, to build references to the speaker. In this sense, it starts with the discussion of enunciativist linguistics to analyze a post collected from the fanpage #*Meu Amigo Secreto* on Facebook, as well as its replications by female users of the social network, with the objective of debating the non-person category, identifying possible variants of referencing of third person in the same statement before the change of the announcer subject. With theoretical anchor of the Enunciation Theory, by Émile Benveniste (2005; 2006), with a special focus on the study of Subjectivity in Language, published in Problems of General Linguistics I (2005), it is believed that the speaker is crossed as “I” which determines or indicates the classification of the non-person as specific or generic.

Keywords: Facebook. Subjectivity. Enunciation. Referencing. Hashtag.

Introdução

Através da mobilização da língua é que o sujeito insere em sua enunciação as marcas de subjetividade. A língua, que opera como um sistema geral entre os falantes,

é munida de marcas, alterações, significações, implicaturas e subjetividades quando colocada em uso pelo indivíduo. Assim, enunciados iguais podem ganhar subentendidos diversos a depender dos fatores extralinguísticos – contexto, quem enuncia, como se dá a enunciação.

Para Benveniste (2006, p. 84), “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala”, estabelecendo uma relação individual entre ela e o falante e, assim, transformando-a em discurso. O locutor, ao se apropriar do que Benveniste (Ibidem) chama de o aparelho formal da enunciação, insere as marcas de subjetividade do “Eu” na língua e, conseqüentemente, projeta o outro, um sujeito estabelecido na interação.

As condições em que ocorrem a enunciação definem as marcas de tempo, lugar e pessoa, imprescindíveis para delinear os sentidos do enunciado, proporcionando circunstâncias bastante singulares de discurso, modificando o referente, o sentido e caracterizando a unicidade de uma enunciação. Apontando uma rede de correlação opositiva, Benveniste (2006) posiciona de frente ao “Eu-Tu”, sujeitos efetivos, o “Ele”, demarcado como uma não-pessoa. Ou seja, “Eu” e “Tu” são sujeitos do diálogo ou enunciação, capazes de se apropriarem da flexibilidade de subjetivação da língua, no entanto, o “Ele” remete a um sujeito ausente, distante da interação, incapaz de tomar a palavra e assumir a unicidade da relação enunciativa (Idem, 2005). O “Eu” e “Tu” se estabelecem, então, em uma constância de atualizações, enquanto o “Ele”, a não pessoa, pode ser retomado objetivamente, ainda que seu referente seja um sujeito individual, coletivo ou genérico.

Considera-se então que a pessoa não participante da interação pode constituir um sujeito individual, como alguém em específico ou coletivo; um grupo ou comunidade com características/hábitos comuns entre os indivíduos; ou, ainda, um sujeito genérico/probabilístico, que não se refere a alguém ou alguma coisa singularmente, podendo representar um senso comum comportamental ou a projeção de uma ação.

A partir disso, o presente artigo objetiva debater a categoria de não-pessoa, do “Ele”, enquanto entidade particular ou genérica através da ocultação ou da não nomeação do sujeito no enunciado. O caminho metodológico parte da revisão da

Teoria da Enunciação, com especial enfoque ao estudo *Da Subjetividade na Linguagem*, publicado em Problemas de Linguística Geral I (2005), de Benveniste. Em seguida, busca-se apresentar os mecanismos de subjetivação em um enunciado coletado na *fanpage* #Meu Amigo Secreto e suas replicações. Para isso, manualmente, fez-se a identificação da postagem com maior quantidade de compartilhamentos até o momento desta pesquisa¹, registrando-a com um *printscreen*. Em seguida, buscou-se os compartilhamentos dela pelo próprio mecanismo do Facebook, que permite acessar à postagem compartilhada, desde que ela esteja pública. Para a seleção, usaram-se dois critérios: haver algum texto acrescido ao post compartilhado e que este esteja de acordo com o intuito da campanha #MeuAmigoSecreto². Os registros para posterior análise foram feitos também por meio de *printscreen*.

Assim, a análise consiste na explanação quanto aos indícios de referenciação do “Ele” presentes nos enunciados, articulando aos conceitos esboçados nas marcações de personalidade. Acredita-se, então, que há marcações que permitem identificar o atravessamento do locutor enquanto “Eu” que determinam ou indicam a classificação da não pessoa enquanto específica ou genérica.

Com base no exposto, sob a ótica de Benveniste (2005; 2006), o tópico a seguir traça uma breve discussão sobre as noções de significação na enunciação que se dão pela marcação dos sujeitos na linguagem.

1 Os Sujeitos Demarcados na Linguagem

Para Benveniste (2005) o mundo linguístico se constitui em referência ao *ego*. As noções de pessoa, espaço e tempo são, sumariamente, estabelecidas a partir do locutor, reorganizando o universo em referência a ele. Para que essa acomodação *sui referencial* seja possível, há marcas linguísticas que exercem indicação de subjetividade (Ibidem), exercidas através das categorias de pessoa, espaço e tempo.

¹ A postagem foi postada na data 24 de dezembro de 2015, totalizando na data desta pesquisa um total de 186 compartilhamentos. Disponível em: <https://www.facebook.com/meuamigosecretoelena/photos/a.1643900415848123/1643902762514555>. Acessado em: 15/11/2018

² Destaca-se que o critério de alinhamento à campanha #MeuAmigoSecreto é importante pois é possível haver compartilhamentos em tons de críticas ou discordâncias, o que foge aos interesses deste artigo.

Ressalta-se que o autor formula sua teoria da enunciação exaltando a questão do sujeito, não empiricamente, mas sim como um ser linguístico, construção e construtor dos sentidos. Logo, é através da apropriação da língua que o homem se instaura, se apresenta ao mundo e ao outro, situa a si e opõe-se ao “Tu” (BENVENISTE, 2005). Assim, não é sobre o sujeito propriamente que o autor se dedica, mas sobre as noções de significação que se dão a partir da consideração desse sujeito na enunciação (FLORES, 2005).

Para o autor, portanto, ainda que os pronomes pessoais abarquem *eu, tu e ele*, apenas os dois primeiros se comportam como referência de pessoa, cabendo a eles a constante atualização no discurso, em que sua mobilidade permite e garante que não haja confusão quanto ao sujeito referido e de referência no enunciado. Ou seja, o locutor que pronuncia “Eu” está inculcando a sua pessoa no signo, enquanto o alocutário o recebe num reflexo – transferindo a demarcação de sujeito – ao mesmo tempo que se utiliza do “Eu” para proferir o mesmo ou outro enunciado, “o eu não denomina, pois, nenhuma entidade lexical” (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Operando na mesma sistemática do “Eu”, o “Tu” compõe um indicador de subjetividade, em que ele se vale da constante atualização do discurso para ligar-se ao referente. O “Eu”, portanto, é delineado em contraste ao “Tu”, logo que o discurso é sempre dirigido a alguém, ao outro, ao “Tu”. Desse modo, num diálogo entre duas pessoas, as categorias “Eu” e “Tu” são condicionalmente ligadas a ambos os interlocutores, configurando o que Benveniste denomina como “signos vazios”, disponíveis para serem ressignificados, findando o referente apenas no ato da enunciação.

Já o pronome “Ele”, para Benveniste (2005), aporta uma categoria distinta, estabelecendo-se como uma não-pessoa, inapto para adentrar a interação, pois se refere àquele que está distante, não presente, que se apresenta somente pela constituição do discurso do “Eu”. “Ele” ainda pode se conceber como uma entidade volátil, imaterial, comunitária, genérica, não se ligando necessariamente a um sujeito. Benveniste concebe o “Ele” como uma não pessoa exatamente por acrescer-lhe a oposição ao “Eu”, pois é tão somente no discurso do locutor que se constitui e referencia “Ele”, “podendo ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum” (Ibidem, p. 250).

É devido à propriedade de subjetividade da linguagem, mais especificamente aos pronomes pessoais, de se alocarem aos locutores sem causar estranhamento ou confusão, que “cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como ‘Eu’ do discurso. Por isso, ‘Eu’ propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo tu e me diz tu” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Porém, o autor apresenta ainda a distinção entre personalidade e subjetividade, em que, mesmo gramaticalmente atribuídos à mesma categoria de pronomes pessoais, há caracterizações diferentes para as noções da tríade Eu-Tu-Ele, em que há duas categorias fundamentais.

A primeira distancia “Eu/Tu” de “Ele”. Enquanto esta última pessoa é um ser ausente, uma não-pessoa privada da tomada da palavra e silenciada, mesmo que seja trazida ao diálogo, aquelas constituem uma categoria que se instaura pela constituição de subjetividade, pois ao enunciar, “Eu” se assume como “Eu” e materializa o “Tu”. Já a segunda categoria afasta “Eu” e “Tu”, logo que, verdadeiramente, apenas o sujeito “Eu” é detentor da subjetividade, enquanto “Tu” é constituído apenas como pessoa, pois “o eu não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente linguístico” (FIORIN, 2010, p. 41).

Se, ao enunciar, constitui-se uma relação com o mundo, é através da mediação do sujeito que se configura e articula esse elo (FLORES, 2005). Ao elaborar um enunciado, o locutor visa um determinado alocutário, constituindo uma organização linguística e escolhas lexicais e semânticas de acordo com sua intencionalidade e conhecimento do interlocutor. Ainda que enunciados iguais sejam proferidos, a tríade sujeito, espaço e tempo, de Benveniste, é determinante na completa formulação significativa e valorativa da interação. Esses indicadores de subjetividade são evocados e atualizados a cada enunciação, promovendo um acontecimento único, singular e, portanto, designam algo novo (BENVENISTE, 2006).

Faz-se necessário também apontar a questão da pluralização dos pronomes pessoais, em que, para Benveniste (2005), “nós” e “vós” não remetem necessariamente aos sujeitos “Eu” e “Tu”. Ainda que gramaticalmente a flexão numérica da primeira e segunda pessoas do singular obedeça e compreenda a pluralidade, Flores (*et al.* 2008, p. 79) apontam que

o uso de nós se amplifica em uma pessoa mais solene, com maior autoridade no nós majestático, quanto se amplifica em uma pessoa mais difusa, com contornos indefinidos no nós de orador ou de autor. A mesma análise é feita para vós, tanto no uso coletivo quanto no uso de polidez a passagem do tu ao vós exprime pessoa generalizada.

Assim, as marcas de pessoa constituem um elemento fundante para a organização referencial do enunciado e compõem uma categoria complexa perante sua habilidade de subjetividade. Retomando a noção de que o sujeito só se instaura perante o contraste, à oposição do outro, é sobretudo nas marcas enunciativas que emergem as marcas de sujeito. Sabendo que o “Eu” é, verdadeiramente, a única pessoa carregada de subjetividade, o “Ele” é fruto da construção da primeira pessoa, o traço que determina a referenciação do “Ele” para o interlocutor, ou o “Tu”, não depende essencialmente das marcas subjetivas contidas nos enunciados, mas também da construção – contida ou não no discurso – do “Eu”.

Com base no que foi exposto acima, segue-se então com a discussão dos enunciados, sob a ótica de Benveniste (2005; 2006), mas de forma centrada no ambiente das redes sociais digitais.

2 Redes Sociais Digitais e a Atualização do Enunciado

A tecnologia emerge em diferentes graus, formas e regularidades na sociedade, causando impactos imediatos e reorganizando hábitos coletivos ou individuais. Se, para Benveniste (2005), o sujeito é fundante na relação entre o enunciado e o mundo, é imprescindível lançar olhares para as demandas que as configurações sociais suscitam diante da efemeridade, inconstância e volatilidade que a tecnologia, sobretudo a internet, promove às formas de conceber a linguagem.

Redes sociais não devem ser concebidas como recentes, fruto da ascensão digital, mas sim como ambientes compartilhados por produtores de enunciados, que desdobram interações e constituem formas de comunicar. Ainda que cada esfera dos grupos sociais apresente necessidades e características específicas, é no ambiente das redes sociais digitais que se verifica uma vociferação das individualidades no modo de

conceber a linguagem. Como Benveniste (2005) aponta, o indivíduo se faz através da apropriação singular da língua, constituindo uma unicidade identitária perante um sistema linguístico que é compartilhado pelos falantes.

Ainda que os espaços da internet, sobretudo as redes sociais como o Facebook, delimitem e empreguem regras técnicas e sociais de comunicação, como as limitações da plataforma ou o conhecimento pragmático do sujeito perante ações na rede (o que se torna ou não aceitável, ainda que possível), há uma reflexão quanto à democratização da fala nesse ambiente. Enquanto o indivíduo desprovido de ferramentas tecnológicas, em sua rede social ou familiar, fica limitado geográfica e temporalmente ao seu círculo, o locutor no ambiente digital dispõe de um registro factual e do rompimento da barreira geográfica (LEMOS, 2010), pois sua postagem pode ser recuperada e, a depender das configurações, pode ser acessada por qualquer pessoa, em qualquer localidade, respectivamente.

Nesse sentido há também uma transversalidade, um atravessamento de sujeitos impactando na constituição do enunciado. Ao estender o alcance de uma publicação, permitindo ou possibilitando a interação de diferentes sujeitos, muitas vezes desconhecidos, pode-se alterar a composição linguística ou de significação na intencionalidade enunciativa, devido à quebra da intimidade, da privacidade, do conhecido (RECUERO, 2014).

Cabe ressaltar que a noção de espaço não se limita à concepção de materialidade, podendo assumir um paralelo com o contexto, ou seja, ainda que fisicamente o ambiente seja o mesmo, como a mesma sala, mesma rua, mesma página da web, a situação e o contexto alteram as noções espaciais, as referências, as acomodações, conseqüentemente impactam na organização enunciativa. Conforme Lemos (2010), a essas reconfigurações das dinâmicas sociais, proporcionadas pelas novas relações entre sociedade, tecnologia e cultura, dá-se o nome de conectividade generalizada, em que ocorre um processo mútuo de descentralização de fontes emissoras e hiperconexões entre diversos polos, informações, pessoas, máquinas, sentidos.

Dada a flexibilidade e dissidência dos espaços digitais, os apontamentos quanto à subjetividade de Benveniste (2005) ecoam de forma ainda mais pungente.

Não se restringindo à expoente produção de enunciados nas redes sociais digitais, é necessário conceber esse ambiente como detentor de uma nova configuração *sui referencial*, que assume utilizações que confrontam as, até então, formalidades da língua.

Se a personalização da língua ocorre quando essa é colocada em uso, atribuindo as marcações de pessoalidade ao enunciado, em que a linguagem opera diante do “ato individual de apropriação da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 84), há de destacar-se os movimentos coletivos de apropriação, em que grupos sociais e identitários subvertem as regras gramaticais, existências lexicais e funcionamento normativo da língua para instaurar operações singulares e valorativas da linguagem.

Portanto, ainda que o ato de enunciar seja pertencente ao sujeito individual, ele pode ocorrer atravessado ou modulado por uma reversibilidade coletiva. Há, então, uma construção identitária do sujeito digital, não precisando necessariamente corresponder ao sujeito empírico, já que há uma fragmentação e disseminação das atuações identitárias. A apropriação coletiva da língua na rede social digital sucumbe as normas ortográficas e subverte muitas vezes a aceitabilidade social da fala, já que o rompimento da gramática é, muitas vezes, ocasionado propositalmente, empregando uma intencionalidade ou um pertencimento ao meio digital, mas que causa estranhamento fora da internet.

Ao considerar a produção de enunciados na internet, sobretudo nas redes sociais, é preciso um olhar ampliado aos entornos enunciativos, incluindo a questão textual e também os elementos que interferem na produção enunciativa, como fotos, vídeos, *emojis*, *hashtags*, limitações da plataforma, hábitos/características comuns do espaço digital. No momento da enunciação, então, esses e outros elementos participam da construção de um enunciado que corrobora, enfatiza, atualiza, repete um sentido primário do enunciado, mas também quem enuncia “o revoga, recusa-o, renova-o e transforma-o. Há um domínio do impessoal que rege a enunciação individual” (FIORIN, 2010, p. 62).

Portanto, ainda que a análise dos enunciados/publicações na web prescindam a textualidade e um aporte das teorias do enunciado, não se pode isolar as interferências que as mudanças comunicacionais e tecnológicas causam na conceituação enunciativa

em ambientes digitais (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001). A partir da evocação conceitual e teórica de Benveniste, sobretudo no que tange à subjetividade no aspecto pessoa, traça-se um paralelo com o comportamento linguístico na produção/compartilhamento de enunciados, bem como a aplicabilidade referencial do sujeito “Eu” e “Ele” a partir do mesmo enunciado.

A seguir, parte-se para uma breve caracterização dos processos de enunciação presentes no ambiente web, mais especificamente no Facebook, em que se observa a prática de produção e replicação de enunciados. Assim, apresenta-se a campanha *#MeuAmigoSecreto*, prosseguindo para a análise com base no debate sobre subjetividade tecido até o momento.

3 Enunciação: Produção e Compartilhamento no Facebook

Assim como entidades corporativas, coletivas ou institucionais podem, fora da esfera da internet, produzir discursos e enunciar publicamente, há a possibilidade que discursos não identificados ou associados a enunciadorees específicos sejam manifestados nas redes sociais digitais. Aqui, compreende-se que a internet facilitou o obscurecimento da identidade do sujeito, possibilitando que entidades coletivas ou mesmo anônimas se pronunciem com mais facilidade e alcance, características essas decorrentes da descentralização da produção de conteúdos no ambiente digital e reconfiguração das limitações de tempo e espaço (LEMOS, 2010).

Como exemplo, tem-se uma grande quantidade de *fanpages* no Facebook, que compartilham e produzem conteúdos, criando inclusive uma identidade da página, porém não há uma designação explícita de quem responde ou assina o material – seja uma pessoa ou instituição. Dessa forma, o enunciado produzido é originário de alguém, ainda que frequentemente seja negada a devida autoridade ao enunciadore, seja ela uma *fanpage*, perfil ou instituição.

A campanha *#MeuAmigoSecreto* começou a circular em 24 de novembro de 2015, abrangendo diversas redes sociais, entre elas o Facebook. Com o intuito de incentivar a denúncia de casos de assédio, violência e machismo que as usuárias vivenciaram, a *hashtag* se disseminou e promoveu uma forte interlocução das

mulheres. No mesmo período, a *fanpage* #Meu Amigo Secreto foi criada a fim de coletar publicações das usuárias, compartilhando-as e fortalecendo a campanha. Entre as postagens realizadas pela página, houve a publicação de enunciados não nomeados ou de autoria não especificada, caracterizando uma produção autoral da própria *fanpage*, conforme se observa na Figura 1:

Figura 1: Printscreens da Publicação



Fonte: Fanpage Meuamigosecreto

No enunciado “[#MeuAmigoSecreto] DIZ QUE É A FAVOR DA IGUALDADE DE GÊNERO MAS NÃO TOLERA CHEFE MULHER” há a possibilidade de ser um relato ou uma generalização situacional, em que há um: (1) Eu-Enunciador – produtor do enunciado, (2) Tu – alocutário e (3) Ele – quem se denuncia.

Sendo o “Eu” produtor do enunciado uma entidade abstrata, não se pode conferir uma identidade singular, única. Assume-se, portanto, um “Eu” genérico ainda que não abstraído de subjetividade, logo que há uma identidade institucional na *fanpage* (feminista, falante de português, usuária do Facebook). Quanto ao “Tu”, a linguagem se estabelece de modo direto, relacionando-se com o público da página de modo íntimo, sem explicitar maiores detalhes quanto à campanha.

Assim, supõe-se, pelo enunciado, que o público já conhece e domina as intenções do enunciador. Já a pessoa “Ele” é marcada pela referenciação textual do #MeuAmigoSecreto, no entanto, empiricamente não há um sujeito singular que represente ou reporte esse sujeito enquanto não se pode determinar o sujeito “Eu”.

Novamente há a possibilidade de generalizar ou singularizar o sujeito, logo que “Ele” representa um comportamento socialmente comum, mas assume uma situação empírica bastante possível de ter, de fato, ocorrido.

Uma das possibilidades e usos habituais do Facebook é o compartilhamento de postagens, tanto em perfis públicos, privados ou *fanpages*, dadas as devidas limitações de privacidade. A publicação analisada (Figura 1) se apresenta, até o momento da análise, configurada para a modalidade pública, em que não há restrição de visualização para perfis ou grupos de usuários.

Ao compartilhar uma publicação, assume-se que haja uma atualização do enunciado, em que o locutor toma para si o papel de enunciador. No entanto, há intencionalidades diversas na ação de compartilhar um enunciado, seja ela o da apropriação, colocando-se como sujeito enunciador e subjetivando o “Eu”, seja ela o do parafraseamento, em que se assume um discurso indireto para reforçar ou confrontar o sentido estabelecido. Intuem-se essas apropriações discursivas, que podem gerar incompatibilidade entre locutor e sujeito “Eu”, como um “[...] estranhamento com a finalidade de chamar a atenção do enunciatário para sua mensagem” (FIORIN, 2010, p. 40).

Figura 2: *Printscreen* do Compartilhamento



Fonte: Perfil do Facebook

Ao compartilhar um *post*, imagem ou link, há uma interlocução de vozes, somando ao enunciado original outros sentidos, informações e personalidades. Atuando como um parafraseamento, o locutor, ou usuário que compartilha a postagem, insere em sua enunciação a referência do enunciador primário, logo que as marcas da origem do *post* não são perdidas, como se nota em “compartilhou a foto de Meuamigosecreto”, presente no canto superior direito da figura 2.

Não somente ocorre uma retomada enunciativa, uma inserção da pessoa primária na fala do, agora, locutor, como há a complementação argumentativa. Tem-se “E presidente mulher...” como fala própria da enunciativa complementando o texto da imagem compartilhada, caracterizando que a inserção da pessoa seja textualmente perceptível na enunciação. No entanto, apenas o ato de compartilhar sem acrescentar nenhum elemento comunicacional já poderia alterar o sentido primário, logo que a intenção, o direcionamento e as conexões de cada usuário são diferentes. Desse modo, compõem a alteração dos elementos de subjetividade pessoa, espaço e tempo, pois é a “presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Ainda que haja a paráfrase de “[#MeuAmigoSecreto] DIZ QUE É A FAVOR DA IGUALDADE DE GÊNERO MAS NÃO TOLERA CHEFE MULHER” (Figura 1), tem-se um enunciado acrescido de informação que, agora, é atribuído a uma identidade específica, a usuária que compartilhou a postagem. Assim, retomando os estudos de Benveniste (2006), é a partir da identificação da instância enunciativa – o “Eu” – que se organizam e reorganizam os marcadores de subjetividade pessoa, espaço e tempo.

Atenta-se ainda para a mudança da (não) pessoa “Ele” no discurso 2, logo que a somatória [A] “[#MeuAmigoSecreto] DIZ QUE É A FAVOR DA IGUALDADE DE GÊNERO MAS NÃO TOLERA CHEFE MULHER” + [B] “E presidente mulher...” altera a noção do referente genérico para um grupo mais delimitado de sujeitos, podendo ainda se referir a alguém(ns) especificamente.

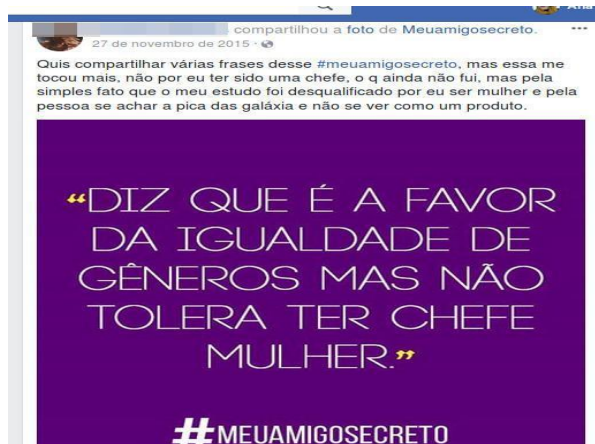
Ao compartilhar uma postagem no Facebook, o enunciador faz um deslocamento espaço-temporal, visto que a abrangência, o alcance, as conexões e o público que terão acesso àquela enunciação serão outros. Portanto, a interação entre enunciador e alocutário (conexões do Facebook), restringe as possibilidades do sujeito “Ele” baseado no indivíduo que enuncia. A terceira pessoa, Meu Amigo Secreto, verte-se para os contatos da usuária e não mais da *fanpage*, podendo ir de um sujeito genérico (todos que leem) para um particular (um homem em específico). Essa característica da web se atribui às noções de conectividade generalizada (LEMOS, 2010), que se refere às múltiplas conexões que se estabelecem na era da internet, possibilitando a interação entre pessoas-pessoas, pessoas-máquinas e/ou máquinas-máquinas. Isso, portanto, aponta as várias leituras possíveis de um mesmo produto.

Há, portanto, um aspecto intrínseco à navegação digital que faz emergir uma não linearidade, uma fragmentação rítmica de leitura a construção de conhecimento. Nesse sentido, os pontos de cada conteúdo são a entrada espiral para uma infinidade de outras conexões, em que o início e o fim das mensagens se misturam, conectam-se e se rompem (RECUERO, 2014) alterando e modificando as formas de estruturação linguística. Exemplo disso é a ordenação dos textos presentes na Figura 2.

Primeiro há o enunciado da usuária “E presidente mulher...”, somente abaixo segue o texto principal ou que dá suporte para a contextualização do enunciado

primeiro. Porém, em uma leitura linear, é preciso rearranjar os enunciados para conformá-los com a ordem esperada, calcando a quebra dos padrões de leitura.

Figura 3: Printscreen do Compartilhamento



Fonte: Perfil do Facebook

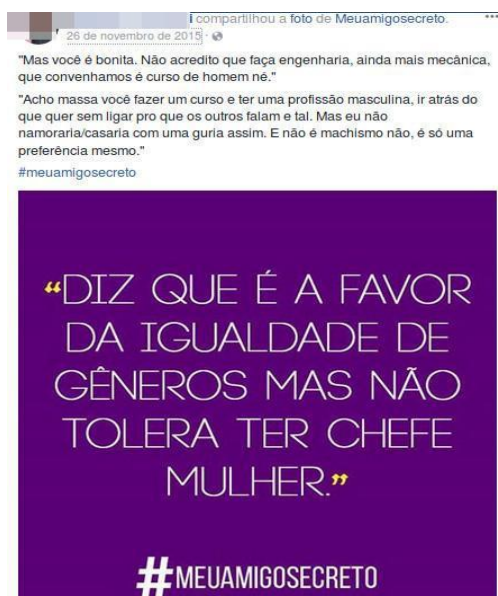
Na Figura 3 há uma mudança significativa na referenciação do sujeito “Ele”. Ainda que haja constantemente a ocultação do nome ou da pessoa referida através da sublimação pela *#MeuAmigoSecreto*, é a *hashtag* que ocupa o lugar linguístico do sujeito no enunciado. Mesmo valendo-se do acobertamento da referência, a locutora enuncia [A] “mas essa me tocou mais” [B] “o meu estudo foi desqualificado por eu ser mulher e pela pessoa se achar a pica das galáxias e não se ver como um produto”. As marcações linguísticas do sujeito “Ele” são bastante explícitas e fulguram um sujeito específico ou uma situação particular.

Tem-se, então, a explanação da locutora em [A], apontando para uma relação realmente mais aproximada com o enunciado compartilhado. Já em [B], as marcas “e a pessoa” e “não se ver” qualificam um sujeito “Ele” determinado, ainda que não identificado ou conhecido pelo interlocutor. Nesse caso, a noção de não-pessoa é transposta do sujeito genérico para o particular a partir da atualização enunciativa da usuária. Ou seja, não basta uma nova enunciação, é preciso que se realoque a fala para outro locutor e a atribua da noção identitária, ou seja, carregue-a valorativamente.

Pode-se, portanto, tomar o enunciado produzido pela usuária como a introdução ou apresentação de sua identidade ao interlocutor, visando que este pode

ser amplo, vasto, divergente, e não estabelecer a íntima relação da enunciadora com o conteúdo. Posteriormente, a noção de proximidade entre o fato e o enunciado é atribuída à pessoa “Eu” que enuncia e referencia a pessoa “Ele” de genérica para particular.

Figura 4: Printscreen do Compartilhamento



Fonte: Perfil do Facebook

A quarta figura constrói a (não) pessoa “Ele” através da citação ou retomada de frases enunciadas, ausentando-se da responsabilidade do que é dito e, por se constituir num discurso indireto, carrega-se de objetividade e uma suposta neutralidade quanto à significação. A colocação das aspas no início das falas remete à transposição de uma enunciação *sui generis*, atrelando um enunciador específico e identificável ao enunciado. No entanto, ainda que o “Ele” seja, neste caso, um sujeito particular, a constituição textual sucumbe elementos de pessoalidade e referenciação que possam evidenciá-lo.

Há ainda um aspecto quanto ao uso da flexão verbal para o plural em “Não acredito que faça engenharia, ainda mais mecânica, que convenhamos é curso de homem” (Figura 4). Concebendo que o enunciado inicia com a pessoa “Eu” se constituindo no discurso, tem-se “[EU] não acredito que faça engenharia...”, o locutor aplica a flexão para a primeira pessoa do plural, fazendo com que o locutor e o

alocutário sejam inclusos na sentença (FIORIN, 1994), conferindo obrigatoriedade linguística da interlocutora em acatar a afirmação “mas [NÓS] convenhamos que é curso de homem”. Ainda que gramaticalmente correta, a passagem da primeira pessoa do singular para o plural engloba os interlocutores pelo pronome, ação definida por Fiorin (Ibidem, p. 100) como Plural Majestático, visando diluir ou amplificar a enunciação/ação à pessoa “Eu”.

Há, portanto, a necessidade de distinguir e delimitar as imputações que as marcações de subjetividade, advindas dos locutores, conferem aos enunciados. A partir da análise das diferentes construções enunciativas das figuras 1, 2, 3 e 4 é possível averiguar a fluidez da marcação de pessoa, em que pode haver ocultação, generalização ou individualização do sujeito referido. Dessa forma, a referência à não-pessoa é uma construção flutuante, estendível, volúvel. A utilização do pronome “Ele”, a alternância para a *hashtag* #MeuAmigoSecreto ou a supressão de qualquer marcador linguístico de referência, como na figura 2 “e a presidente...”, incidem na construção imagética da terceira pessoa, podendo resultar em referentes distintos em uma mesma interação, atribuindo subjetividade ao referente “Ele”.

No que tange ao ambiente web, incluindo-se as redes sociais digitais como o Facebook, as mensagens que são coletivas ou marcadamente genéricas podem ser atualizadas, *a priori*, por todos os usuários no ato de interacionismo ou leitura da postagem, já que não confere identificação do locutor. Ou seja, ao escrever, o enunciador se refere a um sujeito, ao ler, o alocutário traz a imagem mental do mesmo ou, mais provavelmente, de outro referente podendo ainda ser um sujeito específico, genérico, coletivo ou inexistente.

Considerações finais

As trocas interacionais e o estabelecimento de formas de comunicação são processos complexos, fluídos e atravessados. A língua, como sistema, fornece aos sujeitos um aparato rico para se referir ao mundo, ao mesmo tempo em que se constrói, se delinea, se comunica. Para isso, vale-se de modalidades consideravelmente estáveis, reconhecidas ou compartilháveis entre os falantes. Mas,

ainda que ampla, ela carece de subsídios voláteis, modificáveis, pois a significação se faz, essencialmente, na apropriação da língua, na enunciação, sempre atualizada em centralidade ao locutor.

O ambiente web não deve ser pensado como uma insurgência desconhecida e estranha, mas sim como uma realocação dos modos e hábitos comunicacionais. Não há, efetivamente, uma quebra dos processos de interação, mas sim uma reconfiguração das dinâmicas, como apontado por Lemos (2010), em que textos, falas, sentidos e identidades se constroem, se modificam e se adaptam ao meio digital, descentralizando a emissão/produção de conteúdos e, ao mesmo tempo, provocando um movimento de hiperconexão entre pessoas e máquinas.

No que concerne à *hashtag* #MeuAmigoSecreto, analisada neste artigo, percebe-se a organização referencial ligada às pessoas participantes da interação. Mais do que apenas ao locutor, a significação se dá no processo enunciativo e se constitui na alocação, no recebimento da informação, logo que para haver interpretação e significação, há a aplicação de subjetividade ao discurso. Esta, conforme Benveniste (2005), opera como a capacidade de quem enuncia constituir-se como sujeito, exigindo e pressupondo o outro. A constituição do sujeito é, por fim, a formalização da existência humana, logo que “sujeito é linguagem, e a intersubjetividade é a sua condição” (FLORES, 2004, p. 221).

A *hashtag*, portanto, comporta sempre um referente “Ele” não identificado, que é a terceira pessoa, ausente do diálogo e constituída como não-pessoa. Sua determinação se dá pelo entrelaçamento da subjetividade do “Eu” e a memória sígnica, vivencial ou contexto que quem enuncia está inserido, já que “Eu” é um signo vazio, apropriado pelo sujeito que interage e toma para si a palavra. Tanto o “Eu” que pronuncia quanto o “Eu” que recebe o enunciado valoram e referenciam o “Ele”, de um mesmo enunciado, em instâncias diferentes, atribuindo uma identidade, uma coletividade ou uma genericidade, contemplando uma fragilidade quanto à designação de um referente fora da interação.

Referências

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral 2**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- FIORIN, José Luiz. A pessoa subvertida. **Língua e Literatura**, n. 21, p. 77-107, 1994/1995.
- FIORIN, José Luiz. Práxis enunciativa. In: Pernambuco, Jucelino; Figueiredo, Maria Flávia; Salviato-Silva, Ana Cristina (Orgs.). **Nas trilhas do texto**. São Paulo: Universidade de Franca. (Col. Mestrado em Linguística, 5), p. 53-74, 2010.
- FIORIN, José Luiz. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 970-985, set.- dez. 2017
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FLORES, Valdir do Nascimento. “Por que gosto de Benveniste? Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua”. **Letras de Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS. N. 138. v. 39, p. 217-230, dez. 2004.
- FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, Silvana.; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Thaís. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FONTANILLE, Jacques.; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit e Waldir. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- LEMOIS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. In: **Verso e Reverso**, XXVIII (68):114-124, mai.-ago. 2014.

ⁱ Jornalista, Mestra em Estudos de Linguagens (PPGEL-UTFPR) e doutoranda em Tecnologia e Sociedade (PPGTE-UTFPR). Curitiba – Brasil.

E-mail: ana.luiza.corderio@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1039401229577356>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8748-3265>

PERSPECTIVAS DA CIÊNCIA LINGUÍSTICA: UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO POLÍTICO-IDENTITÁRIA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS NO NORDESTE

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiroⁱ
Universidade Regional do Cariri – URCA/CE

Com imenso entusiasmo e profunda satisfação, a Revista Saridh (Linguagem e Discurso) apresenta, nesta edição, Volume 2, Número 1 (2020), uma entrevista com a Professora Doutora Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro, da Universidade Regional do Cariri (URCA), Ceará. A professora Cláudia Rejanne possui graduação em Letras pela Universidade Regional do Cariri (1993), graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri (1998), Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2001) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007), com estágio no CEDITEC (Centre d'Etudes des Discours, Images, Textes, Écrits et Communications), Sorbonne, Paris XII, e Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Cláudia Rejanne é professora adjunta do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri (URCA) e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (URCA). Líder do DISCULTI (Grupo de Estudos em Discurso, Cultura e Identidades). Pesquisa na área de Análise do Discurso os temas: Discurso Político, Discurso Religioso, Mídias, Poéticas da Oralidade, Multimodalidades, Literatura de Cordel e Música Popular Brasileira.

Dispomos, a seguir, a entrevista que a Professora Cláudia Rejanne Grangeiro Pinheiro concedeu à equipe editorial da Revista Saridh (Linguagem e Discurso) sobre as perspectivas e incursões da ciência no campo da Linguística, com especial enfoque nos estudos do discurso e sua vinculação ao cenário do nordeste brasileiro. As respostas da entrevistada são apresentadas integralmente e revelam a amplitude, credibilidade e efetividade das pesquisas desenvolvidas em torno do discurso, em suas múltiplas e diferentes nuances e atravessamentos epistemológicos e políticos.

A participação da Professora Cláudia Rejanne vem abrilhantar nosso periódico, amplificando para todo o país (e fora dele) o imensurável conhecimento e incríveis posições de quem vive, conhece, defende e luta por uma realidade acadêmico-científica e de atuação cidadã e profissional cada vez mais engajada, assertiva e promissora. Motivo pelo qual, reiteramos o convite ao leitor para apreciar, com júbilo, esse importante momento.

1. (Revista Saridh) Como você analisa o espaço de produção e divulgação do conhecimento científico – e em especial aquele voltado à relação linguagem e discurso – no contexto da pesquisa no Brasil?

Cláudia Rejanne: Produzir e divulgar conhecimento científico não é fácil. Ainda mais em um país periférico, como Brasil, por exemplo, cujo projeto de Estado e políticas públicas governamentais, em geral, não têm como princípio e fundamento a ciência como fator de desenvolvimento humano, social e nem mesmo econômico. Portanto, esta pergunta aponta para uma resposta em duas perspectivas: a primeira, se considerarmos que o nosso campo está inserido em uma área historicamente secundarizada quanto a financiamentos, somando-se a isso o hercúleo trabalho dos colegas que fazem as coisas acontecerem. E a segunda, mesmo com todas as dificuldades, o espaço está em expansão, o que pode ser verificado a partir da própria dimensão institucional que não é a única, mas é um ponto de partida. Houve um crescimento significativo do número de Programas de Pós Graduação na área de Linguística e Literatura nos últimos vinte anos. No ano 2000, tínhamos 66 Programas e em 2018, 154, segundo dados da CAPES; aumentaram também, significativamente, os grupos de pesquisa, as redes existentes, no âmbito das Associações de Linguística, como a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Associação Nacional de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (ANPOLL), Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE), Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO) e de instituições específicas de Análise do Discurso, como a Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED).

Observo também, no Nordeste, um aumento substancial nas publicações de livros e periódicos da área como a Revista Estudos da Língua(gem), da UESB, por exemplo. A Universidade Regional do Cariri (URCA) tem duas revistas: a Macabéa e a Miguilim (esta recebe inclusive artigos de estudantes de graduação, em parceria com orientadores) e esta própria revista Saridh - Linguagem e Discurso. Os eventos também são importantes *locus* de difusão dessa produção. Há alguns eventos regulares como o CIAD (Colóquio Internacional de Análise do Discurso) SEAD (Seminário de Análise do Discurso), o Colóquio Internacional de Mídia e Discurso na Amazônia (DCIMA), promovido, dentre outros, pelo Grupo de Estudo, Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas (GEDAI-UFPa), o CONLID (Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso) promovido pelo Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (GEDUERN), dentre muitos outros (com os quais desde já me desculpo por não citar, apenas em virtude do espaço) que têm contribuído tanto para a sedimentação da pesquisa na área como para a credibilidade, aceitabilidade e respeitabilidade da pesquisa na área por outras áreas afins e por outros setores sociais.

É necessário, no entanto, que esse conjunto de fatores incida, por exemplo, na mudança dos currículos de graduação em Letras, que têm incorporado, de forma lenta, disciplinas de Análise do Discurso em suas matrizes curriculares. Preocupa-me, ainda, a forma como produzimos e divulgamos o conhecimento no Brasil. De forma naturalizada até por nós mesmos, tanto a produção como a divulgação da pesquisa em Ciências Humanas, em geral, é autofinanciada. Os eventos são autofinanciados. Há revistas que cobram para publicar artigos e livros que são produzidos, financiados e divulgados pelos seus próprios produtores. É um fato naturalizado, mas não vejo como natural, nem normal, nem desejável. Os eventos de divulgação, também, sinto a necessidade de repensar alguns formatos.

É necessário que falemos para nós mesmos de forma qualificada, sem dúvida e nem tenho solução pronta para o que aponto. Mas temos uma responsabilidade social maior do que a nossa própria audiência. Penso que poderíamos criar mais espaços de diálogo, estreitar mais os laços com a Educação Básica, com os movimentos sociais, culturais

em geral, literários. É muito diferente uma pesquisa definida em laboratório ou nos muros da universidade de uma pesquisa surgida do calor das lutas e necessidades do contexto social no qual estamos inseridos e do povo do qual somos parte. O DISCULTI (Grupo de Estudos em Discurso, Cultura e Identidades), grupo por mim liderado junto com o Prof. Marcos de França, assim como outros grupos com os quais interagimos, buscamos essa aproximação com os movimentos literários, artísticos e culturais em geral, com o movimento negro, movimentos de mulheres, de resistência indígena tanto da região do Cariri cearense, onde estamos inseridos(as), como no intercâmbio com redes de pesquisadores(as) e de movimentos sociais de outros países.

Se o grande Milton Nascimento dizia que “o artista tem que ir onde o povo está”, onde será que nós, pesquisadores da área de linguagem, professores de linguagens, precisamos ir/estar? E a pergunta é de mão dupla: onde devem estar os jovens brasileiros (negros, mulheres, indígenas, LGBTQTS, portadores de deficiências etc. etc. etc.?). Para mim, devem estar na universidade estudando, pesquisando e pensando nas melhores formas de nos livrar desses “podres poderes” e construir, com a nossa matéria-prima que é a “pá lavra”, com a licença poética, uma sociedade justa e digna em que todos(as) possamos viver em paz, com alegria e respeito por todos os seres.

2. (Revista Saridh) Que configuração adquirem os estudos discursivos no contexto do Nordeste brasileiro? E como as pesquisas aqui desenvolvidas alcançam questões relacionadas à (re)existência, à ética e à constituição política dos sujeitos?

Cláudia Rejanne: Marcada na “Sampa” de Caetano, em “Beradêro” de Chico César, no Manifesto dos Cordelistas “Mauditos” de Juazeiro, no cinema, na música, na literatura, a relação do Nordeste com o Sudeste sempre foi tensa. Diáspora, êxodo é um dos aspectos constitutivos da nossa identidade por causa das relações assimétricas de poder e da divisão dos bens econômicos e simbólicos que historicamente se constituíram no Brasil. Na ciência também não foi diferente.

Até bem pouco tempo, eram raros os programas de pós-graduação principalmente no interior do Nordeste. Ainda são poucos para o tanto de potencial e riqueza cultural: científica, política e até estética do nosso povo. No entanto, fizemos como diz o compositor cearense Ednardo: “as coisas vêm de lá, eu mesmo vou buscar”. Fomos buscar formação, qualificação e trouxemos para cá. Temos programas sólidos, reconhecidos, grupos de pesquisa importantes na área de Análise do Discurso, eventos potencializadores da pesquisa que nada deixam a desejar em relação aos ocorridos no Sul/Sudeste. A ideia é que se estabeleçam cada vez mais na região e que possamos olhar para as nossas questões e se alguém quiser sair para “ganhar o mundo” - porque o mundo todo é nosso e lugar de nordestino(a) é onde ele(a) quiser - que seja por opção e não por falta de opção. Se quisermos ser universais precisamos falar das nossas aldeias (que são várias e múltiplas), como dizia o prefixo de uma rádio de Recife: “Pernambuco falando para o mundo”. Precisamos que o Nordeste fale para o mundo. Podemos falar do que quisermos, mas precisamos também falar de nós, se não alguém vai fazer isso com seus próprios sotaques, não com os nossos.

A questão é como nos relacionamos com os espelhos que nos deram. Como nos colocamos diante do Sul/Sudeste? Como se colocam diante de nós? O meu alter ego nordestino é a personagem Jéssica (Camila Márdila) do filme “Que horas ela volta” (Anna Muylaert, 2015). Ela queria circular pela casa grande dos patrões da mãe (a doméstica Val, personagem de Regina Casé), queria entrar na universidade, realizar os sonhos. Então a mãe diz: “Jéssica, você não é melhor do que ninguém, não”. E Jéssica responde: “também não sou pior”. Dizem alguns que o golpe de 2016 que afastou a presidenta eleita do Brasil começou quando Jéssica passou no vestibular e Fabinho (personagem de Michel Joelsas, filho dos patrões) não passou. A vida é amiga e inimiga da arte...

Portanto, a partir dos nossos lugares de fala: a universidade, o conhecimento científico, as Análises de Discursos, podemos contribuir para pensar/agir sobre a realidade no sentido de modificá-la, inclusive no tocante a questões de nacionalidade/regionalidade. É preciso desinventar esse Nordeste seco, famélico,

saudosista do passado, da monarquia, do coronelismo, da escravidão e do patriarcado, no dizer do professor Durval Albuquerque Jr. É necessário acabar com o complexo de “nordestinado”, no dizer de Patativa e apontar na direção do nordeste rastapé *high tec*, maracatu atômico, martelo agalopado virtual, nordeste lapinha, reisado, frevo, maracatu, *heavy metal* em cearensês, Cariri travesti, nordeste *Jerus Allah in*, São Saruê, a nossa Pasárgada, nossa Jerusalém, um clássico da Literatura de Cordel, do poeta Manoel Camilo dos Santos, uma terra de promessa com montanhas de onde jorram leite e cuscuz. “Tomara meu Deus, tomara, uma nação como nós” (Alceu Valença). “Brote Nordeste Nação” (Hélio Ferraz), daqui do clã do Djavã para o adjá da futura grã-mestra da Cuscuz Clã.

3. (Revista Saridh) Qual a importância e implicação dos estudos de fundamentação discursiva para a abordagem e leitura dos textos, dos sentidos e, conseqüentemente, da realidade a que estamos submetidos na sociedade contemporânea? E, a partir disso, como pode ser discutido o lugar social do sujeito?

Cláudia Rejanne: A Análise do Discurso é um campo do saber de descrição/interpretação que se configura como uma ferramenta potente de construção de sentidos a partir de textos. A sociedade contemporânea é cada vez mais multissemiótica, multimodal e cada vez mais estamentada. O que se entendia no século XIX como uma divisão social de duas classes: uma que detém o poder e outra que não detém não consegue mais dar conta das lutas com setores sociais tão multifacetados. Marx falava de uma classe em si, a classe sem consciência de classe e a classe para si (com consciência), como o operário em construção, de Vinícius de Moraes: “de operário construído para o operário em construção”. Como pensar, pois, a sociedade brasileira hoje, por exemplo: uma mulher pobre, negra, nordestina, lésbica, artista que apoia um projeto de governo profascista com forte viés racista, homofóbico, misógino, que ignora o mínimo que o estado laico (mesmo que um tanto “catolaico”) brasileiro é, com forte apoio de algo próximo de uma ditadura talibã neopentecostal, onde traficantes evangélicos obrigam as pessoas a manterem

isolamento social enquanto destroem templos de religiões de matriz africanas. Descentralidade do sujeito elevada à 49ª potência. Será que Marx pensou que no futuro existiria uma classe contra si? Portanto, os lugares sociais do sujeito contemporâneo é por demais complexo. Lenine tem uma música que diz: “permanentemente preso ao presente o homem na redoma de vidro. Se na cabeça do homem tem um porão onde moram o instinto e a repressão, diz aí o que é que tem no sótão.”

Esse é o mal-estar da pós-modernidade: o humano atônito em meio a um “*hall*” de processos de identificação e desidentificação, que o determinam e cerceiam, fadando-o à significação e, ora como Minotauro ora como Perseu, ora como Ariadne, enredado nesses labirintos da ordem perigosa do discurso. E onde é que toda essa esquizofrenia que nos constitui pode ser encontrada? Nas instituições, nas disciplinas, nas relações de poder/dizer/saber, que nos chegam pelas mais diversas formas de semiotização, ou seja, nos discursos, materializados nos textos em sua multiplicidade de gêneros. A Análise do Discurso nos fornece, portanto, ferramentas de descrições/interpretações possíveis de compreender e nos locomover nesses labirintos.

4. (Revista Saridh) Se são os discursos que nos asseguram posições (formas de ser, modos de agir) de poder e de assujeitamento a saberes que nos imputam verdades, como discutir a relação poder, saber e resistência?

Cláudia Rejanne: O Mestre Gilberto Gil sintetiza essa relação na canção “Realce”: “a força é bruta e a fonte da força é neutra e de repente a gente poderá”. Classicamente, o marxismo nos disse que havia uma classe que tem o poder e outra que não tem o poder. Uma das grandes narrativas (as *metarécits*), ou utopias (no sentido etimológico de não-lugar, não porque é impossível, mas lugares não só possíveis como em alguns casos absolutamente necessários) da Modernidade foi o fim último do proletariado que seria destituir o poder de quem detém (a burguesia), tomar o poder para si e instituir uma sociedade sem exploração.

A sequência da história seria uma sociedade sem classes, sem estado, sem polícia. (Da série “Deus me livre mas quem me dera”. (Risos). Depois Foucault falou que as coisas

eram um pouco mais difíceis porque aquele Estado, aquele patrão, aquela escravidão, aquele senhor, aquele poder não estão em um lugar só, mas, como um olho que tudo vê, dilui-se nas nossas relações cotidianas, atingindo corações e mentes de tal forma que às vezes fica difícil identificar de onde vêm as opressões, por exemplo. E quando elas vêm das nossas próprias práticas cotidianas, sabendo que discurso é prática social e que nos quilombos também têm senzalas? O que Foucault não disse, creio, é que há nesses entremeios de poderes alguns que se configuram e se agrupam estabelecendo maior peso no cabo de guerra. Alguns duram séculos, como o capitalismo, por exemplo, dentre outros. Ou seja, é possível que haja alguns poderes mais “poderosos” do que outros. Nem tudo é assim tão diluído, tão capilarizado. E quando algumas forças se concentram muito em um certo polo, “o homem coletivo sente a necessidade de lutar”, como disse Chico Science. O fato é que onde há poderes há resistências. Isso quer dizer que o que chamamos de “o poder” não é assim também tão poderoso como pensamos. Os planos de extermínio, por exemplo, não saem todos como no *script*. Como disse Conceição Evaristo: “combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer.” Portanto, existem estruturas sociais profundas, no Brasil, por exemplo, em tempos de necropolítica patriarcal escravocrata.

As vozes das sombras da escravidão, da ditadura, romperam o silêncio, gritaram, elegeram presidente, deputados, senadores, governadores. Mas também há sujeitos sociais, cujas vozes foram historicamente silenciadas que também gritam, movem-se, principalmente ouvem-se umas às outras, se agrupam, falam de si no singular, no plural, falam dos seus “se saber seres”. A força é bruta, mas a fonte da força é neutra. De repente, quem sabe... Realce! Quanto mais purpurina e melanina melhor.

5. (Revista Saridh) Considerando as múltiplas posições-sujeito ocupadas pelo professor (fora e dentro da sala de aula) como discutir o seu papel de militância – no e pelo saber – face às demandas da educação no contexto brasileiro?

Cláudia Rejanne: O contexto de pandemia escancarou as realidades e as relações de poder absolutamente assimétricas no país em todos os aspectos. Na educação não foi

diferente. Os senhores da guerra não gostam de crianças, nem de cultura, nem de ciência, nem de educação. Além dos cortes drásticos de verbas para a pesquisa (chamado de “contingenciamento”), o maior contraponto a tudo que as ciências humanas, no nosso caso específico, as ciências da linguagem, elaboraram nos últimos cem anos é uma aberração científica, epistemológica, política, ética e até estética chamada “Escola sem partido”. Partido aqui pode ser lido como sinônimo de “ideologia”. Tanto que o principal foco dos ataques foi o que chamaram de “ideologia de gênero”, como se existisse alguma prática social humana isenta de ideologia.

As Câmaras de Vereadores de Crato e Juazeiro do Norte, no Cariri cearense, por exemplo, além de outras cidades, aprovaram uma lei que proíbe os professores de discutirem gênero. Muitos professores, estudantes e outros movimentos se mobilizaram. Às vezes é necessário sair da sala de aula porque as leis, por exemplo, não são votadas lá. Tivemos grandes embates com setores religiosos conservadores que querem tratar de questões sociais e de interesse coletivo com base em preceitos religiosos. O estado brasileiro é laico. Está na Constituição. Nesses tempos tão sombrios é necessário afirmar isso o tempo todo. O Estado laico não é anti-religioso, é supra religioso. Quer dizer que não se deve envolver em questões religiosas. O estado laico é o único que pode inclusive assegurar a liberdade de credo, caso alguma religião seja discriminada. Pensar que essa bandeira republicana é de trezentos anos atrás, da Revolução Francesa, é assustador. Portanto, ainda nem temos uma República, no sentido estrito, visto que grupos privados e meia dúzia de famílias controlam o estado brasileiro, não temos sequer um estado totalmente laico e já querem destituí-lo.

Outro aspecto a considerar: somos uma categoria majoritariamente feminina. Considere uma professora da Educação Básica, mãe de dois filhos, nesses tempos. Posições de sujeito? Cuidar de tarefas domésticas, acompanhar os filhos com as tarefas escolares, encontrar formas das crianças estarem ocupadas em casa, estudar, preparar aula, gravar vídeo, ministrar aulas, preparar atividades, receber atividades, corrigir atividades, devolver atividades, cuidar da própria saúde, manter o equilíbrio emocional...e ainda querem retornar as atividades presenciais, quando todos os órgãos

de saúde, com destaque para a Organização Mundial de Saúde (OMS), dizem que o isolamento social é a maior arma contra o vírus. Circulou na net um vídeo do sindicato das escolas particulares do Rio de Janeiro, cuja voz *in off* dizia que “os estudos científicos confundiram as pessoas” e que “trancar todos em casa não é ciência”. Ou seja, o intuito de desqualificar a ciência quando os postulados deste campo entram em choque com interesses econômicos demonstra que vivemos fortemente os efeitos mais da necropolítica do que do biopoder. Os desafios da resistência dos professores são muitos, ainda mais nesse contexto de pandemia. Como fazer revoluções através de *lives* e *podcasts*?

6. (Revista Saridh) A partir da relação cada vez mais íntima entre mídia, política e educação, o que constitui o desafio da tarefa de ler – discursivamente – o que é dito e o que nos chega através das telas e dos recursos midiáticos?

Cláudia Rejanne: O ministro da propaganda da Alemanha nazista Joseph Goebels dizia: “uma mentira dita mil vezes passará a ser verdade.” Estamos na Era da chamada pós-verdade (eleita a palavra do ano em 2016 pelo dicionário Oxford). Para multidões de pessoas no mundo inteiro não tem a menor importância se determinadas construções linguísticas ou mesmo imagéticas têm alguma relação com o que se conhece como “realidade”. É o aspecto extremo do processo de desreferenciação contemporâneo.

Esse fenômeno é profundamente grave e preocupante para o mínimo de democracia a duras penas conquistadas. 2016 (que ano! Nós brasileiros bem sabemos!) foi um marco nesse processo. O presidente do país econômica e ideologicamente mais influente do planeta foi eleito com base em assertivas do tipo: “Hillary Clinton fundou o estado islâmico”; “o desemprego nos EUA chega a 42%”; “Barack Obama é mulçumano” ou “o Papa Francisco apoia a candidatura”. Essas, dentre outras ideias foram veiculadas. O *fact checking* - verificação dos fatos - do *The Washington Post* chegou a registrar 7,6 mentiras por dia, em média, pronunciadas por aquele presidente. Nos primeiros cem dias de mandato a média era de 4,9 mentiras por dia. O recorde num só dia foi batido em 5 de julho de 2018, quando foram registradas 79 mentiras por parte do presidente.

Imaginemos, pois, um sem número de notícias fraudulentas, as famosas *fake news*, massivamente difundidas por empresas contratadas e milhares de perfis igualmente falsos.

Não precisamos imaginar porque conhecemos bem esta realidade. Ela caiu como um raio fulminante nas nossas cabeças tupiniquins em 2018, quando as sombras de um país escravocrata, ditatorial, classista, misógino, homofóbico, com uma classe média com medo do “comunismo”, da corrupção de esquerda (se for de direita não há nenhum problema); povo com medo do *kit gay*, da “ideologia de gênero”, da maconha “cheirada” e das orgias “praticadas” nas universidades, de Paulo Freire etc. etc. etc., encontraram também uma poderosa indústria de mentiras, a ponto de um cidadão inexpressivo, expulso do exército acusado de insubordinação e atos terroristas, envolvido com o que existe de mais anacrônico e abjeto no país, inclusive possível envolvimento pesado com nepotismo, corrupção e milícias, tenha sido içado à categoria de “mito” e eleito, mesmo que para isso tais pessoas precisassem abrir mão de direitos humanos elementares (outro item absolutamente ressignificado e ojerizado) e dos seus direitos previdenciários - ação denominada de “Reforma”, encetada, inclusive por governadores(a) de esquerda, por exemplo, porque os direitos trabalhistas foram ceifados (ato denominado de “flexibilização”) em governo anterior.

Diante de tudo isso, precisamos aprender a ler os discursos para poder nos mover nesses entremeios de poderes. Nossa democracia é frágil. Até a Proclamação da República foi um golpe de estado. Tivemos pouca vivência democrática. Tal situação dá margem para que líderes messiânicos, caudilhos e salvadores da pátria (de direita, esquerda, centro-direita, centro-esquerda) substituam simbolicamente as ações e práticas que deveriam ser do povo organizado e politizado. Infeliz da nação que precisa de “heróis”. Uma coisa são figuras emblemáticas, inspiradoras, outra coisa é um líder messiânico, salvador. Assusta-me também a falta de senso crítico de setores de esquerda, por exemplo, um amigo, pessoa queridíssima, inteligentíssima, que se referia ao ex-presidente indevidamente preso com o primeiro “e” maiúsculo na palavra “Ele”, tratamento que, em Língua Portuguesa, é destinado apenas ao Deus judaico-cristão.

Bom senso e sopa de legumes não fazem mal a ninguém, certo? Vamos combinar que a esquerda também comete erros e essa sacralização de posições de sujeito não ajuda, visto que os senhores da guerra estão no poder e odeiam a Educação, a cultura e a ciência. Povo educado, organizado e politizado, se for maltratado, vira facilmente povo rebelado, capaz de resistir a toda (des)informação e virar todo esse jogo.

7. (Revista Saridh) Considerando a configuração dos cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil, como você analisa o espaço dado ao trabalho com discursos (via componentes curriculares, projetos de ensino, pesquisa e extensão) na formação do professor no Brasil?

Cláudia Rejanne: Courtine disse que para fazer Análise do Discurso é necessário ser linguista e esquecer que o é. Lembro-me de uma poesia de Cora Coralina também: “quanto mais longe vou mais estou voltando para casa”. No início, os estudos do discurso foram vistos com desconfiança, visto que estão inseridos nos programas de Letras, na área de Linguística. Creio que, por força da própria realidade, por conta das novas tecnologias da informação e comunicação, com sua multiplicidade de gêneros multimodais e das relações sociais e da força que tais elementos exercem sobre as línguas, a própria linguística teve que se redizer, se atualizar.

É impossível, por exemplo, pensar hoje a língua como um conjunto de signos verbais, quando temos, por exemplo, uma Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) cujo conjunto de signos não é verbal, mas gestuais, portanto, visuais. Não só as línguas de sinais, mas os sinais das línguas em geral não são somente verbais. A língua é um conjunto de signos verbo-voco-visuais. É um sistema, mas não um sistema que tudo contém. É um sistema que vive no batimento entre o drama da simetria e a felicidade da abertura, como dizia Pêcheux. Por isso vejo que, após um período de estranhamento (que nunca acaba totalmente. Freud chamaria de estranha familiaridade), os estudos do discurso têm encontrado abrigo nos Programas de Pós-graduação em Letras, na área de Linguística e como a vocação da AD é ser “trans”, suas teorias e métodos tem abrigo também na História, nas Ciências Sociais, Comunicação, Direito, mesmo nas Ciências

da Saúde. Vejo com crescimento mais desenvolvimento os grupos de pesquisa, os eventos e os projetos de pesquisa e extensão que trazem a leitura dos discursos no seu escopo.

Na graduação, a chegada ainda é mais lenta. Ainda há pouca presença de disciplinas do discurso nos componentes curriculares, o que precisa ser urgentemente revisto, tendo em vista os próprios documentos oficiais da área de Linguagem e Códigos. As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, documento conhecido como “PCNs +”, atesta que: “(...) o objeto de ensino privilegiado são os processos de produção de sentido para os textos, como materialidade de gêneros discursivos, à luz das diferentes dimensões pelas quais eles se constituem”. (BRASIL, 2006, p. 36). O documento traça, ainda, o perfil do aluno do ensino médio, na disciplina Língua Portuguesa:

O aluno, ao longo de sua formação, deverá conviver, de forma não só crítica mas também lúdica, com situações de produção e leitura de textos, atualizados em diferentes suportes e sistemas de linguagem – escrito, oral, imagético, digital etc. – de modo que conheça – use e compreenda – a multiplicidade de linguagens que ambientam as práticas de letramento multissemiótico em emergência em nossa sociedade, geradas nas (e pelas) diferentes esferas das atividades sociais – literária, científica, publicitária, religiosa, jurídica, burocrática, cultural, política, econômica, midiática, esportiva etc. (BRASIL, 2006, p. 32).

Portanto, para que atinjamos essa meta e esse perfil do aluno é necessário que haja uma mudança nas nossas composições curriculares dos cursos de graduação em Letras, no sentido de apontar para a urgência e necessidade de uma pedagogia do discurso e das multimodalidades. Defendo essa proposta, em consonância com as elaborações teóricas da nossa área em artigo publicado em parceria com o professor Marcos de França, um dos líderes do DISCULTI.¹

¹ GRANGEIRO, C. R. P.; FRANÇA, J. M. E. S. de. Livros, vídeos, memes, links à mancha: por uma pedagogia do discurso e das multimodalidades. In: LENDL, A.; SILVA, C. da; COSTA JÚNIOR, J. V. L. (Org.). **Ensino de línguas e literaturas**: questões da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2018. v. 01, p. 50-67. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325871626_ENSINO_DE_LINGUAS_E_LITERATURAS_QUESTOES_DA_CONTEMPORANEIDADE.

7. (Revista Saridh) Ao agradecermos muito sincera e cordialmente por sua atenção e disponibilidade em nos prestigiar com essa entrevista, deixamos aqui aberto este espaço para sua mensagem final.

Cláudia Rejanne: Expresso minha alegria e contentamento em participar desta edição da Revista Saridh – Linguagem e Discurso. Parabênzo aos(às) editoras(es) e aos(às) colaboradores(as) por protagonizarem este importante veículo de divulgação científica nesta área de estudos e ao Departamento de Letras do Centro de Ensino Superior do Seridó da UFRN por abrigar e apoiar o projeto. Desejo vida longa e próspera à Revista, agradeço o convite e a oportunidade de compartilhar um pouco da minha experiência e opiniões e coloco-me à disposição para futuras parcerias em eventos, publicações e as demais formas de diálogos e intercâmbios acadêmicos.

ⁱ Professora Adjunta do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri (URCA), do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/URCA) e Pesquisadora do DISCULTI – Grupo de Estudos em Discurso, Cultura e Identidades.

E-mail: claudiarejanep@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1508574605124187>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5574-4494>

VOZES MULHERES: MEDIAÇÕES DE LEITURA AFRO- BRASILEIRA NA ESCOLA PÚBLICA

WOMEN'S VOICES: AFRO-BRAZILIAN READING MEDIATIONS AT PUBLIC SCHOOL

Camile Baccin de Mouraⁱ

Secretaria de Educação do Estado do Ceará/SEDUC – CE

Sarah Maria Forte Diogoⁱⁱ

Universidade Estadual do Ceará – UECE/FAFIDIM

Resumo: Considerando a importância da Lei 10.639/03, sancionada em 2003, que torna obrigatório o ensino e o debate sobre a cultura, a história e a literatura afrodescendente nas escolas de base, este relato intenta descrever a experiência exitosa de um projeto de literatura pautado na referida lei, partindo da mediação de leituras, no ensino médio, numa escola pública estadual do Ceará. O projeto *Vozes Mulheres* teve como aporte teórico os conceitos de interseccionalidade defendidos pelas pesquisadoras Angela Davis, Carla Akotirene, bell hooks, entre outras, bem como a definição de *lugar de fala* argumentado pela filósofa Djamila Ribeiro. Dessa forma, este relato de experiência apresenta como a obra *Olhos d'água*, da autora afro-brasileira Conceição Evaristo, foi trabalhada em sala de aula a partir das práticas de multiletramento, releituras e multimodalização do gênero conto, promovendo importantes debates acerca da identidade sociocultural da comunidade escolar, além do despertar crítico conceitual do que significa pertencimento, alteridade, afroestima e o diálogo entre gênero, raça e classe. Portanto, o *Vozes Mulheres* mostra como a literatura afro-brasileira, contemporânea, rompe com os clássicos canônicos e quebra paradigmas de que o público leitor jovem não lê, ao contrário, a escola e o incentivo à leitura mostram-se como um espaço de afeto e acolhimento para a juventude periférica multirracial e plural.

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Interseccionalidade. Literatura.

Abstract: Considering the importance of Law 10,639/03, sanctioned in 2003, which makes teaching and debate about Afro-descendant culture, history and literature in basic schools mandatory, this report attempts to describe the successful experience of a literature project based on said law, starting from the mediation of readings, in high school, in a state public school in Ceará. The *Vozes Mulheres* project had as theoretical support the concepts of intersectionality defended by the researchers Angela Davis, Carla Akotirene, bell hooks, among others, as well as the definition of place of speech argued by the philosopher Djamila Ribeiro. Thus, this experience report presents how the work *Olhos d'água*, by the Afro author-Brazilian Conceição Evaristo, was worked on in the classroom from the practices of multiliteration, reinterpretations, and multimodalization of the short story genre, promoting important debates about the sociocultural identity of the school community, in addition to the critical conceptual awakening of what it means to belong, alterity, afro - esteem and the dialogue between gender, race and class. Therefore, *Vozes Mulheres* shows how contemporary Afro-Brazilian literature breaks with canonical classics and breaks paradigms that young readers do not read, on the contrary, the school and the incentive to read are shown as a space of

affection and reception for peripheral multiracial and plural youth.

Keywords: Law 10.639/03. Intersectionality. Literature.

Introdução

O relato de experiência é fruto das vivências de um projeto de literatura na escola pública para alunos do ensino médio. Mais precisamente sobre como um projeto de mediação de leitura não-canônica movimentou uma comunidade escolar inteira a partir da obra da escritora Conceição Evaristo. Neste espaço objetivamos narrar estratégias metodológicas, além de formar um diálogo com intelectuais que nos ajudam a repensar e refinar nossa prática docente de forma crítica.

Uma pedagogia decolonial é mais um desafio para a educação escolar, nosso projeto está pautado na Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e cultura africana no currículo escolar, porém esse objetivo não é alcançado, nem respeitado nas instituições de ensino. Vale ressaltar a importância de levantar o debate, de ser uma voz de resistência sobre a rigidez das grades curriculares, sobre o caráter conteudista dos currículos e da necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, da necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Por conseguinte, é relevante olharmos para o processo educacional de forma crítica e perceber as brechas existentes, assim, apresentamos aos alunos uma literatura escrita por mulheres negras, afro-brasileiras e afro-estrangeiras como prática de empoderamento do senso crítico e coletivo do público discente. Não foi uma leitura de narrativas típicas, dos clássicos eurocentrados, foi a leitura de Conceição Evaristo, voz potente, transgressora. A escritora, em entrevista à Carta Capital (2017) à filósofa Djamila Ribeiro, ao falar da necessidade de disputar narrativas, utiliza para isso a imagem da escrava Anástacia – negra escravizada que foi forçada a usar uma máscara de ferro até a sua morte – e afirma:

Eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala

força a máscara. Porque todo nosso processo pra eu chegar aqui, foi preciso colocar o bloco na rua e esse bloco a gente não põe sozinha (RIBEIRO, 2019, p. 19).

Entendemos que a máscara começou a ser quebrada no campo educacional também pela promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que incluem na educação escolar formal a “História e cultura afro-brasileira e indígena” e permite que nós possamos incluir uma versão mais realista da formação do Brasil. Uma versão que não inclui só uma perspectiva histórica eurocêntrica, mas uma versão que inclua a população brasileira negra e indígena que de fato construiu esse país.

1 As múltiplas vozes da escola

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar para os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2016, p. 14).

A escola estadual de ensino fundamental e médio está localizada na comunidade conhecida como Grande Jangurussu, no Conjunto João Paulo II, possui cerca de 1.343 alunos matriculados nos turnos manhã, tarde e noite. A instituição existe há 34 anos na zona periférica de Fortaleza, Ceará. O contexto social, cultural econômico da região é semelhante ao de centenas de localidades brasileiras espalhadas pelas metrópoles urbanas: tráfico de drogas, evasão escolar, desestrutura familiar nuclear, pais em regime de detenção e/ou filhos apenados, gravidez na adolescência, violência doméstica, desemprego, desqualificação profissional, escolaridade precária, falta de recursos básicos, saneamento de ruas e esgotos escassos, dentre outras situações de vulnerabilidade socioeconômica.

É diante desse difícil contexto que a escola luta diariamente para ser uma instituição agregadora, que acolhe seus inúmeros alunos e alunas de forma afetuosa, comprometida com um ensino de qualidade, objetivando a promoção da equidade

social e da mobilidade dos jovens que compõem a comunidade escolar. O “ABL”¹ é um espaço de referência para a comunidade do bairro, sempre de portas abertas para quem busca o conhecimento, uma orientação pedagógica e um caminho a seguir longe das desigualdades, das injustiças tão presentes no cotidiano dos moradores. O chão da escola é vivo e pulsa, somente existe porque há alunos, professores, funcionários e uma gestão comprometida.

Nesse sentido, percebendo os vários contextos sociais presentes numa escola heterogênea, multidimensional, dialética, plural, de base multicultural, criamos o projeto *Vozes Mulheres* com o intuito de promover a leitura de uma literatura crítica, contemporânea, identitária, de valores étnico-raciais. Assim, promovemos a leitura de textos de autoras negras brasileiras e estrangeiras, feministas, entre literatas e filósofas, para que os alunos do ensino médio pudessem perceber uma outra escrita não realizada por corpos brancos, (cis) heteronormativos.

Vivemos em uma sociedade heterogênea quanto a gênero, raça, religião, “deficiências”, padrões culturais e outros. Dessa diversidade surgem conflitos, porque a sociedade e a escola padronizaram uma cultura e uma raça estereotipadas, por exemplo, proporcionando direitos desiguais de sobrevivência e ação individual no espaço vivido. A escola, dessa forma, é um sistema aberto que faz parte da superestrutura social formada por diversas instituições como: igreja, família, meios de comunicação; integram o ambiente escolar crianças pertencentes a classes sociais, costumes, aspectos físicos e culturais diferentes que estão em processo de aprendizagem. De acordo com Menezes (2002. p. 1):

Ao contemplarmos as relações raciais dentro do espaço escolar questionamos até que ponto ele está sendo coerente com a sua função social quando se propõe a ser um espaço que preserva a diversidade cultural, responsável pela promoção da equidade. Sendo assim, aguardamos mecanismos que devam possibilitar um aprendizado sistematizado favorecendo a ascensão profissional e pessoal de todos os que usufruem os seus serviços.

¹ ABL é uma sigla criada para referenciar a escola pública estadual aonde o projeto ocorreu, bem como os nomes dos sujeitos citados serão expressos por abreviações por questões éticas e de proteção da identidade das pessoas envolvidas no decorrer do projeto.

Na escola os estudantes não conseguem relacionar ou praticar os conteúdos ensinados à sua realidade fora da escola, pois a maioria deles faz parte dos grupos inferiorizados. Daí a importância do professor ter criatividade e levar seus alunos a refletir e investigar as questões relacionadas à vida e cultura dos grupos mais próximos à sua vida, tendo autonomia em seu ensino e deixando um pouco de lado as práticas colonizadoras.

Na verdade, o que é necessário é “uma formação cultural voltada para sua realidade local de modo que os educadores possam romper com tais práticas possibilitando aos educandos afirmar suas tradições culturais e recuperar suas histórias reprimidas” (BHABHA, 1998, p. 29). Os movimentos sociais conquistaram na constituição brasileira de 1988 a admissão do nosso pluralismo étnico. Os efeitos são observados na educação no campo da produção artística, sobretudo da literatura quando se fala em “escrita feminina”, em “vozes negras”.

O processo educativo pode ser uma via de acesso ao resgate da autoestima, da autonomia e das imagens distorcidas, pois a escola é ponto de encontro e de embate das diferenças étnicas, podendo ser instrumento eficaz para diminuir e prevenir o processo de exclusão social e incorporação do preconceito pelas crianças negras. Porém, somente no início do século XXI é que podemos perceber uma significativa mudança, posto que várias instituições de ensino superior começaram a adotar as denominadas *ações afirmativas* para negros e indígenas, com ênfase no sistema de cotas.

No entanto, desde 2003, há a obrigatoriedade das temáticas história e cultura do negro no Brasil nos currículos escolares, sancionada através da Lei 10.639/03. Fato este que não significa uma realidade na maioria das escolas de ensino básico tanto no segmento público quanto no particular. Infelizmente não há um planejamento estratégico pedagógico anual previsto nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) escolares que aludem a uma educação de enfrentamento às práticas racistas ou à valorização de cultura afro-indígena. Poucos são os profissionais docentes que se aventuram e propõem um trabalho multicultural, multiétnico, interdisciplinar voltado para discussões sobremaneira relevantes para o contexto social, principalmente para o público da rede pública estadual, composto de múltiplas juventudes e origens étnico-sociais-culturais.

2 Ecoando Vozes Étnico-raciais

O projeto *Vozes Mulheres* intentou o descortinamento da ignorância, a valorização do pensamento de afro mulheres contemporâneas, o vislumbramento de um novo tempo no qual autoras mulheres negras (re)contam a real história “dos seus” que são “os nossos”. É a história de fato e de direito do povo negro, indígena, pobre, trans, periférico, historicamente invisibilizados por uma sociedade arraigada em valores classistas perversos, colonialistas e eurocêntricos. Logo, trouxemos à baila autoras como Angela Davis, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, bell hooks², dentre outras, a fim de despertar a consciência crítica da juventude do ensino médio que compõe o EEFM Aloysio Barros Leal, preparando-os para o futuro a partir de um presente socialmente responsável e real.

Pela perspectiva da leitura das referidas afroautoras, alunos e alunas prepararam seminários, apresentações artísticas, exposições de trabalhos, discutiram e debateram os textos, transformaram sua forma de enxergar os horizontes, modificaram sua percepção de mundo, refizeram seus caminhos (passado – presente e o porvir), e edificaram sonhos possíveis de transformação social, econômica. Destarte, a homenageada, a escritora Conceição Evaristo, foi/é mentora do nosso projeto (através das leituras pessoais da professora de literatura e autora dessa fazedura), suas narrativas foram o fio condutor dessa jornada, de forma brilhante, forjando caminhos férteis, emancipadores, reveladores, tecendo sonhos, fertilizando mentes criativas, potentes, promovendo a mudança coletiva e individual.

Nesse contexto, a leitura do livro de contos *Olhos d'água* (2014) costurou novas perspectivas, promoveu emoções, despertou olhares para a realidade posta, revelou múltiplas identidades, mas também norteou conceitos de alteridade, memória, ancestralidade, pertencimento tão necessários ao público discente do ensino médio hodierno.

² Nascida Glória J. Watkin, essa intelectual negra assume o nome de sua avó e prefere que seja escrito assim, em minúsculo (RIBEIRO, 2017, p. 94).

É um projeto belo, forte e identitário, pois acredita principalmente no protagonismo do educando como mola propulsora para o desenvolvimento humanista, cognitivo e emocional do jovem periférico. Despertou o senso de justiça social, de luta pela igualdade de direitos, por tolerância à diversidade seja qual for, promoveu a formação humana integral, desenvolveu competências socioemocionais (empatia, solidariedade) através da leitura de uma literatura negra, feminista, comprometida com as minorias, engajada, atenta a uma pedagogia decolonial, que busca descortinar novos saberes, novos horizontes multiculturais e interculturais, contra o eurocentrismo e o colonialismo desumanos.

Durante o processo de ação do nosso plano, houve exposição de imagens das autoras, através de pinturas e estilização dos perfis das escritoras, bem como seus dados biográficos e suas obras (tudo aconteceu no pátio da escola com o objetivo de socializar os trabalhos/pesquisas). Assim, a comunidade escolar pôde partilhar e conhecer rostos de mulheres que escrevem e pensam nossa conjuntura plural, étnico-racial. A comunidade demonstrou interesse e surpresa ao se deparar com rostos negros intelectuais, mulheres escritoras brasileiras e estrangeiras, fora do lugar comum cantora-dançarina-modelo, no qual o corpo negro é costumeiramente visto.

3 Vozes que viajam e agregam

Entre a primeira e a segunda etapas do projeto, houve uma viagem da professora de literatura ao Rio de Janeiro, por ocasião da FLIP 2019, em Paraty, no mês de julho. Foi durante esse íterim que se deu o encontro entre escritora-mentora e leitora-admiradora. A ocasião era propícia, pois a programação com Evaristo era vasta: mesas-redondas, palestras, rodas de conversa entre autoras, etc; logo foi a exata oportunidade que abraçamos, durante uma longa fila à espera da autora, numa conversa entre professorxs e leitorxs, tivemos a chance de conversarmos com a assessoria da escritora.

Pudemos apresentar brevemente o *Vozes Mulheres*, expondo os registros em fotos e vídeos dos trabalhos dos alunos, explicando as ações já realizadas na escola. Nessa oportunidade foi feito um convite à autora para visitar a instituição escolar (e assim conhecer o projeto em sua homenagem), durante a ocasião da Bienal

Internacional do Livro no Ceará, que aconteceria em agosto do presente ano, e que contaria com a presença de Conceição Evaristo.

Após a generosa recepção da assessoria, pudemos conversar com a própria autora e, dessa forma, firmamos o compromisso da ida de Evaristo à escola, durante a programação “Bienal fora da Bienal”, cuja excelente curadoria foi da assessoria da SECULT/CE.

Em agosto, na volta ao ambiente escolar, foi apresentado aos alunos o livro *Olhos d’água*, momento no qual todos os alunos do ensino médio (1º ao 3º anos) puderam ler e debater os quinze contos da obra da escritora mineira. Foi um momento de imersão total no texto literário, de fruição e catarse. O que presenciamos no “ABL” foi uma revolução cultural impactante: centenas de alunas e alunos lendo no pátio escolar, nas salas de aula, na biblioteca, levando os livros para casa para serem lidos para suas mães ou por elas. Fomos testemunhas e sujeitos de um processo de estratégias leitoras transformadas em (re)escrituras. de epifania para muitos dos leitores envolvidos nas narrativas ora poéticas, ora violentas, de Evaristo.

A leitura dos contos foi transgressora para a comunidade escolar gerando emoções diversas e uma participação intensa da maioria, o pertencimento foi aflorado a partir da leitura de textos tão identitários. O que nos lembra Kilomba (2019. p. 58), quando argumenta: “Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um *erudito* branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro.” A identidade do público leitor jovem, periférico, dialoga por assim dizer com os estudos da pensadora.

É importante ainda destacar que Evaristo em “Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita”, ao falar sobre o ato de escrita de mulheres negras como instâncias ativas, destaca que:

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe sua autoinscrição no interior do mundo. Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 2007, p. 53).

O “ato de insubordinação” perpetrado por Evaristo e compartilhado com leitores negros e não negros torna a compreensão do racismo estrutural brasileiro como fenômeno que pode ser modificado e questionado, inserindo-se numa proposta de educação antirracista fundamental para um país tributário do colonialismo e que ainda reproduz, sob novas roupagens, relações raciais injustas. Dialogando com o lúdico, o projeto instigou a produção artística dos alunos ao solicitar a escrita de cartas, construção de painéis e a produção de desenhos a partir da leitura dos contos.

Além desses aspectos, ao examinar narrativas extremamente densas do ponto de vista temático e formal, colocou os leitores em contato com experiências de vida estilizadas, sistematizadas por meio da linguagem literária, o que incentivou, conforme podemos observar nas cartas que integram este livro, o desenvolvimento da compaixão diante da dor alheia. Dor que alguns indicam como ficcional, porém um ficcional forjado por e colado à nossa realidade eivada de racismo e injustiças contra mulheres negras, crianças, idosos e todos aqueles que não se inserem no padrão branco, heteronormativo e com alto poder aquisitivo.

Conforme o informativo sobre “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de cor ou é a mais vulnerável econômica e socialmente, apresentando maiores índices de desemprego, mortalidade por violência, baixa escolaridade e pobreza quando comparada à população branca. Vejamos:

De fato, no Brasil, a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes em 2017. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. A série histórica revela ainda que, enquanto a taxa manteve-se estável na população branca entre 2012 e 2017, ela aumentou na população preta ou parda nesse mesmo período, passando de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes desse grupo populacional, o que representa cerca de 255 mil mortes por homicídio registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, em seis anos. Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e

econômicos³ (IBGE, 2019, p. 9).

Que relações esses dados estabelecem com a obra de Conceição Evaristo? Os textos de Evaristo, além de serem contradiscursos, são práticas que se alimentam desse inegável quadro empírico de violências contra a população negra brasileira. Tendo como substrato de seus temas a alarmante violência que assola e degrada negros, os contos focalizam a perspectiva desses personagens diante dessa problemática, enquanto sujeitos que a vivenciam. E essa não é uma característica exclusiva dos textos de Evaristo, mas de muitas produções afro-brasileiras da contemporaneidade.

Segundo Ribeiro (2019, p. 75), “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias”. Avultam nos contos de Conceição Evaristo olhares que se colam à vivência de crianças, jovens, idosas, gays negros e devassam fragmentos de vidas ficcionais enraizadas na realidade e relidas pela escritora com um olhar analítico, que reconfigura o mundo para melhor compreendê-lo e parece alimentar-se da seguinte questão: é possível ser o *outro*? E quando trazemos à cena o discurso da mulher negra, surge uma questão ainda mais complexa: ser o outro do outro.

Ainda com Ribeiro (2019, p. 46) temos que “[...] a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um *lugar de potência*.” Na mesma perspectiva, Kilomba assim caracteriza o lugar da mulher negra no jogo da alteridade:

[...] a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2019, p. 124).

³ Informações disponíveis em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 20 dez. 2019.

Os temas recorrentes à escrita de Conceição Evaristo contestam e questionam uma agenda política que visa ao escamoteio da população mais vulnerável e à perpetuação de um poder que vorazmente joga para escanteio os mais humildes. Com mensagens potentes e grávidas de revolução, os contos de Evaristo podem auxiliar à formação de um público leitor que abrace a ideia de que lugar de negras, negros e negrxs é onde nossos alunos quiserem. Ideia essa que pode atormentar e gerar sonhos intranquilos para os que há séculos estão habituados aos seus privilégios.

4 Vozes das Juventudes

Após as leituras, os alunos e alunas foram orientados a escrever cartas para a autora da obra, expressando seus sentimentos a partir de suas histórias. Nessa ação os discentes também puderam desenhar suas releituras das personagens dos contos, bem como fizeram retratos da própria escritora. Todo esse material foi digitalizado e organizado num portfólio que foi entregue à autora durante a visita à nossa instituição. O mês de agosto foi todo voltado para a confecção de material artístico decorativo para a recepção da escritora, formamos, portanto, um grupo voluntário com cerca de 20 alunos para os trabalhos manuais e a logística que o evento exigia.

Também orientamos um grupo de SLAM, denominado “*Slam das Minas do ABL*”, no qual cinco alunas do ensino médio ensaiaram e produziram a apresentação de um poema - rap dialogando com contos lidos, material composto pela aluna M.E, do 2º ano, composto por intertextualidades, interdiscursividades e múltiplas identidades. Ademais, tivemos a composição de um Rap denominado “Rap para Conceição”, escrito pelo aluno V.L, do 1º ano do E.M e apresentando pelo mesmo durante a culminância do projeto, um poema – protesto construído a partir da dor da perda de uma mãe por feminicídio e sua relação com o conto “Maria”.

Houve apresentação do grupo de percussão *Arrastão ABL*⁴. Nesse percurso, foram muitas as manifestações artísticas-culturais preparadas pelos educandos, a comunidade estava envolvida e bastante emocionada, de forma espontânea, mas também comprometida e vibrante. O dia da visita da escritora à escola foi um

⁴ Projeto cultural de extensão comunitária vigente na instituição, cujo regente é ex-aluno da escola.

divisor de águas para todos da comunidade escolar, de caráter relevante para a autoestima dos nossos alunos, afinal todo esse processo tentou levá-los ao protagonismo de suas histórias, à raiz de suas memórias, ao sentimento de pertença de cada indivíduo.

Dessa forma, os frutos dessa história toda estão sendo colhidos. A imprensa (mídia audiovisual e escrita) fez várias reportagens sobre a escola e o envolvimento dos educandos com o ***Vozes Mulheres***. Fomos destaque em vários jornais da cidade, participamos de programas de rádio e TV, foi gratificante e esperançoso para quem acredita numa escola pública de qualidade, seguimos persistentes numa nova pedagogia, numa pedagogia decolonial crítica, emancipadora, transgressora, que quebra paradigmas eurocentrados.

Corroborando com palavras de Hall (1990), quando afirma que ao escrever, *escreve contra*. Ou seja, escrever é um ato político, é um ato de resistir e existir, portanto, nas palavras de Kilomba (2019, p. 67): “Escrever contra significa falar contra o silêncio e a marginalidade criados contra o racismo. Essa é a metáfora que ilustra a luta das pessoas colonizadas para acessar a representação dentro de regimes *brancos* dominantes. Escreve-se contra no sentido de opor”.

Precisamos resistir e nos opor, é o nosso *leitmotiv*. Promover identidade cultural dos discentes é fazê-los entender em caráter de urgência o que está posto, pois “a descolonização como um processo político é sempre uma luta para nos definir internamente, e que vai além do ato de dominação”, nas palavras de bell hooks (2019, p.36-37).

Portanto, o projeto continua após a presença da nossa mentora e fonte de inspiração, assim, pretendemos alçar outros voos: a produção de um documentário sobre o projeto e seus desdobramentos e a organização de um livro denominado provisoriamente *Cartas para Conceição – Releituras de Escrivências*.

5 Vozes interdiscursivas e contextualizadas: multiletramento

Como já citamos, ao longo das práticas leitoras, muitos trabalhos de recriação e releitura foram produzidos pelos alunos envolvidos no projeto, muitas cartas (cerca de 420), desenhos, pinturas artísticas, perfis da autora mineira, além de poemas. Assim, destacamos a criação de dois textos em versos que nos chamaram muita atenção devido ao conteúdo e à forma: um *rap* composto pelo aluno V. L, no qual o eu lírico relata a partir da (re)leitura do conto “Maria” a ação dos personagens ao longo do enredo.

Vale frisar que o aluno em questão é compositor, dialoga com projetos sociais e atua como rapper na comunidade onde mora. Originalmente a composição foi criada para as aulas de literatura, no entanto, com a ida de Conceição Evaristo à instituição, o aluno apresentou sua performance ao vivo durante o evento. Outro texto interessante foi produzido pela aluna M.E, no qual a mesma estabeleceu as inter-relações entre as histórias das várias personagens femininas negras presentes nos contos de *Olhos d'água*. O poema foi apresentado em forma de rap, com performance de cinco alunas, também no dia da visita da autora.

Para favorecer os multiletramentos em sala de aula, Rojo (2013) pondera que a escola deve incorporar o que se chama de repertório de mundo do aluno, ou seja, da cultura local que esse estudante leva para a sala de aula. O que é apresentado na mídia de massa, o que é visto na internet, deve ser colocado em diálogo. Para contribuir estrategicamente para o ensino de língua portuguesa no contexto de uma sociedade moderna e tecnológica é preciso buscar caminhos que despertem e valorizem os potenciais imanentes no aluno. Assim, durante a vigência do projeto estimulamos a criação de outros gêneros como cartas, poemas, desenhos, promovendo a implementação de uma prática de multiletramento na escola, bem como a multimodalização dos textos lidos e recriados.

6 Vozes interseccionais e o *black feminism*

Promover a leitura crítica de textos literários, filosóficos e sociológicos de autoras contemporâneas mulheres negras e feministas foi a finalidade maior do projeto **Vozes Mulheres**. Além de estimular a percepção da realidade e o debate acerca das diversas categorias sociais, promover a autoestima a partir de conceitos como identidade e pertencimento, avivar a leitura do texto literário, relacionando o conceito de ancestralidade à origem de cada aluno.

É necessário fazer valer a Lei 10.639/03 no âmbito escolar, analisar questões étnico-raciais nos textos contemporâneos, bem como combater o racismo estruturante, a intolerância e o preconceito no dia a dia, produzir releituras com base nas obras trabalhadas em sala de aula, desenvolver a escrita de outros gêneros textuais a partir da reflexão sobre os contos do livro *Olhos d'água* da mineira Conceição Evaristo, mas também de outras intelectuais negras.

Destarte, a ideia principal ao propormos o projeto partiu dos estudos sobre interseccionalidade de autoras como Angela Davis, Patricia Hill Coliins, bell hooks, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, além da literatura de Toni Morrison e, claro, os livros de Conceição Evaristo, dentre outras leituras necessárias e fundamentais. Os sujeitos envolvidos no processo fazem parte de categorias sociais analisadas por essas pensadoras, categorias que envolvem gênero, raça e classe, pois essas categorias se entrecruzam com as várias realidades citadas anteriormente no contexto sociocultural e econômico da comunidade escolar.

Para Kilomba (2019, p.76), o problema central do racismo não é “a existência da diversidade e de pessoas diferentes”, o racismo indica a desigualdade existente entre elas, não é uma questão de nacionalidade, ou de sentimentos, mas de poder. De acordo com Kilomba (2019), o racismo é historicamente estrutural, institucional, além de cotidiano, está no ato, está na fala, está na expressão, está na “brincadeira”, está no apelido, está na educação doméstica, está na sala de aula, está nas instituições, está na ausência da representatividade.

Atravessando essas discussões, a teoria da interseccionalidade embasa o nosso propósito, pois atravessa muitas questões ligadas ao perfil do aluno daquela

comunidade. De acordo com Hirata (2014), a vasta literatura existente em língua inglesa aponta o uso desse termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe que remonta ao movimento final dos anos 1970 conhecido como *Black Feminism* (DAVIS, 1981; COLLINS, 1990), cuja crítica se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, médio, heteronormativo.

A abordagem interseccional nos traz questões sobre como o encontro destes diferentes fatores/marcadores/categorias sociais revelam o contexto de cada sujeito e como estes agem sobre os mesmos (MATOS, 2011). As múltiplas experiências do indivíduo – pessoal, social, profissional – compõem uma rede de significações inter-relacionadas. Para a finalidade desse trabalho, a teoria da interseccionalidade norteia, direciona e descortina os laços identitários, de pertencimento e de alteridade da comunidade escolar em questão.

Segundo Davis (2016, p.80): “Raça é a maneira como a classe é vivida.” Essa citação nos faz refletir sobre o conceito de interseccionalidade, que se constitui enquanto uma perspectiva crítica a respeito das articulações entre racismo, capitalismo e patriarcado. Não se refere a uma narrativa teórica dos excluídos, mas se baseia nas desigualdades impostas pelos opressores. A interseccionalidade é uma metodologia do feminismo negro para combater as multidimensionais discriminações pautadas no binômio raça-gênero. O conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 quando publicou o artigo em inglês *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black feminism critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory na Antiracism Politics*. Conforme Akotirene (2019, p.14), o termo interseccionalidade “[desfaz] a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única.”

Na trajetória desse percurso epistemológico, Adichie (2019), afirma assertivamente sobre os perigos da história única e sobre a importância de se pensar em estratégias para garantir histórias múltiplas sem falar sobre poder. Para Ribeiro (2017), devemos pensar uma configuração do mundo a partir de *outros olhares*, questionar o que foi dito a partir de uma *linguagem eurocêntrica*.

Considerações finais

Neste artigo relatamos um projeto com uma perspectiva crítica da educação para evidenciar um sujeito: a mulher negra na literatura. Promovendo um reconhecimento deste sujeito como potente, uma potência que é anunciada tanto nas histórias das mulheres que contamos como nas narrativas que lemos. A finalidade maior desta prática intentou valorizar a atuação de mulheres afro-brasileiras intelectuais e o reconhecimento dessas autoras não canônicas e tão imprescindíveis no debate atual. Nosso exercício foi no intuito de promover um estudo multicultural e evidenciar a possibilidade de trabalho com as mulheres negras para além de uma disciplina escolarizada.

Nesse contexto, é fundamental retomar a declaração da escritora brasileira Conceição Evaristo em entrevista à Carta Capital em 2017: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara”. Levando-se em consideração os aspectos mencionados, é relevante o debate de raça, classe e gênero (indissociáveis) no âmbito da escola pública, é preciso pensar novas epistemologias, promover a autonomia de uma juventude plural, porém cheia de *apartheids* sociais.

É necessário debater identidades e ir além, pois é urgente descortinar o poder que deslegitima uma identidade em detrimento da outra. Despertar o aluno do ensino médio por meio da leitura de autoras negras é imprescindível para o desenvolvimento de uma consciência crítica, humanizada e atual.

Dado o exposto, faz-se necessário deixar claro que o *lugar de fala*, termo proposto por Ribeiro (2018), não é o mesmo lugar da professora que criou e realizou o projeto, nem teria como sê-lo. São condições sociais completamente distintas. O que propomos é a leitura de autoras negras, é o combate ao colonialismo atávico e nocivo, é a percepção das relações sociais a partir da perspectiva do feminismo negro. Esse é o *lugar de fala* das mulheres negras, pois, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade. Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

ATLAS da violência 2019. **IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Brasília, Rio De Janeiro, São Paulo, 5. jun. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em 13 jan. 2020.

BRASIL. **IBGE**. Estatísticas Sociais. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>> Acesso em: 14 jun. 2020.

CANEM, Ana; ARBACHE, Ana Paula; FRANCO, Monique. **Pesquisando Multiculturalismo e Educação o que dizem as Dissertações e Teses**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/41321>> Acesso: 10 set. 2019.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados.UFGD Ed, 2014.

CORTAZZO, Uruguay. **Branquitude e crítica literária**. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/48-uruguay-cortazzo-branquitude-e-critica-literaria>>. Acesso em: 15 dez.2019.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO. Conceição. (2009). **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em 13 jun 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. [Entrevista concedida a] Djamilia Ribeiro. **Carta Capital**, São Paulo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicaoovaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. Informativo **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo> Acesso em: 20 dez.2019.

JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura?** Trad.: Marcos Bagno; Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad.: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENEZES, Waléria. **O Preconceito Racial e suas Repercussões na Instituição Escola**. Disponível em: <maringa.odiario.com/.../o-preconceito-racial-e-suas-repercussoes-na>. Acesso jun 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTOS, Mirian Cristina. **Intelectuais negros: prosa negro-brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Malê: 2018

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

ⁱ Professora Especialista da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Aloysio Barro Leal (SEDUC/CE). Fortaleza-CE. Brasil.
E-mail: baccincamile@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4007093759168399>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9301-983X>

ⁱⁱ Professora Doutora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza-CE.
E-mail: sarah.forte@uece.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1771357022476640>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9345-5420>.



Linguagem e Discurso